

Relatório de Gestão Integrado 1º Semestre 2021



CAU/SP

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo

BSC: é acrônimo de Balanced Scorecard. BSC é uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da Harvard Business School Robert Kaplan e David Norton, em 1992

CPF: Comissão de Planejamento e Finanças

CAU/BR: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil

CAU/SP: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

CAU/UFs: Conselho de Arquitetura e Urbanismo das Unidades Federativas

CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

GF: Gerência Financeira

IN: Instrução Normativa

NCASP: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, ou norma específica equivalente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos da entidade.

RAL: Receita de Arrecadação Líquida

RRT: Registro de Responsabilidade Técnica

SGI: Sistema de Gestão Integrada

SWOT: é um sistema para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa ou organização no ambiente em questão. O termo SWOT é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats)

TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação (de dados)



MENSAGENS INICIAIS

Mensagem da Presidenta
Apresentação do Relatório
CAU/SP em Números

Relato Integrado 1º Semestre 2021

O presente Relatório de Gestão Integrado busca oferecer uma visão clara sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo geram valor público em curto, médio e longo prazos em seu ambiente externo, além de demonstrar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos.

Os dados aqui apresentados estão em consonância com a IN 84 de 22 de abril de 2020 e a Decisão Normativa 187 de 09 de setembro de 2020 do Tribunal de Contas da União (TCU). Dessa forma tem por propósito simplificar e racionalizar o processo de prestação de contas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo.

01 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

- 1.1. O CAU/SP e sua Identidade Organizacional
- 1.2. Estrutura organizacional
- 1.3. Estrutura de Governança
- 1.4. Informações sobre Dirigentes e Colegiados
- 1.5. Organograma
- 1.6. Composição do Conselho Diretor
- 1.7. Modelo de Negócio
- 1.8. Cadeia de valor
- 1.9. Canais de comunicação e acesso ao cidadão
- 1.10. Ambiente Externo

02 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

- 2.1. Planejamento Estratégico e principais iniciativas
- 2.2. Objetivos Estratégicos
- 2.3. Apoio da estrutura de governança no acompanhamento da execução

03 RISCOS OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

- 3.1. Gestão de riscos e controles internos
- 3.2. Três linhas de defesa

04 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

- 4.1. Resultados da Gestão
- 4.2. Resultados da área fim e seus indicadores
- 4.3. Demais Objetivos Estratégicos e seus indicadores
- 4.4. Gestão Orçamentária e Financeira
- 4.5. Gestão de Pessoas
- 4.6. Gestão de Licitação e contratos incluindo TI
- 4.7. Gestão da Tecnologia da Informação
- 4.8. Gestão Patrimonial e infraestrutura
- 4.9. Gestão de custos
- 4.9. Sustentabilidade ambiental

05 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

- 5.1. Declaração do contador
- 5.2. Apresentação das conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público

06 ANEXOS E APÊNDICES

Prezadas arquitetas e arquitetos

Iniciamos o ano de 2021 no CAU SP, com um Conselho renovado, e pela primeira vez com uma representatividade feminina proporcional à realidade das profissionais do Estado.

Os desafios ainda impostos pela pandemia do Covid 19, que completou um ano em março último, segue determinando nossa forma de trabalhar. Em relação ao corpo funcional, estamos trabalhando quase na totalidade no sistema de teletrabalho, e em relação às Comissões e Plenárias, estamos adotando gradualmente a realização de reuniões híbridas.

A fim de melhorarmos a qualidade das reuniões híbridas, e entendo que o cenário futuro incorporará várias formas de trabalho virtual, estamos investindo em novas tecnologias de comunicação, em equipamentos de transmissão, e na compra de plataformas digitais para transmissão de palestras e seminários.

O Conselho tem missão primeira é a fiscalização, porém verificamos que os modos de interação entre a sociedade, o profissional e nossa equipe, esta difusa, e precisa da implementação de sistemas digitais processuais que agilizem o andamento dos processos e demandas, e otimizem o trabalho árduo de nossos funcionários. Para tal, estamos implantando novos fluxos de trabalho entre as diversas áreas: técnica, administrativa e financeira.

Observamos também que uma das ferramentas mais preciosas de ação desta autarquia é o lançamento de Editais de parcerias e convênios. Através deles, podemos ampliar a rede de atuação de nosso Conselho e fazer conhecer o valor de nosso trabalho, como arquitetos e urbanistas, para um espectro mais amplo da sociedade. Assim, assinamos logo no início do ano 16 contratos de parceria na área de Assistência Técnica (ATHIS), e um protocolo de Intenções junto a Secretaria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, e estamos formulando novos editais, em frentes amplas, com uma nova linguagem a fim ampliar nosso campo de atuação.

Realizamos ao longo deste primeiro semestre, varias atividades de escuta aos profissionais, através das propostas das 12 comissões que compõe o nosso Conselho, por meio de webinarios, palestras, e rodas de conversasse fóruns digitais, pudemos ter um panorama bastante amplo e preciso das necessidades e desejos de mudança, e assim poderemos construir nos próximos anos, estratégias de ação que cheguem diretamente ao cotidiano de todos.

O próximo semestre, com a esperança trazida pela vacinação que nos protege do Covid 19, esperamos poder realizar uma transição para um tempo de atividades presenciais. Esta transição trata novas possibilidades de encontro e trabalho e como é possível verificar no relatório que segue, este Conselho está pronto para

este próximo desafio.

Desde já agradecemos o empenho do corpo funcional e das Conselheiras e Conselheiros que estiveram envolvidos diretamente na elaboração deste documento.



**Arquiteta e Urbanista
Catherine Otondo**
Presidente do CAU/SP
Gestão 2021 - 2023

Iniciamos uma nova gestão, em janeiro de 2021, com objetivos alinhados às atribuições do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, criado pela Lei Federal Nº 12.378, prezando pelo aprimoramento do atendimento aos arquitetos e urbanistas e à sociedade.

Os números apresentados no Relatório de Gestão Integrado do 1o. Semestre de 2021 demonstram, em comparação com 2020, um aumento, de 29%, na emissão de RRTs, no número de empresas e profissionais ativos, e a continuidade da recuperação de receitas, já observada no segundo semestre de 2020, após a queda acentuada no início da pandemia do Covid-19. A arrecadação total no 1o. Semestre de 2021 foi de R\$ 30.674.091,00.

Importante destacarmos que os conselheiros federais do CAU/BR, na 109ª. Plenária Ordinária realizada em 25 de fevereiro de 2021 deliberaram sobre o cancelamento definitivo da aplicação dos reajustes de anuidades, da taxa de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e das taxas de emissão de carteira profissional de 2021 previstos no Ato Declaratório nº 15, de 9 de dezembro de 2020.

A continuidade de diversas atividades remotas, devido a pandemia, refletem na execução financeira e no não atendimento ao limite mínimo estratégico do CAU/BR em alguns objetivos estratégicos, o que esperamos ser alcançado no segundo semestre.

A execução orçamentária no 1o. Semestre de 2021 foi de R\$ 16.944.836,63 (despesa corrente), valor este equivalente a 55% do valor arrecadado no período e 36% do total projetado em despesas para o exercício de 2021. Na comparação da execução com a programação, o acumulado de janeiro a junho fechou 29% abaixo do previsto

Na área de Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social (ATHIS) nesse semestre, o CAU/SP executou R\$ 989.935,29, proveniente de Projeto Específico, o que representa 2,2% da arrecadação líquida prevista, ou seja 0,2 pontos percentuais frente ao limite mínimo estratégico definido pelo CAU/BR (2%).

Em 2021 ocorreu a efetiva implantação da Resolução nº 193, de 24 de setembro de 2020, que

"dispõe sobre anuidades, revisão, parcelamento e ressarcimento de valores devidos aos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), protesto de dívidas, inscrição em dívida ativa e dá outras providências", o que impactou diretamente nos trabalhos do setor de Con-tas a Receber e teve como consequência direta a necessidade de alterações nos processos internos. Importante destacar o encerramento do REFIS em junho deste ano, impactando na arrecadação de anuidades de pessoa física e jurídica dos anos anteriores no 1º semestre.

O setor contábil do CAU/SP iniciou importantes processos de melhorias, dos quais destacamos:

- Todas as contas contábeis entraram em processo de conciliação e o primeiro resultado alcançado foi a finalização das diferenças entre os sistemas de controle patrimonial e SISCONT;
- Início da automatização referente a contabilização da folha de pagamento do CAU/SP, que hoje é feita manualmente; integração automática entre o sistema RHNYdus e o sistema Implanta, módulo SISCONT;

- Início da automatização da contabilização das receitas, que também é feita manualmente. Esta automatização promoverá uma integração entre o sistema SICCAU e o Sistema Implanta, módulo SISCONT.

Seguimos com o desafio de aprimorar cada vez mais a estrutura do Conselho, os controles internos e garantir uma prestação de serviço de excelência aos arquitetos e à sociedade,



**Arquiteta e Urbanista
Renata Alves Sunega**

Coordenadora da Comissão de Planejamento e Finanças
(CPF) do CAU/SP
Gestão 2021 - 2023

Empresas Ativas

7.613 +5,0%

Profissionais Ativos

63.500 +8,0%

Emissão de RRT's

159.777 +29,0%

2021

Em comparação a 2020

Obs.: Em 2020 os valores foram 7.282, 58.907 e 123.759, respectivamente.
Fonte: Dashboard Arrecadação de Receita CAU/BR Jan. a Jun. 2021

R\$ 90 Milhões

de arrecadação somando todos os CAUs/UF do País

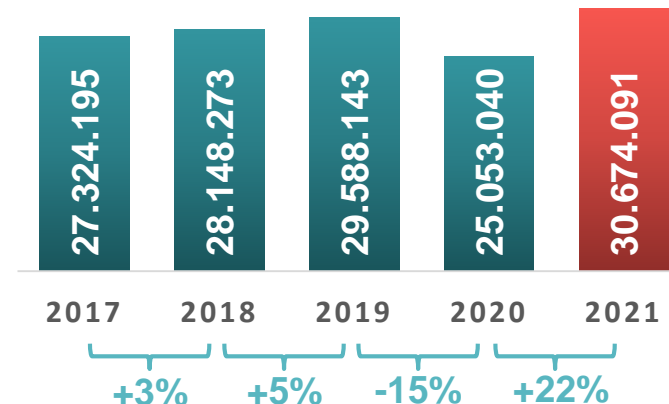
R\$ 30 Milhões

Anuidades PF e PJ
(que representa 80% da arrecadação (Atual e Anos Anteriores), RRT e Taxas)

Fonte: Dashboard Arrecadação de Receita CAU/BR Jan. a Jun. 2021

RECEITAS TOTAIS (R\$)

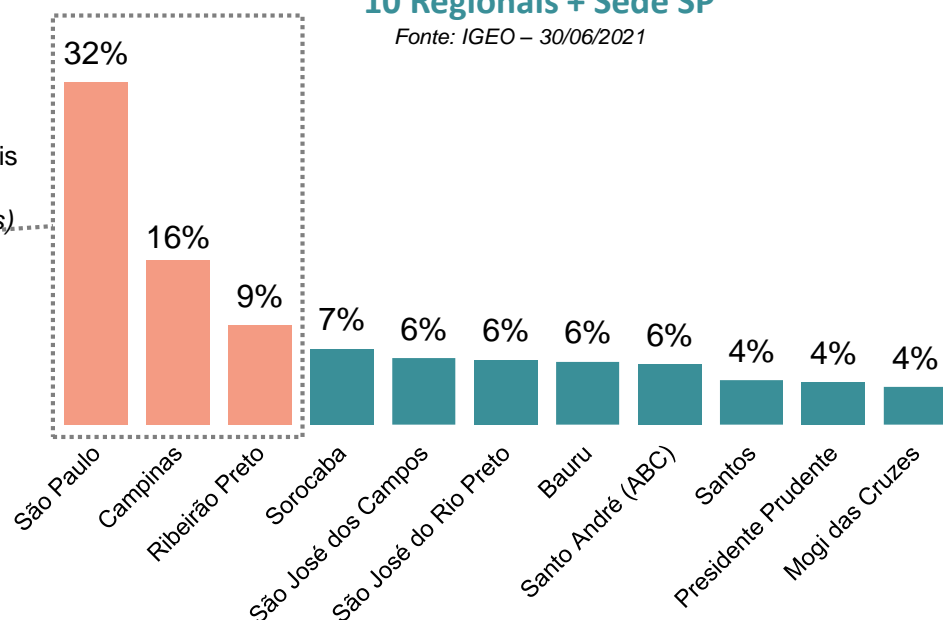
Fonte: SISCONT CAU/SP – Jan. a Jun. 2021



EMISSÃO DE RRTS NAS 10 Regionais + Sede SP

Fonte: IGEO – 30/06/2021

3 cidades com mais Arquitetos e Urbanistas (Ativos)

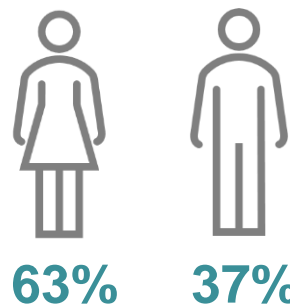


Em 2021, temos o quantitativo de **168 Cursos** relacionados a Arquitetura e Urbanismo no Estado de São Paulo em 2021, totalizando **34.026 vagas** (cursos presenciais).



Fonte: Departamento Ensino e Formação – EMEC Sistema Eletrônico do MEC

ARQUITETOS POR SEXO (%)



Fonte: IGEO – 30/06/2021

FISCALIZAÇÃO

364 Demandas Reativas **128** Demandas Proativas

Principais Classificações

127 Índícios de exercício ilegal **130** Índícios de faltas éticas

Fonte: Departamento Fiscalização

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

01

O CAU é o conjunto autárquico formado pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UFs) e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). São autarquias interdependentes e dotadas de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e estrutura federativa.

Criada pela Lei Federal Nº 12.378, tem como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo.

O CAU/SP, no exercício das suas competências, visando o aperfeiçoamento de sua estrutura e funcionamento, a prestação de serviços de modo amplo e uniforme e ao atendimento do interesse público, elaborou e aprovou a revisão de seu Regimento Interno em sua 7ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2017.

Rua Formosa, 367,, 23º Andar
Centro, São Paulo / SP

(011) 3014-5934

www.causp.gov.br



VISÃO

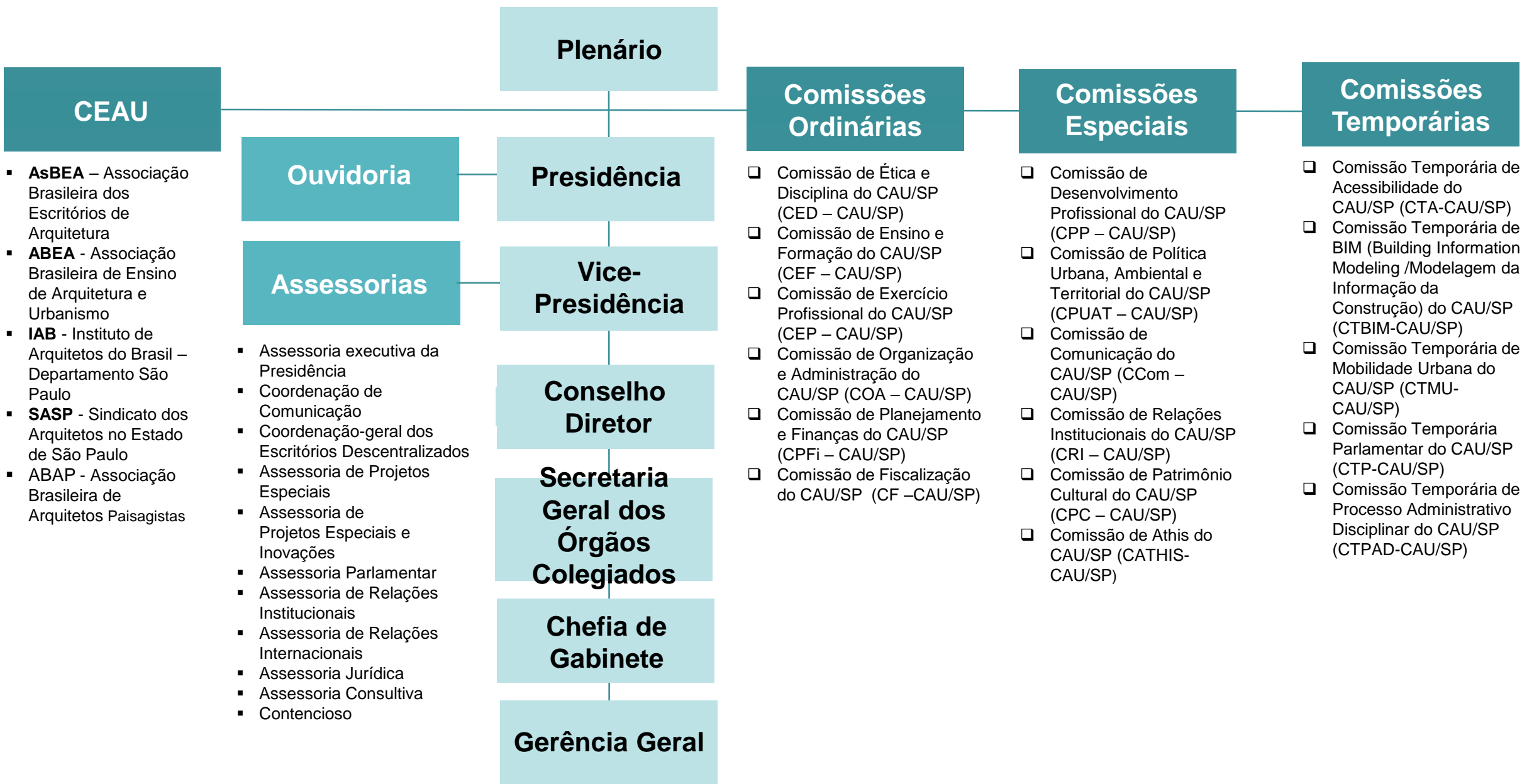
O CAU-SP deve ser referência para a sociedade na busca da melhor qualidade de vida, no exercício da Arquitetura e Urbanismo.

MISSÃO

- Garantir à sociedade a confiança nas atividades executadas pelos profissionais Arquitetos e Urbanistas;
- Garantir o cumprimento de compromissos éticos dos profissionais;
- Garantir a excelência na formação e qualificação de Arquitetos e Urbanistas;
- Garantir o acesso à Arquitetura e Urbanismo a todos os segmentos da sociedade.

VALORES

- Valorização do profissional;
- Criatividade e Inovação;
- Gestão democrática e participativa;
- Transparência;
- Responsabilidade socioambiental e inclusão social;
- Eficiência e Eficácia;
- Excelência.



Em 2019 houve a expedição da Portaria Presidencial do CAU/BR nº 284, de 20/12/2019 (<https://transparencia.caubr.gov.br/portariapres284/>), criando um grupo de trabalho para atuar nas ações de estruturação e implantação das políticas de governança institucional e de gestão de riscos e controles internos, e de programa de integridade, cujos trabalhos se iniciaram em meados de 2020, com prazo conclusivo estimado para 30/06/2020. Não obstante, com o advento da pandemia da Covid-19 e prioridades decorrentes, se fez necessário protelar-se a conclusão dos referidos trabalhos para 30/06/2021 e posteriormente 31/08/2021.

No CAU/BR a estrutura de Governança foi identificada dentro dos preceitos contidos no Referencial Básico de Governança, 3ª edição, expedido pelo Tribunal de Contas da União, conforme segue.

Estrutura de Governança do CAU

I. Instâncias externas:

- TCU
- CGU

II. Instâncias externas de apoio:

- Auditoria independente
- Controle social organizado
- Fórum de Presidentes

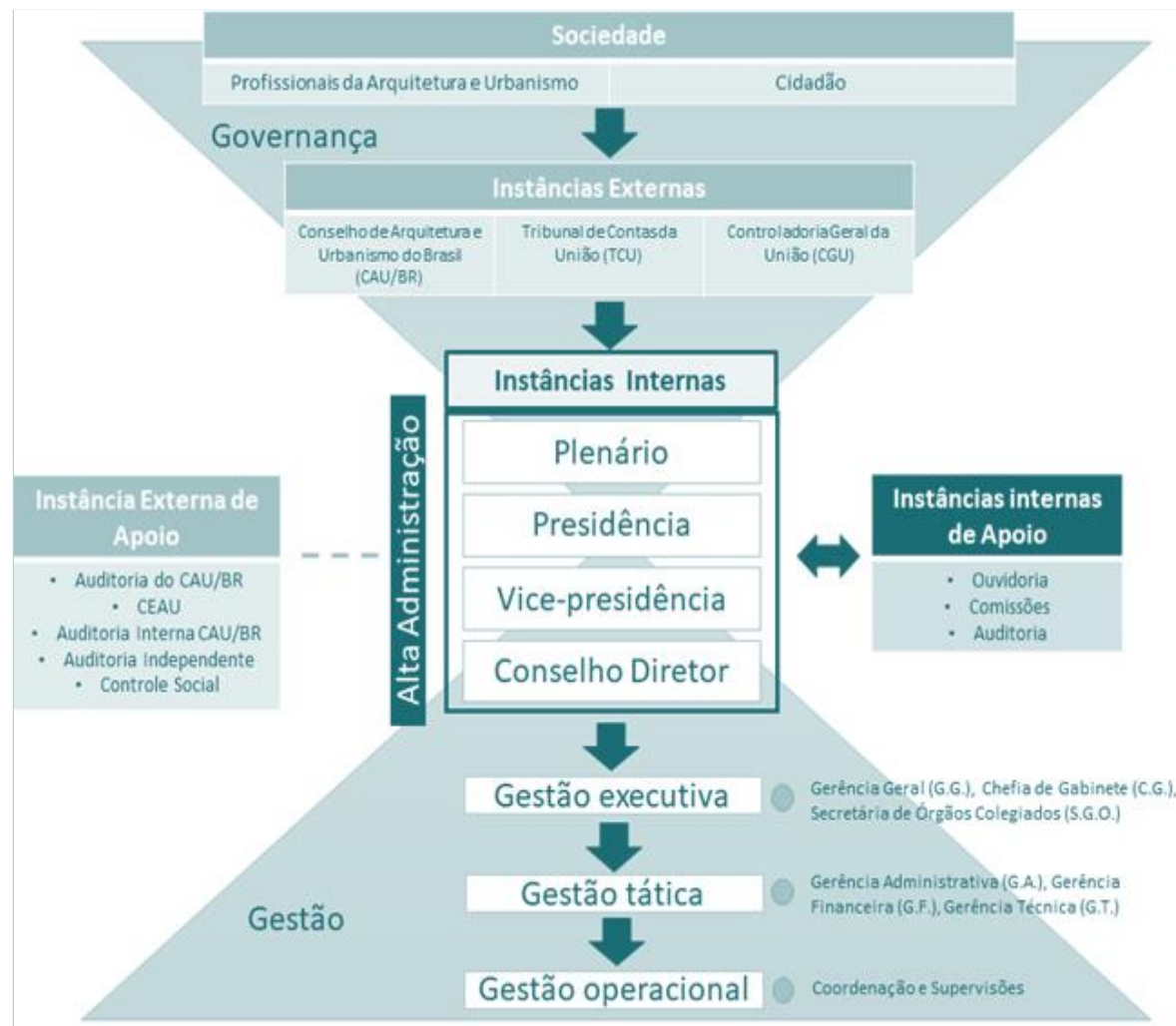
III. Instâncias internas:

- Plenário
- Conselho Diretor
- Colegiado de Governança do Centro de Serviços Compartilhados do CAU (CSC-CAU)

- Colegiado de Governança do Fundo de Apoio Financeiro aos CAU/UF

IV. Instâncias internas de apoio:

- Comissões de Administração e de Finanças
- Controladoria
- Auditoria interna
- Ouvidoria



Plenário

Apreciar e deliberar sobre ações do Conselho para regulamentar e executar a aplicação da Lei 12.378/2010; sobre o exercício, a disciplina e a fiscalização da profissão; e sobre a integração do CAU/SP com o EBelestado e a sociedade

Presidência

Cabe ao presidente representar o CAU/SP institucionalmente, fazendo cumprir a legislação, as resoluções e demais atos normativos e deliberativos. Decidir assuntos administrativos, financeiros e organizacionais do Conselho, observando as decisões emanadas do Plenário

Vice-Presidência

Compete ao vice-presidente substituir o Presidente em caso de ausência e o auxiliar na condução de determinadas tarefas. Representa a autarquia de forma institucional quando solicitado pelo Presidente, participando de reuniões e audiências internas e externas

Conselho Diretor

Examinar, apreciar e deliberar sobre o funcionamento do Conselho entre uma plenária e outra. Dessa forma, fortalecendo a relação entre o presidente e o Plenário, integrando as comissões e auxiliando nos atos relativos ao exercício da Presidência

Comissão Ordinária

Subsidiar o CAU/SP e auxiliar o Plenário no desenvolvimento de ações contínuas e relacionadas a temas específicos, tais como ensino e formação; ética e disciplina; exercício profissional; fiscalização; organização e administração; planejamento e finanças

Comissão Especial

Subsidiar o CAU/SP e auxiliar o Plenário no desenvolvimento de ações contínuas e relacionadas ao aperfeiçoamento do exercício e valorização da arquitetura e urbanismo nas áreas de desenvolvimento profissional, comunicação, relações institucionais, patrimônio cultural e política urbana, ambiental e territorial

Comissão Temporária

Por meio da coleta de dados e estudo de temas específicos da profissão, essas comissões devem orientar os órgãos do CAU/SP e atender a demandas ou ajudar em soluções de questões exclusivas por tempo determinado.

CEAU

Órgão consultivo, com competência para propor melhorias sobre ensino e formação e exercício profissional

Ouvidoria

Receber, analisar e encaminhar demandas dos profissionais e da sociedade, tais como reclamações, elogios, sugestões ou mesmo denúncias, adotando as medidas cabíveis se necessário

Auditoria Interna

Auditar, avaliar e testar, preferencialmente em caráter preventivo e orientativo, os processos internos e controles estabelecidos, recomendando medidas ou melhorias visando a mitigação de riscos, à eficiência, à eficácia, à efetividade, à economicidade e à transparência

Assessoria

Auxiliar o Plenário, a Presidência, o Conselho Diretor, as comissões, gerências e coordenações em questões jurídicas e legais; projetos especiais e relações institucionais e parlamentares; eventos e atividades de secretaria executiva

Secretaria Geral dos Órgãos Colegiados

Elaboração de fluxogramas, relatórios, planilhas, minutas, súmulas, atas e deliberações de comissões, Conselho Diretor, Plenário e órgãos colegiados.

Chefia de Gabinete

Monitorar os projetos e programas, encaminhando as demandas à Presidência e dando subsídios na tomada de decisões. Promover o gerenciamento, realizando a interface entre áreas, buscando integração e eficiência operacional.

Gerência Geral

Interagir com as gerências Administrativa, Financeira, Técnica, Chefia de Gabinete e Secretária-geral para alinhamento de estratégias e integração das ações organizacionais

Gerência Administrativa

Propor e gerenciar as ações e processos na área administrativa, de forma a assegurar as políticas de gestão de pessoas, processos de compras, fornecimento de materiais, contratos de parcerias e o atendimento

Gerência Financeira

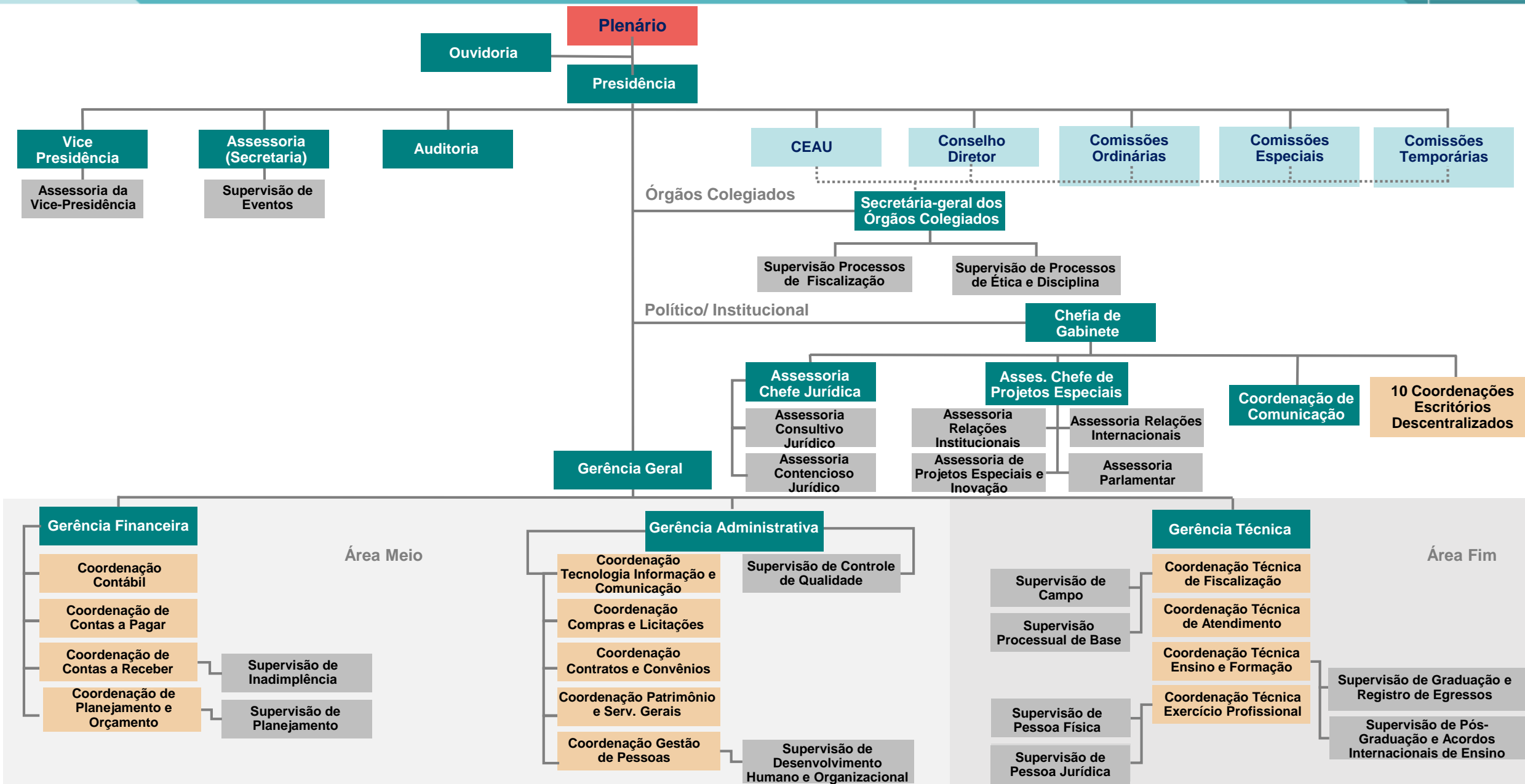
Estabelecer e gerenciar os processos financeiros em áreas como pagamentos, orçamento, planejamento estratégico, cobranças, contabilidade, prestação de contas e transparência, garantindo o equilíbrio econômico e financeiro

Gerência Técnica

Propor, implantar e gerenciar as ações das áreas fins do Conselho, como fiscalização, exercício profissional de pessoas físicas e jurídicas, ensino e dos cursos de Arquitetura e Urbanismo

Coordenação

Coordenar a execução das ações de comunicação interna e externa do Conselho; coordenar e gerenciar as ações e atividades desenvolvidos nos escritórios descentralizados





Da esquerda para a direita:

- **Ângela Golin** - Coordenadora Comissão de Fiscalização (CF)
- **Poliana Risso Silva Ueda** - Vice-Presidente
- **Catherine Otondo** – Presidente
- **Camila Moreno de Camargo** - Comissão de Ética e Disciplina (CED)
- **Ana Lucia Ceravolo** - Coordenadora Comissão de Ensino e Formação (CEF)
- **Fernanda Menegari Querido** - Coordenadora Comissão de Exercício Profissional (CEP)
- **Renata Alves Sunega** - Coordenadora Comissão de Planejamento e Finanças (CPFI)
- **Rossella Rossetto** - Coordenadora da Comissão de Organização e Administração (COA)

Coordenações Adjuntas



**Salua Kairuz
Manoel**
Comissão de
Fiscalização (CF)



**Nallígia Tavares
de Oliveira**
Comissão de Ética
e Disciplina (CED)



Denise Antonucci
Comissão de
Ensino e
Formação (CEF)



**Consuelo Apda.
Gonçalves Gallego**
Comissão de
Exercício
Profissional (CEP)



**Bárbara Emilia
Kemp Dugaich**
Comissão de
Planejamento e
Finanças (CPFI)



**Leda Maria L. F. R.
Van Bodegraven**
Comissão de
Organização e
Administração (COA)

Parceiros Estratégicos e Fornecedores

- Sociedade Brasileira
- Arquitetos e Urbanistas
- Escritórios de A e Urbanismo
- CAU/SP e CAU/BR
- Gestores do CAU/SP
- Funcionários de outros CAU/UF
- Banco do Brasil
- Caixa Econômica Federal
- SEBRAE
- Prefeitura de São Paulo
- Prefeitura de Ribeirão Preto
- Governo do Estado de SP
- Ministério Público de SP
- Cursos universitários de A e U
- Entidades representativas
 - IAB
 - SASP
 - AsBEA
 - Abea
 - Abap

Atividade – Chave

- Fiscalização
- Atendimento
- Comunicação
- Planejamento e Gestão Estratégica
- Normatização da profissão
- Gestão do Conhecimento
- Gestão do Relacionamento
- Eventos
- Convênios e Parcerias
- Prestação de Contas

Recursos – Chave

- Conselho Pleno
- Conselho Diretor
- Comissões Ordinárias
- Comissões Temporárias
- Comissões Especiais
- Estrutura Organizacional
- Planejamento e acompanhamento da Gestão Estratégica
- Recursos Humanos
- TI e Comunicação

Proposta de Valor Produtos e Serviços

- Garantir à sociedade fiscalização dos serviços de A e U no Estado de São Paulo
- Analisar e julgar casos de falta de ética
- Regulamentação da profissão e das condutas éticas, disciplinares e técnicas da A e U
- Acompanhar e analisar os RRTs
- Ajudar na qualificação do ensino de A e U
- Buscar, em conjunto com as prefeituras e o Estado, formas de fiscalizar e punir os responsáveis pelo não cumprimento de leis e regulamentos da A e U
- Fornecer a Carteira de Identificação do profissional de A e U
- Divulgar e orientar as melhores práticas na área de A e U
- Fornecer CATs e Declarações

Relacionamento com o Público Alvo

- SICCAU – Sistema de Informação e Comunicação do CAU
- Site do CAU/SP e do CAU/BR
- Portal da Transparência
- Presencial: Sede na capital e 10 Regionais no Estado de SP
- Canal da Ouvidoria
- Atendimento Telefônico 0800
- Chat, Facebook; Youtube, Instagram e sites

Canais de Entrega dos Serviços

- SICCAU
- Sites do CAU/SP e do CAU/BR
- Sede na Capital e 10 Regionais no Estado de SP
- Atendimento Telefônico
- Chat, Facebook; Youtube, Instagram e sites
- Correios

Público Alvo

- Sociedade Brasileira
- Arquitetos e Urbanistas
- Empresas de Arquitetura e Urbanismo
- Universidades de A e U
- Entidades representativas
 - IAB
 - SASP
 - AsBEA
 - Abea
 - Abap
- Entidades Internacionais representativas da Arquitetura e Urbanismo
 - UIA
 - Outras

Estrutura de Custo

- Utilização de Centro de Custos por projetos e atividades
- Todos os departamentos e projetos separados por grupos
- Controle efetivo da execução pelo acompanhamento periódico
- Utilização de sistemas de tecnologia próprios para contabilidade (SISCONT)
- SICCAU com informações de arrecadações
- Auditoria de Custos periódica

Fontes de Receita

- Anuidades de Pessoa Física
- Anuidades de Pessoa Jurídica
- RRT
- Taxas e Multas
- Aplicações Financeiras
- Outras Receitas (Restituições, Emolumentos e outros)
- Receita Capital



De acordo com a Lei 12.527/2011, de Acesso à Informação (LAI), o CAU/SP possui um Portal de Transparência onde é possível acessar variados dados e informações.

Prezamos por manter nossos sistemas funcionais como por exemplo, o SICCAU, e plataformas de atendimento aos arquitetos e urbanistas e a sociedade, realizando constantes manutenções preventivas e atualizações periódicas.

Todas as informações são publicadas no Portal de Transparência, na medida em que as instâncias apreciam e as aprovam. Na busca de maior agilidade na disponibilização dos conteúdos o CAU/SP vem encurtando os prazos para as aprovações em suas instâncias, além de diminuir instâncias de aprovações. **O Portal da Transparência do CAU/SP** (<https://transparencia.causp.gov.br/>) tem a intenção de permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre a autarquia federal



Atendimento Presencial

Rua Formosa, nº 367, 23º andar
Centro, São Paulo – SP
De segunda-feira a sexta-feira
das 9h00 às 17h00



Whatsapp Sede

(11) 94957-3809 Anuidades e
(11) 95831-9289 assuntos relacionados
(11) 99109-2964 RRT/CAT e assuntos
(11) 95831-0206 relacionados



Atendimento Online

<http://chat-caubr.aloatendimento.com.br:8585/dgchat/client/client.php>
De segunda-feira a sexta-feira
das 9h00 às 17h00



Central de Atendimento Telefônico Celulares

(11) 4007-2613
Recebe ligações de celulares
De segunda-feira a sexta-feira
das 9h00 às 17h00



Central de Atendimento Telefônico Fixo

0800-883-0113
Recebe chamadas apenas de telefones fixos
De segunda-feira a sexta-feira
das 9h00 às 17h00



Whatsapp Sede

(11) 98948-7842 Registro, carteira
(11) 99211-8407 profissional e assuntos relacionados
(11) 97083-7091 Fiscalização
De segunda-feira a sexta-feira
das 9h00 às 17h00



Emails

atendimento@causp.gov.br Atendimento
comunicacao@causp.gov.br Comunicação
ouvidoria@causp.gov.br Ouvidoria
ensino@causp.gov.br Ensino
Os e-mails podem ser enviados a qualquer hora, tempo de resposta variável

Instagram

https://instagram.com/causp_oficial

O acesso pode ser feito a qualquer hora

Ouvidoria

<https://www.caubr.gov.br/ouvidoria/>

Para o acesso basta clicar em Fale com a Ouvidoria a qualquer hora

Facebook

<https://www.facebook.com/causpoficial>

O acesso pode ser feito a qualquer hora

Youtube

<https://www.youtube.com/omunicacaocausp>

O acesso pode ser feito a qualquer hora

Portal da Transparência
<https://transparencia.causp.gov.br/>

O acesso pode ser feito a qualquer hora

A ferramenta atende à [Lei nº 12.527/2011](#), denominada Lei de Acesso à Informação, que normatiza os artigos 5º e 37 da Constituição Federal ao estabelecer que todas as informações disponíveis em qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos. Os procedimentos para o cumprimento da legislação são detalhadas no âmbito do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo pela [Portaria Normativa CAU/SP nº 89/2016](#) (alterada pela [Portaria Normativa CAU/SP nº 94/2016](#) e pela [Portaria Normativa CAU/SP nº 118/2017](#)).

Email e Whatsapp Escritórios Descentralizados

Regional ABC – (11) 98786-2247

E-mail: regionalabc@causp.gov.br

Regional Bauru – (14) 99117-1102

E-mail: regionalbauru@causp.gov.br

Regional Campinas - (11) 95460-0043

E-mail: regionalcampinas@causp.gov.br

Regional Mogi das Cruzes – (11) 98424-5463

E-mail: regionalmogidascruzes@causp.gov.br

Regional Santos – (13) 98146-2425

E-mail: regionalsantos@causp.gov.br

Regional Presidente Prudente – (18) 99128-1160

E-mail: regionalpresidentepudente@causp.gov.br

Regional Ribeirão Preto – (16) 98168-0101

E-mail: regionalribeiraopreto@causp.gov.br

Regional S. José dos Campos – (12) 98293-2607

E-mail: regionalsjcampos@causp.gov.br

Regional S. José do Rio Preto – (17) 98217-4774

E-mail: regionalsjrriopreto@causp.gov.br

Regional Sorocaba – (15) 98136-9891

E-mail: regionalsorocaba@causp.gov.br

Carta de Serviços

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) apresenta sua Carta de Serviços ao Cidadão. Este documento visa informar quais são os serviços disponibilizados pelo Conselho e quais as formas de acesso, requisitos e compromissos para o atendimento que são adotados pela instituição pública, tendo como premissas o foco no cidadão, a qualidade no atendimento e transparência da informação.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) foram criados pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que também regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país. O CAU, uma autarquia federal uniprofissional dotada de personalidade jurídica de direito público, presta serviço público federal, e foi criado para cumprir as finalidades de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Arquitetura e Urbanismo. Além disso, zela pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional e defende o aperfeiçoamento do seu exercício, visando a melhoria da qualidade de vida, a defesa do meio ambiente e a preservação do patrimônio cultural e histórico nacional.

O CAU tem como missão “promover Arquitetura e Urbanismo para todos”. Clique aqui e veja o mapa estratégico do Conselho para o período 2013-2023.

Na presente Carta de Serviços ao Cidadão, a sociedade tem acesso a informações detalhadas sobre os principais serviços oferecidos, os canais de comunicação e os padrões de atendimento da autarquia, para que alcance a plenitude dos seus direitos e deveres no que diz respeito a atividades de Arquitetura e Urbanismo em território nacional, seja enquanto profissional, contratante ou cidadão interessado.

A Carta de Serviços ao Cidadão do CAU está estruturada em dez capítulos, além desta apresentação. Nos nove primeiros, estão elencados em categorias os quarenta principais serviços oferecidos pelo Conselho ao profissional e à sociedade, incluindo requisitos e prazos para acessá-los.

O décimo e último capítulo aborda as formas de comunicação com o arquiteto e urbanista e qualquer membro da sociedade que eventualmente venha requerer um dos serviços prestados pelo Conselho. Nele estão ainda listados os endereços das sedes regionais e do CAU/SP, bem como seus respectivos números de telefone e horários de atendimento ao público.

1. Autenticidade de Registros, Documentos e Resoluções

1.1 [Busca de registro de profissional ou empresa de Arquitetura e Urbanismo](#)

1.2 [Verificação de autenticidade de documento](#)

1.3 [Consulta a resoluções](#)

2. Denúncias e Fiscalização

2.1 [Sobre a Fiscalização](#)

2.2 [Perguntas Frequentes](#)

2.3 [Como cadastrar a sua denúncia](#)

2.4 [Cadastre a sua denúncia](#)

2.5 [Acompanhe a sua denúncia](#)

2.6 [Regularize-se](#)

2.7 [Contatos](#)

2.8 [Biblioteca Virtual](#)

2.9 [Notícias](#)

3. Pagamentos e Ressarcimentos

3.1 [Emissão de boleto de anuidade](#)

3.2 [Refinanciamento de débitos \(Refis\)](#)

3.3 [Ressarcimento de valores](#)

4. Tabela de Honorários

4.1 [Cálculo de honorários profissionais](#)

5. Registro no CAU e Carteira de Identidade Profissional

5.1 [Registro provisório de profissional diplomado no Brasil](#)

5.2 [Registro definitivo de profissional diplomado no Brasil](#)

5.3 [Registro temporário de profissional diplomado no exterior profissional](#)

5.4 [Registro definitivo de profissional diplomado no exterior](#)

5.5 [Emissão de primeira via de carteira de identidade](#)

5.6 [Emissão de segunda via de carteira de identidade profissional](#)

5.7 [Anotação de título de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho](#)

5.8 [Registro de pessoa jurídica](#)

5.9 [Baixa de Registro de pessoa jurídica](#)

5.10 [Interrupção de registro](#)

6. Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)

6.1 [Emissão de RRT simples](#)

6.2 [Emissão de RRT derivado](#)

6.3 [Emissão de RRT mínimo](#)

6.4 [Emissão de RRT múltiplo mensal](#)

6.5 [Emissão de RRT de atividade no exterior](#)

6.6 [Emissão de RRT fora do prazo \(RRT Extemporâneo\)](#)

6.7 [Baixa de RRT](#)

6.8 [Retificação de RRT \(RRT Retificador\)](#)

6.9 [Cancelamento de RRT](#)

6.10 [Declaração de nulidade de RRT](#)

7. Registro de Direitos Autorais (RDA)

7.1 [Emissão de Registro de Direitos Autorais \(RDA\)](#)

8. Certidões e Declarações

8.1 [Emissão de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física ou Jurídica \(CRQ\)](#)

8.2 [Emissão de Certidão Negativa de Débitos Pessoa Física ou Jurídica \(CND\)](#)

8.3 [Emissão de Declaração Negativa de Antecedentes Éticos](#)

8.4 [Emissão de Certidão de Acervo Técnico \(CAT\)](#)

8.5 [Emissão de Certidão de Acervo Técnico com Atestado \(CAT-A\)](#)

9. Acesso a Informações Públicas e Dados Sobre a Profissão

9.1 [Acesso ao Sistema de Inteligência Geográfica \(Igeo\)](#)

9.2 [Acesso a dados e pesquisas sobre o exercício profissional](#)

9.3 [Serviço de Informações ao Cidadão \(SIC\)](#)

10. Canais de Atendimento e Contatos

10.1 [Atendimento CAU/SP – Sede e Regionais](#)

10.2 [Ouvidoria](#)

10.3 [Atendimento à imprensa](#)

10.4 [Telefones, e-mails, endereços e horários de atendimento](#)

11. Comissão de Ética e Disciplina

11.1 [Defesa em processo ético-disciplinar](#)

O ano de 2021 começou com muitas semelhanças em relação a 2020; a população mundial continua sofrendo com os impactos da pandemia do Covid-19, especialmente os países mais pobres e/ou que não conseguiram implantar um sistema efetivo de combate a pandemia. Esse fato acabou se refletindo em consequências nos mais diversos cenários (econômico, político, social, etc).

Entretanto, na parte final do ano anterior, alguns países apresentaram uma retomada de sua economia, a medida que conseguiam minimizar os efeitos da pandemia. Porém o cenário econômico ainda é muito instável, pois estão surgindo novas variantes do vírus e alguns países, como o Brasil estão com dificuldades econômicas/políticas que impedem a aceleração da vacinação e a consequente retomada da economia de forma mais contundente. No Brasil, o desemprego continua em níveis altos, atingindo a taxa recorde de 14,7% no primeiro trimestre de 2021, conforme informações divulgadas no final de maio/2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Empresas estão fechando suas portas e demitindo seus funcionários, ou reduzindo seus salários temporariamente. Segundo dados do Serasa, em março/2021 no setor de serviços houve os pedidos de falência quase dobraram, em relação ao mesmo período de 2020. Os trabalhadores que perderam seus postos de trabalho tiveram

que buscar formas alternativas de se manter, e para muitos a única alternativa existente foi seguir no trabalho informal. As empresas que resistiram a falência tiveram que se reinventar para sobreviver. No mercado de construção civil, havia uma expectativa de crescimento de 4% até o final de 2021, porém com a falta de insumos no setor decorrente da pandemia, a expectativa de crescimento caiu para 2,5%.

Segundo dados divulgados pelo Ministério da Economia no final de abril/2021, o setor de construção civil criou, em média 44 mil novas vagas nos dois primeiros meses de 2021, em março a oferta de novas vagas ficou em 25 mil.

No primeiro trimestre de 2021, o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil apresentou um crescimento de 1,2% em relação ao último trimestre de 2020, segundo informações divulgadas no início do mês de junho/2021 pelo IBGE, representando um cenário iniciado em 2020, no qual o Brasil segue em retomada de sua economia. O mercado de Arquitetura e Urbanismo possui uma relação muito próxima com a economia do país, normalmente acompanhando o crescimento desta, assim como sofrendo com a desaceleração da mesma.

No primeiro semestre do exercício 2021, os resultados em relação as emissões de RRT's se mostraram superiores ao

exercício anterior para o mesmo período, isso pode ser um indicativo de que o progresso do programa de vacinação em nosso país aumenta também a confiança da população na contratação de serviços de Arquitetura e Urbanismo, proporcionando uma melhora do mercado deste ramo.

Neste cenário o CAU/SP vem adotando medidas que fomentam a retomada do exercício da profissão e suporte a sociedade, através da criação de projetos específicos de assistência técnica para enfrentamento da pandemia.

Apesar das incertezas decorrentes do atual cenário econômico/político do Brasil, existem expectativas de um crescimento do PIB para 2021 de mais de 3%, mas é claro que esse crescimento dependerá da eficácia na solução da crise sanitária que assombra o país, do rápido avanço da vacinação para toda a população e do ritmo de retomada da economia, quanto maior e mais constante for essa retomada, maiores serão as chances de a meta de crescimento do PIB ser atingida.

Força	Fraqueza	Oportunidade	Ameaça
<p>Lei 12.378/2010</p> <p>Geografia do Estado</p> <p>Vocação Social</p> <p>Demanda Contínuo</p> <p>PIB de SP e parque tecnológico</p> <p>Oferta de vagas no ensino</p> <p>Comunicação eficiente</p>	<p>Falta de poder de influência na gestão pública</p> <p>Legislação brasileira</p> <p>Concentração geográfica dos profissionais no Estado</p> <p>Qualidade do banco de dados (IES, formandos, arquitetos, empresas)</p> <p>Qualidade no ensino em geral</p> <p>Marca não consolidada do CAU/SP</p> <p>Entidades fragilizadas</p> <p>Comunicação externa e interna</p>	<p>Nova imagem do arquiteto</p> <p>Fomento no ensino de qualidade com acreditação dos cursos</p> <p>Fortalecimento de instituições de apoio ao profissional</p> <p>Aprovação do projeto de lei da arquitetura como carreira de Estado</p> <p>Cadastramento de arquitetos nos escritórios de São Paulo</p> <p>Fortalecimentos nos escritórios de AU</p> <p>Mercado de trabalho diversificado</p> <p>Alta demanda da sociedade</p>	<p>Reserva técnica</p> <p>Informalidade do arquiteto devido à burocratização</p> <p>Falta de qualidade no ensino</p> <p>Não existência da arquitetura como carreira no Estado</p> <p>Falta de valorização dos profissionais</p> <p>Intervenção governamental</p> <p>Concorrência externa</p> <p>Sombreamento das profissões PEC 108</p>

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

02

O planejamento estratégico é um processo sistêmico que permite definir o melhor caminho a ser seguido por uma organização para atingir um ou mais objetivos estratégicos, dentro de um contexto previamente analisado dos cenários, definindo-se metas e ações que permitirão chegar onde se deseja. A Identidade Organizacional do conjunto autárquico CAU é composta pela Missão, Visão e Valores; bem como por Objetivos Estratégicos Nacionais e Locais estabelecidos para um período de dez anos. O Planejamento Estratégico CAU 2013 - 2023 sedimenta as bases de um Conselho com excelência organizacional, transparente, inovador e financeiramente sustentável, para servir à sociedade, assegurando eficácia no atendimento **aos 63.500 profissionais e às 7.613 empresas** do setor no estado, comprometido com a qualidade e a modernidade em 2021.

O mapa estratégico em 2021 tem seus pilares fundamentados na identidade estratégica do CAU e relaciona os 14 objetivos estratégicos.

O infográfico a seguir demonstra os limites estratégicos mínimos e máximos estabelecidos pelas diretrizes do CAU/BR na Programação 2021 do CAU/SP. Importante destacar que em decorrência da pandemia, os limites mínimos e máximos para atingimento dos objetivos estratégicos, foram flexibilizados, com exceção do objetivo de fiscalização, mantendo-se o percentual mínimo a ser atingido de 15% sobre a Receita de Arrecadação Líquida.

Além dos valores estabelecidos e relacionados na RAL (Receita de Arrecadação Líquida), o CAU/SP ampliou esses valores com recursos de capital e acrescentado esses valores chegou-se a:

Fiscalização: R\$ 15.076.932,10

Objetivos Locais: R\$ 29.244.290,00

Visão	Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo									
	Nacional		Locais			Comunicação	Patrocínio	Capacitação	ATHIS	
Limites Estratégicos	Fiscalização (mínimo de 15% da RAL)	Atendimento (mínimo de 10% da RAL)	(Mínimo de 6% da RAL)			(mínimo de 3% da RAL)	(máximo de 5% da RAL)	(mínimo de 2% e máximo de 4% de Pessoal + Encargos)	(mínimo de 2% do total da RAL)	
Objetivos Principais	Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo	Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade	Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e a sociedade	Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade	Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo	Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade	Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo	Desenvolver competências de dirigentes e colaboradores	Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo	
Programação 2021	Iniciativas Estratégicas	9	5	6	2	8	2	2	1	8
	Valor Previsto	14.326.932	4.858.318	12.405.390			1.405.059	1.836.578	461.244	895.892
	% de programação em relação ao RAL	32%	10,8%	27,7%			3,1%	4,1%	1,03%	2,0%
Demais Objetivos	Assegurar a sustentabilidade financeira	Garantir a participação dos Arquitetos e Urbanistas no planejamento territorial e na gestão urbana	Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada	Estimular a produção da Arquitetura e Urbanismo como política de Estado	Promover o exercício ético e qualificado da profissão	Aprimorar e inovar os processos e as ações	Construir cultura organizacional adequada à estratégia			
Programação 2021	Iniciativas Estratégicas	4	10	5	3	5	4	1		
	Valor Previsto	7.514.630	1.890.032	1.451.508	5.157.157	802.518	267.867	16.264		
	% de programação em relação ao RAL	16,8%	4,2%	3,2%	11,5%	1,8%	0,6%	0,04%		

Objetivos Estratégicos

MISSÃO
VISÃO

Promover a Arquitetura e Urbanismo para TODOS

Ser reconhecido como referência na defesa e fomento das boas práticas da Arquitetura e Urbanismo

SOCIEDADE

Impactar significativamente o planejamento e a gestão do território

Ética e Transparência
 Excelência Organizacional
 Comprometimento com a inovação

Unicidade e integração
 Democratização da informação e conhecimento
 Interlocução da Arquitetura e Urbanismo na sociedade

Valorizar a Arquitetura e Urbanismo

PROCESSOS INTERNOS

EXCELÊNCIA ORGANIZACIONAL
 Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo
 Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade
 Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
 Influenciar as diretrizes do ensino de Arquitetura e Urbanismo e sua formação continuada
 Garantir a participação dos arquitetos e urbanistas no planejamento territorial e na gestão urbana
 Estimular a produção da arquitetura e urbanismo como política de Estado

RELAÇÕES COM A SOCIEDADE
 Assegurar a eficácia no relacionamento e comunicação com a sociedade
 Promover o exercício ético e qualificado da profissão
 Fomentar o acesso da sociedade à Arquitetura e Urbanismo

ALAVANCADORES

Assegurar a sustentabilidade financeira

Aprimorar e inovar os processos e as ações

PESSOAS E INFRAESTRUTURA

Desenvolver competências de colaboradores e dirigentes

Construir cultura organizacional adequada à estratégia

Ter sistemas de informações e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento dos arquitetos e urbanistas e da sociedade

Fiscalização
R\$ 14.326.932
*R\$ 15.076.932
* valores com os recursos de capital
Atendimento
R\$ 4.858.318
Comunicação
R\$ 1.405.059
Patrocínio
R\$ 1.836.578
Objetivos Locais
R\$ 12.405.390
*R\$ 29.244.290
* valores com os recursos de capital
Capacitação
R\$ 461.244
ATHIS
R\$ 895.892
*R\$ 895.892

Os objetivos de âmbito nacional, são os que constam com a fonte verde, e os objetivos locais são os que se encontram com a caixa verde.
 * Os valores com capital são respectivamente, fiscalização (R\$ 15.076.932), nos três objetivos locais a soma de (R\$ 29.244.290) e ATHIS (R\$ 895.892).
 ** Por meio da Deliberação Plenária DPOSP Nº 0394-07/2021, foi autorizado o aporte de R\$ 2.939.787,64 provenientes de Projeto Específico.

Como o CAU/SP planejou a realização da sua missão e dos principais objetivos estratégicos

O CAU/SP aprovou seu Plano de Ação com Orçamento e Planejamento Estratégico para o ano de 2021 no mês de agosto de 2020 após várias reuniões com a colaboração de todos os conselheiros em suas Comissões, Conselho Diretor, vice-presidente e presidente, capitaneado pela CPFi. Conseguindo instituir todos os objetivos estratégicos para o ano, com a finalidade de atingir sua missão e sua visão. Além de deixar a perspectiva de continuidade para o ano de 2022.

Planejamento de recursos necessários para o alcance dos objetivos estabelecidos

A arrecadação prevista para possibilitar atingir os objetivos, projetos e processos planejados para o ano conta com a indicação do crescimento histórico, mas impulsionada pelo excelente trabalho de recuperação de créditos, garantindo a Sustentabilidade Financeira, um dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Principais programas, projetos e iniciativas

Destacam-se entre os objetivos estratégicos a estruturação da nova Sede do CAU/SP. A Gestão encara com muito afincos essa atividade, de forma a garantir um espaço aos Arquitetos e Urbanistas que contribuem e acompanham os trabalhos do Conselho. Mais do que isso, uma casa para o atendimento à sociedade como um todo, referência na arquitetura nacional e paulista, com um edifício acessível no Centro de São Paulo. Há outros projetos, programas e iniciativas a serem implantados pelo Conselho e de grande importância. Vamos tratar deles ao longo deste relatório.

Avaliação sobre como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos

A Governança se preocupa em dar todo o suporte necessário às iniciativas para atingir os objetivos estratégicos traçados. Estando sempre disponível e atenta a essas necessidades, deverá apoiar e conduzir a reestruturação do Organograma, de forma a garantir o aperfeiçoamento da estrutura, para propiciar melhores condições de controle interno, gestão de riscos e supervisões. Foram criados diversos cargos de supervisão neste organograma, assim como cargos essenciais para garantir a gestão de riscos e ampliação do atendimento à sociedade como um todo.

Mecanismos, ações e atividades a serem implementadas e determinadas pela alta administração para garantir a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos da organização

A Gestão apoiou e solicitou as adaptações necessárias para o procedimento sistemático de melhorias, com a finalidade de propiciar a economicidade em todos os atos da instituição, assim como a legalidade, solicitando análise pelo Departamento Jurídico de todas as compras realizadas. A eficiência, a efetividade e a eficácia vêm sendo estudadas, e uma proposta da Gerência Financeira de acompanhamento sistemático foi implantada esse ano, assim como a controladoria interna, para dar mais segurança e acompanhamento em todos os processos.

Manifestação da Alta Administração e medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados

A Alta Administração solicitou o aprimoramento dos indicadores de acompanhamento. O CAU/BR realizou no início de 2020 o Seminário de Planejamento e Prestação de Contas e apresentou novas propostas de indicadores. Estes indicadores foram incluídos no SGI para que a partir desse ano de 2021, a indicação das metas e o monitoramento possa ser realizado diretamente através dessa plataforma.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

03

Em outubro de 2016 a Controladoria do CAU/BR realizou um levantamento junto a todos os CAU/UF e ao CAU/BR por meio de um “Questionário de Avaliação de Controles Internos e Gestão de Riscos (QACI) visando avaliar o nível de maturidade institucional nestes quesitos.

Não obstante, em 2020 o CAU/BR não tenha implementado política de gestão de riscos, tal deficiência está sendo debelada em 2021, conjuntamente com as ações do grupo de trabalho criado para atuar nas ações de estruturação e implantação dentre outros, de Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, cujos trabalhos se iniciarão em março, com prazo conclusivo estimado para junho de 2021. O resultado dos trabalhos serão disseminados a todos os CAU/UF que poderão implementar as adequações do modelo do CAU/BR julgadas necessárias a cada realidade.

Atuação da unidade de Auditoria Interna

A partir de meados de novembro de 2016, foi implantada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo a vaga de Auditor Interno, dada a necessidade do conhecimento e do estudo dos procedimentos implantados nas áreas, conhecimento das funcionalidades e segregações de funções, conforme o Organograma Funcional atual do CAU/SP. Começa a ser delineado Plano de Auditoria Interna, Processo nº 001/2017, para execução no CAU/SP.

No mês de junho de 2019, foi ratificada a área de Auditoria no novo organograma aprovado, tendo sido preenchida, no início de 2021, a vaga de Auditora Interna.

A unidade de Auditoria Interna e a Comissão de Planejamento e Finanças (CPF) cumpriram esse papel, efetuando vistas, observações, sugestões, recomendações e apontamentos sobre todas as contas (balancetes de janeiro a junho),

orçamento anual, Plano de Ação, transposições e execução orçamentária (desempenho da arrecadação e gastos por unidade de contas, projeto/atividade), bem como, em relação aos processos de compras, conforme a lei 8.666/93.

Também analisando e aprovando o Relatório de Gestão Integrado anual, prestações de contas mensais e trimestrais.

Informações da empresa de auditoria independente contratada

A Auditoria independente foi contratada para fazer a auditoria anual e realizará o processo em 2021.

O CAU/SP será auditado em suas prestações de contas financeiras, contábeis e patrimoniais pelo CAU/BR e sua assessoria externa, a qual aprovará a Prestação de Contas mensalmente e trimestralmente, o que compreende os meses de janeiro a junho de 2021.

A Gestão de Riscos e Controles Internos no âmbito do CAU/SP abrange questões estratégicas, riscos e ameaças, com acompanhamento da execução do Plano de Ação e abordagem como a das *Três Linhas de Defesa* (IIA, 2013). Desta forma o CAU/SP conta com os seguintes grupos de responsáveis envolvidos com o gerenciamento de riscos:

Gerência Administrativa
Gerência Financeira
Gerência Técnica
Coordenação
Supervisão

PRIMEIRA LINHA DE DEFESA

Os gestores das áreas de negócios tem a função de gerenciar os riscos e são responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.



RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

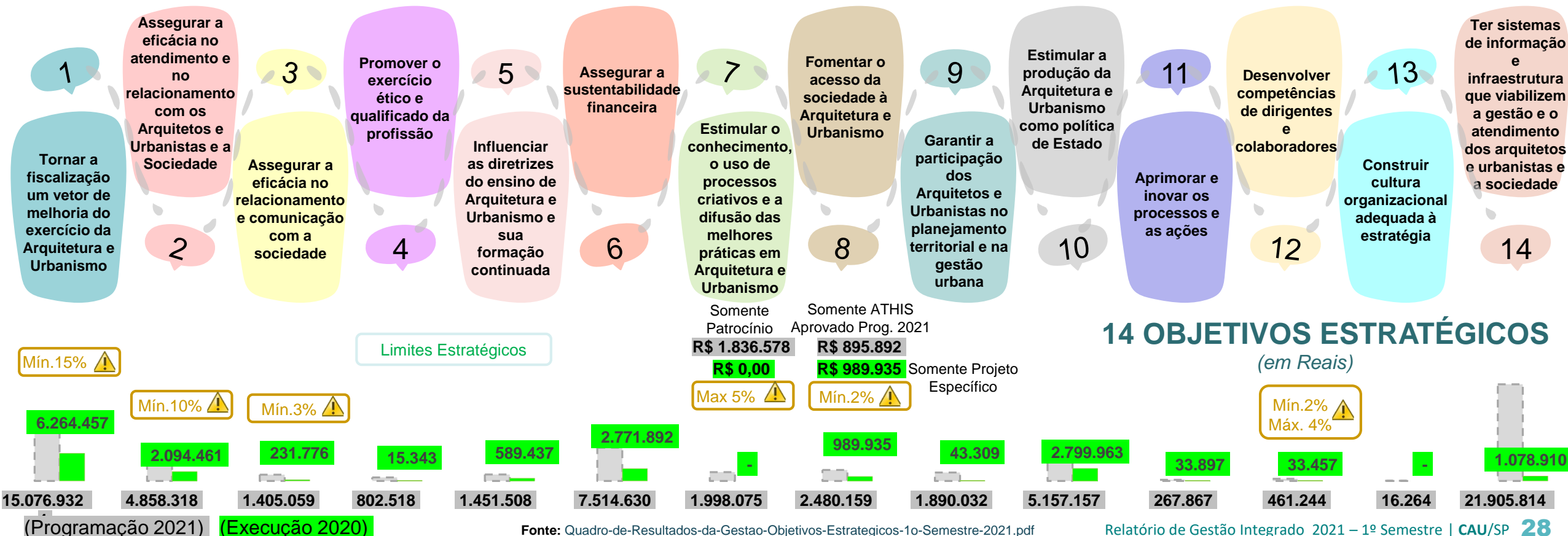
04

Abaixo estão demonstrados de forma simplificada todos os objetivos estratégicos estabelecidos no Planejamento Estratégico do CAU e os valores projetados no orçamento de 2021. No gráfico abaixo, temos a informação do projetado para 2021 na coluna cinza pontilhada. Na coluna em verde temos o realizado até 30/06/2021. As informações de cada um dos Objetivos Estratégicos poderão ser visualizadas no decorrer deste capítulo, com o detalhamento do comparativo entre programação e execução do primeiro semestre 2021.

Principais realizações e desafios e perspectivas para 2021.

Considerando o cenário mundial em decorrência da pandemia (COVID-19), e com a queda da arrecadação, todos os projetos e atividades foram revistos em um esforço conjunto de todo o Conselho para o equilíbrio das contas. Com o início da vacinação e retomada gradativa da economia prevemos um cenário de recuperação de arrecadação. Desconsiderou-se de despesas, a Reserva de Contingência, por não se tratar de uma despesa propriamente dita.

Em se tratando de limites estratégicos estabelecidos pelas Diretrizes para elaboração do Plano de Ação e Orçamento, fica observado a aplicação do percentual mínimo de 15% sobre a Receita de Arrecadação Líquida (RAL) nas atividades de Fiscalização, mínimo de 10% sobre a RAL nas atividades de Atendimento, mínimo de 3% sobre a RAL nas atividades de Comunicação, máximo de 5% sobre a RAL nas atividades de Patrocínio, mínimo de 2% sobre a RAL nas atividades de ATHIS e mínimo de 2% e máximo de 4% nas atividades de Capacitação.

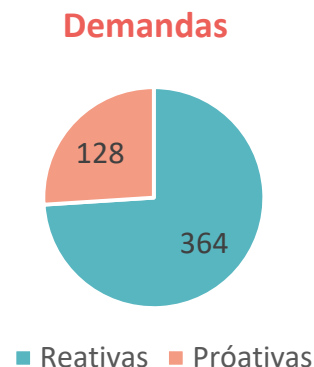


Fiscalização

Para cumprir a finalidade de zelar pela orientação e fiscalização do exercício da Arquitetura e Urbanismo, o CAU/SP conta com a **Área Técnica de Fiscalização** e a **Comissão Ordinária de Fiscalização**.

A Comissão é responsável pelo Plano de Fiscalização do CAU/SP e por propor alterações na legislação de fiscalização junto ao CAU/BR. Ela também realiza ações preventivas e educativas institucionais para apoiar a fiscalização. A Área Técnica de Fiscalização reúne os fiscais e as atribuições ligadas a estes.

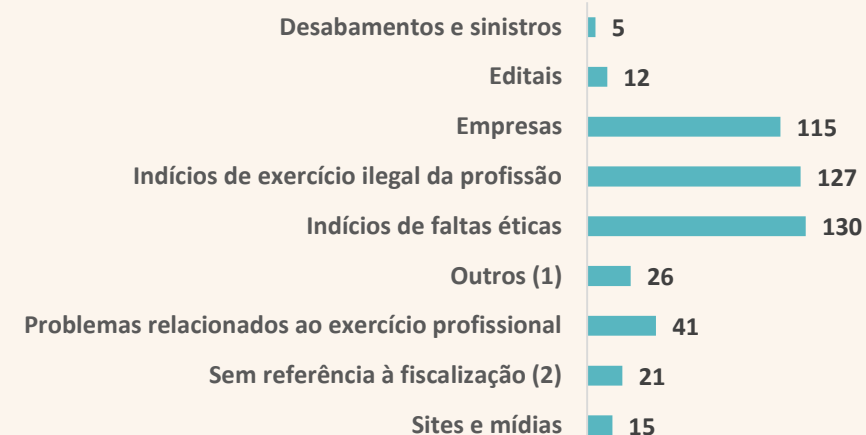
O CAU/SP **atendeu 492 demandas** no 1º semestre de 2021, divididas em **364 demandas reativas** e **128 demandas proativas**, representando respectivamente 74% e 26% das ações. As **demandas reativas** são realizadas de forma a oferecer respostas à solicitações realizadas pela sociedade através de denúncias e atendendo a diligências de outros órgãos públicos ou mesmo de Conselheiros, solicitadas durante o rito de análise de processos. Já as **demandas proativas** são aquelas derivadas de um planejamento elaborado pelo próprio setor com o objetivo de fiscalizar e orientar. Das 492 demandas atendidas no período, 254 foram em São Paulo, 3 não estavam ligadas a uma cidade e as demais nas regionais, distribuídas conforme gráficos ao lado.



254
Demandas relacionadas à SEDE / São Paulo

03
Demandas não estavam ligadas a uma cidade

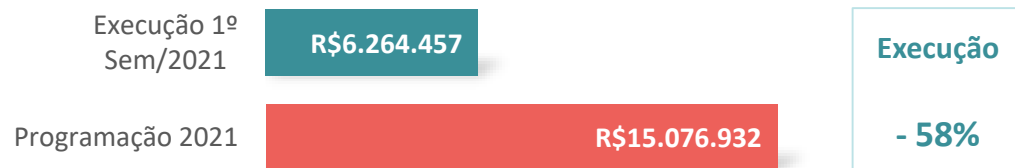
Classificação das Demandas



(1) As 26 demandas classificadas como “**Outros**” são casos que não se encaixam em nenhuma das classificações anteriores. Por exemplo: demandas administrativas de correção de trâmites e demandas decorrentes de Planos de Ação (feiras e condomínios).

(2) As 21 demandas classificadas como “**Sem referência à fiscalização**” são denúncias registradas como atividades fora da área de atuação da fiscalização do CAU/SP. Por exemplo: solicitação para embargar obras, solicitação de emissão de carteirinha, pedido de fiscalização em outro Estado etc.

Orçamento Previsto/Executado



Demandas Atendidas por Escritório Descentralizado	19	19	49	20	05
	ABC	BAURU	CAMPINAS	MOGI DAS CRUZES	PRESIDENTE PRUDENTE
	34	20	29	18	22
	RIBEIRÃO PRETO	SANTOS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	SOROCABA

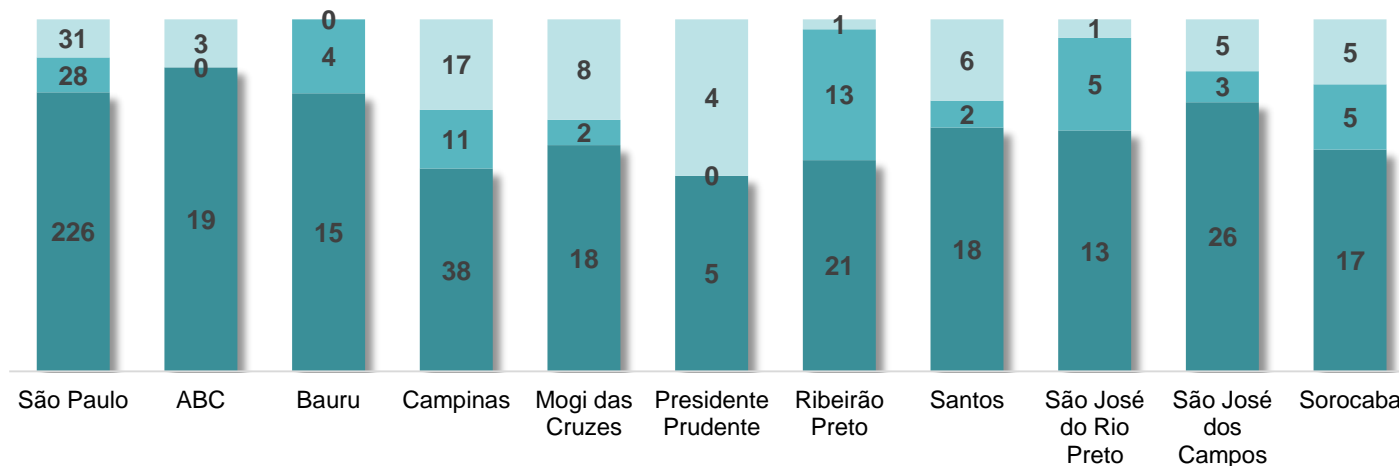
Fiscalização

Prazos de atendimentos das Demandas

Os prazos do setor foram quantificados, e o passivo de demandas foi eliminado. A ideia é gerar uma fiscalização com respostas mais rápidas para a sociedade, respeitando os prazos estabelecidos pelo setor.

Legenda do gráfico à direita

- Em aberto até 30/06/2021
- Cadastrada em anos anteriores e atendida no 1º semestre de 2021
- Cadastrada e atendida no 1º semestre de 2021

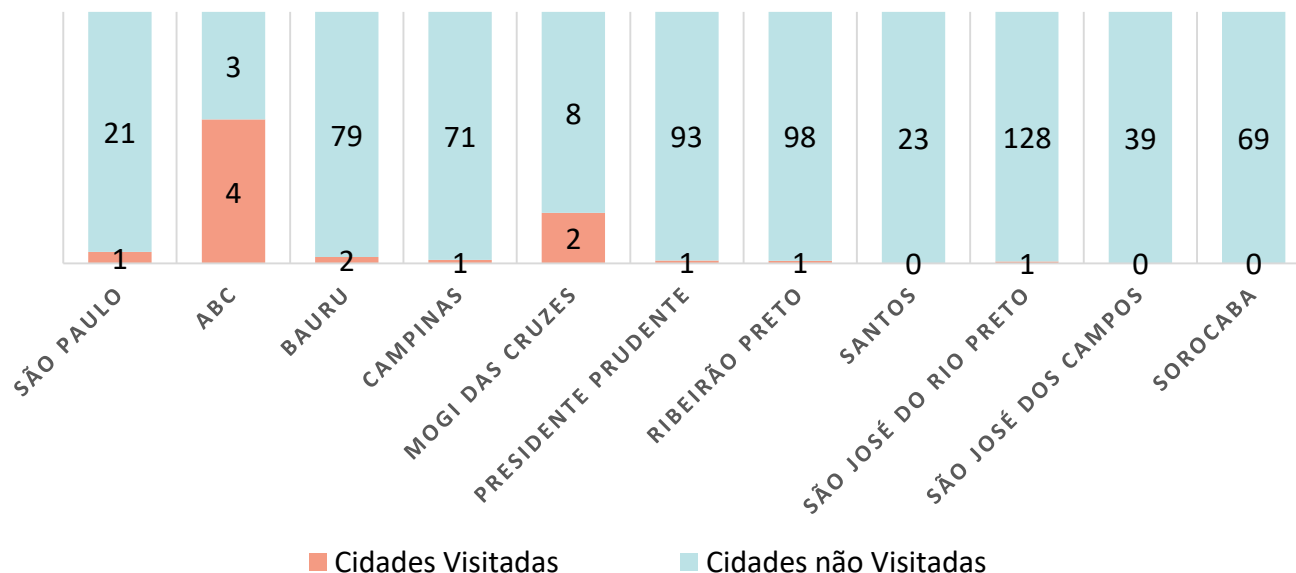


O tempo médio de apuração das demandas cadastradas no 1º semestre de 2021 foi de:

35 Dias

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Tornar a **FISCALIZAÇÃO** um VETOR de MELHORIA do exercício da Arquitetura e Urbanismo.



Ao lado, apresentamos um gráfico que demonstra a abrangência da atuação da Fiscalização no Estado de São Paulo no primeiro semestre de 2021, e a distribuição nas regionais. Com a adoção do teletrabalho desde março de 2020, em virtude da pandemia, as ações presenciais foram bastante afetadas, apresentando uma baixa abrangência no Estado e nas regionais no ano de 2021. Das 645 cidades, foram fiscalizadas apenas 13 no período.

Fiscalização

Desafios e Perspectivas 2021

O primeiro semestre de 2021 trouxe um cenário desafiador a Fiscalização do CAU/SP, o ano começou com a posse da atual Gestão e a estruturação de um Gerência Técnica que inclui a Fiscalização juntamente com outros setores e foi necessário que os fluxos fossem apresentados e revisados para integração desta nova gerência. O CAU/BR aprovou uma Nova Resolução base para as ações de Fiscalização, a Resolução 198/2020-CAU/BR que passará a vigorar em setembro deste ano e, não menos importante, continuamos enfrentando o prolongamento da pandemia de Covid 19 no primeiro semestre do ano exigiu que a equipe de Fiscalização e a Comissão de Fiscalização revisassem seus planos de trabalho previstos para este ano.

Com a suspensão dos prazos processuais nas ações de caráter punitivos, aprovado pelo CAU/BR em 2020, e, com a promulgação da Deliberação Plenária CAU/BR DPEBR nº 0007-06/2020, o represamento de processos no setor enfrentado em 2020 se estendeu ao primeiro semestre de 2021 e a equipe dedicou boa parte de suas atividades a dar vazão a estes processos represados gerando novo acúmulo em relação as demandas atuais.

As atividades in loco continuaram prejudicadas devido ao agravamento da pandemia durante esse período, o setor continuou adotando o teletrabalho e, portanto, buscou focar em

ações de fiscalização remotas, bem como na finalização da Revisão do Manual de Fiscalização, aprimorando os procedimentos operacionais.

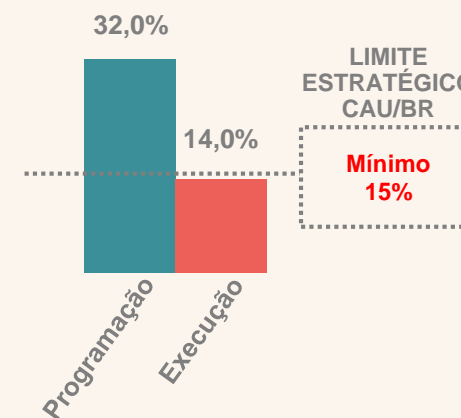
A Comissão de Fiscalização por sua vez dedicou-se a revisar e reduzir os seus projetos para este ano frente a realidade imposta pela pandemia, reforçando o caráter de orientação de suas ações, desta forma a Comissão encerra o primeiro semestre com 5 projetos principais e a previsão de ações virtuais.

Uma das nossas importantes perspectivas para o segundo semestre será a criação do Plano Nacional de Fiscalização pelo CAU/BR, elaborado pela Comissão Temporária de Fiscalização do CAU/BR (CTF-CAU/BR), o normativo é uma importante ferramenta de sistematização das ações de Fiscalização e tem o potencial de trazer avanços para questões não pacificadas, aprimorar e uniformizar procedimentos. A partir do Plano Nacional de Fiscalização, o Manual de Fiscalização do CAU/SP e o Plano de Ação da Fiscalização para o próximo ano poderão ser alterados.

Para as ações orientativas a expectativa é que o segundo semestre de início a execução externa dos projetos da Comissão de Fiscalização, já adaptados ao ambiente virtual, após este período de readequação e detalhamento das ações.

Execução em relação à RAL¹ e seu Limite Estratégico (%)

O gráfico abaixo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de fiscalização em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). O valor mínimo de 15% sobre a RAL, é o limite mínimo estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em azul, é a programação anual que o CAU/SP determinou para este objetivo. Em 2021, o objetivo de fiscalização alcançou o percentual de 14% no período semestral.



¹. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

Fiscalização

INDICADORES

0,42
Meta

0,42
Execução



ÍNDICE DE RRT POR MÊS POR PROFISSIONAL ATIVO

Mede se a fiscalização está melhorando o exercício profissional da arquitetura e urbanismo. Se esse índice aumentar, significa que os profissionais em cada Estado estão tendo melhor entendimento de suas respectivas responsabilidades e deveres, com maior nível de registro de seus serviços.

80%
Meta

88%
Execução



ÍNDICE DE CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DE DENÚNCIA

Mede se os CAU/UF possuem a capacidade necessária para a fiscalização do atendimento das denúncias. Compara a quantidade de denúncias atendidas/fiscalizadas com a quantidade de denúncias recebidas.

2,5%
(mínimo)

3,44%
Execução



INDICADOR DE AUDITORIA

Mede as quantidades de auditorias técnicas realizadas sobre as RRT's emitidas no ano.

A auditoria foi realizada entre os dias 01/01/2021 e 30/06/2021.

RRTs sem Baixa	156.253
RRTs auditados	5.369
Em conformidade	3.569
Com irregularidade sanável	1.558
Com irregularidade insanável	243

PROJETOS

Plano de Divulgação da Fiscalização

O Plano de Divulgação da Fiscalização é um dos novos projetos da Comissão de Fiscalização, elaborado durante o período de Reformulação Orçamentária, o projeto tem como objetivo orientar os profissionais quanto a importância da atuação da Fiscalização do Conselho na garantia de um melhor serviço de arquitetura e urbanismo para todos, através da aproximação com os profissionais representados pelo CAU/SP. Esse projeto surge para tentar combater o distanciamento entre os profissionais e a Fiscalização do Conselho, gerado pelo desconhecimento e pela falta de comunicação adequada, e que acarreta em um menor engajamento dos arquitetos e urbanistas nas ações de fiscalização levando a um menor número de irregularidades denunciadas, mais infrações cometidas por desconhecimento da legislação do Conselho, resistência as atividades fiscalizatórias, entre outros.

Como parte deste projeto foi realizado o **1º Webinário de Fiscalização do CAU/SP**, ocorrido no dia 23 de março as 16h, que apresentou aos novos Conselheiros eleitos do CAU/SP as possibilidades de atuação e limites da Fiscalização do CAU/SP.

Projeto Olho Vivo/Site Legal

O segundo projeto a ser proposto em 2021 pela Gestão 2021-23 da Comissão de Fiscalização, nasce dos desafios trazidos pela pandemia e pela maior utilização do ambiente digital, e tem como objetivo orientar os profissionais arquitetos e urbanistas sobre a correta divulgação de seus trabalhos nos meios digitais, bem como conscientizar a sociedade sobre o a importância do exercício profissional adequado, combatendo o exercício ilegal nestes meios. O projeto prevê a criação de Guia de Orientação sobre o tema em formato e-book e a elaboração de uma campanha publicitária visando a conscientização da sociedade sobre a importância do exercício profissional feito por profissionais habilitados para tal.

Atendimento

Buscando cumprir com uma das competências do CAU/SP, em conformidade com a Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, com o Regimento Geral do CAU e com o Regimento Interno do CAU/SP, no âmbito de sua jurisdição, o CAU/SP conta com a Coordenadoria Técnica de Atendimento, com foco em zelar por um atendimento de qualidade e eficaz ao arquiteto e urbanista e ao cidadão.

A área de Atendimento conta com um sistema específico para o cadastramento dos atendimentos – CRM 4U - desde 2019, e assim são feitos as classificações dos atendimentos de uma forma padronizada, e unificado aos profissionais de todo o País, em consonância com a Resolução N° 126, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.



36.339 Atendimentos

De janeiro a junho de 2021 foram realizados 36.339 atendimentos distribuídos em 4 canais. Desse total de atendimentos, 16,4% foram através do telefone, 58,9% dos atendimentos foram por e-mail, 0,02% de forma presencial e 23,7% através do WhatsApp.

Em decorrência da pandemia, o CAU/SP também adotou mais uma modalidade de canal, o WhatsApp. No primeiro semestre de 2021, o WhatsApp foi o segundo canal com o maior número de atendimentos, totalizando 8.618, atrás somente do atendimento por e-mail, com 21.411. Devido à sua importância, o WhatsApp foi inserido como modalidade oficial no sistema CRM 4U para acompanhamento.

Também com a finalidade de atendimento às medidas sanitárias da COVID-19, afim de garantir a proteção dos profissionais e funcionários do Conselho, os atendimentos presenciais, que também contemplam as coletas biométricas seguiram os regramentos determinados pelos órgãos competentes com medidas de suspensão e agendamentos para evitar aglomerações, de acordo com essas mesmas definições nos meses que se seguiram no primeiro semestre de 2021, e os quais seguiram sem prejuízo ao exercício profissional no mesmo período.

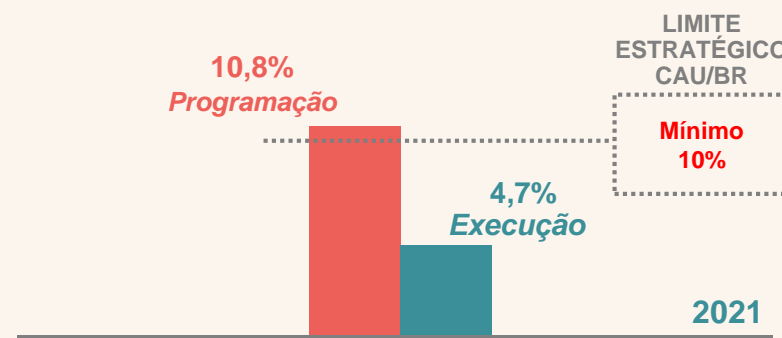
Todos os atendimentos foram realizados com tempo inferior a 30 dias, atendendo a 100% do índice de atendimento. O Índice de Satisfação com solução da Demanda foi de 99%.



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a eficácia no ATENDIMENTO e no RELACIONAMENTO com os Arquitetos e Urbanistas e a Sociedade

Execução em relação à RAL¹ e seu Limite Estratégico (%)



O gráfico ao lado esquerdo demonstra os percentuais de execução do objetivo de atendimento em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). O valor mínimo de 10% sobre a RAL, é o limite mínimo estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em cinza, é a programação anual que o CAU/SP determinou para este objetivo. Até o mês de junho de 2021, o objetivo de atendimento alcançou o percentual de 4,7% no período semestral.

¹ A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

Atendimento

Bauru	Santos	Presidente Prudente	Mogi das Cruzes	Campinas
384	21	141	5	101
31	41	25	13	133
26	1	-	-	-
771	174	273	184	432
27	-	-	-	-

Sorocaba	ABC	S. José dos Campos	Ribeirão Preto	S, José do Rio Preto
91	89	316	528	230
4	20	102	56	78
-	2	3	-	4
1	168	615	585	318
-	-	-	-	-

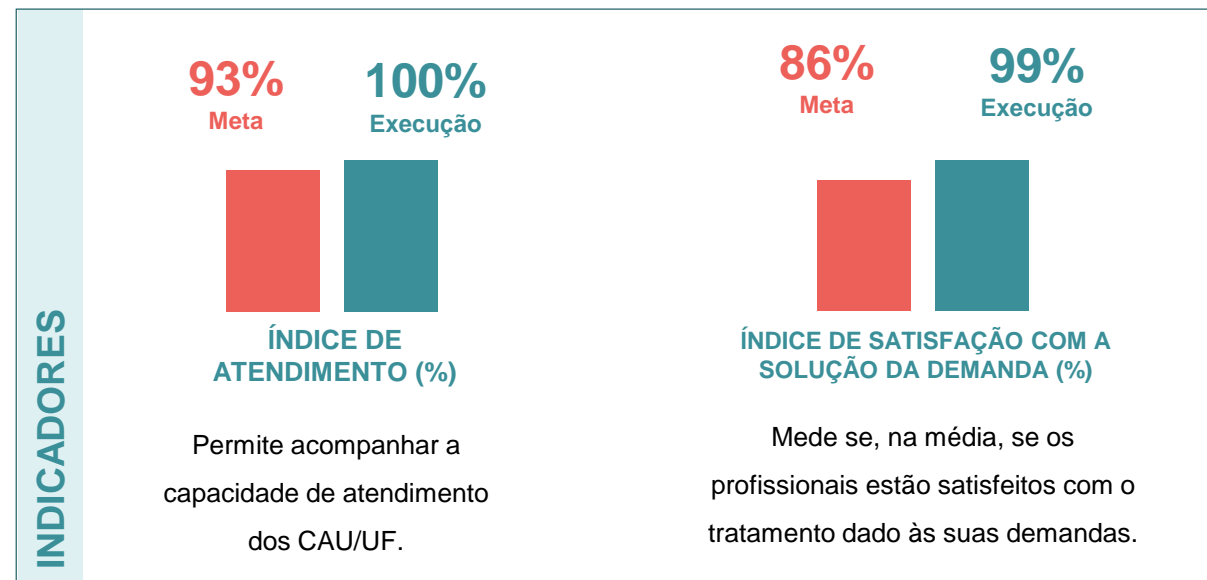
Atendimento nas Regionais

Acima, quantitativos dos atendimentos realizados por cada escritório descentralizado, sendo, respectivamente, atendimentos telefônicos, por e-mail, presenciais, por WhatsApp e coletas biométricas. Durante a pandemia, o WhatsApp se tornou um importante meio de comunicação, sendo a principal ferramenta de atendimento nas Regionais do CAU/SP.

Desafios e Perspectivas 2021

No 1º Semestre de 2021 houve melhorias das funcionalidades do SICCAU de forma a otimizar o uso de sistema, facilitando o módulo operacional, especialmente para os profissionais de Arquitetura e Urbanismo, diminuindo os impactos e erros que possam surgir quando na implantação de novas funcionalidades. Também houve melhorias na comunicação junto ao CAU/BR, visando antecipação de informações importantes a equipe de atendimento, permitindo que a equipe esteja mais preparada para auxiliar nos atendimentos relacionados ao sistema.

Houve trabalho de forma integrada com o sistema CRM 4U para que essas informações sejam compartilhadas e também possam ser utilizadas de forma estratégica junto com o SICCAU para o compartilhamento de comunicados e informativos, visando assim a contínua agilidade e qualidade no atendimento em conjunto com ferramentas de gestão dos sistemas já utilizados.



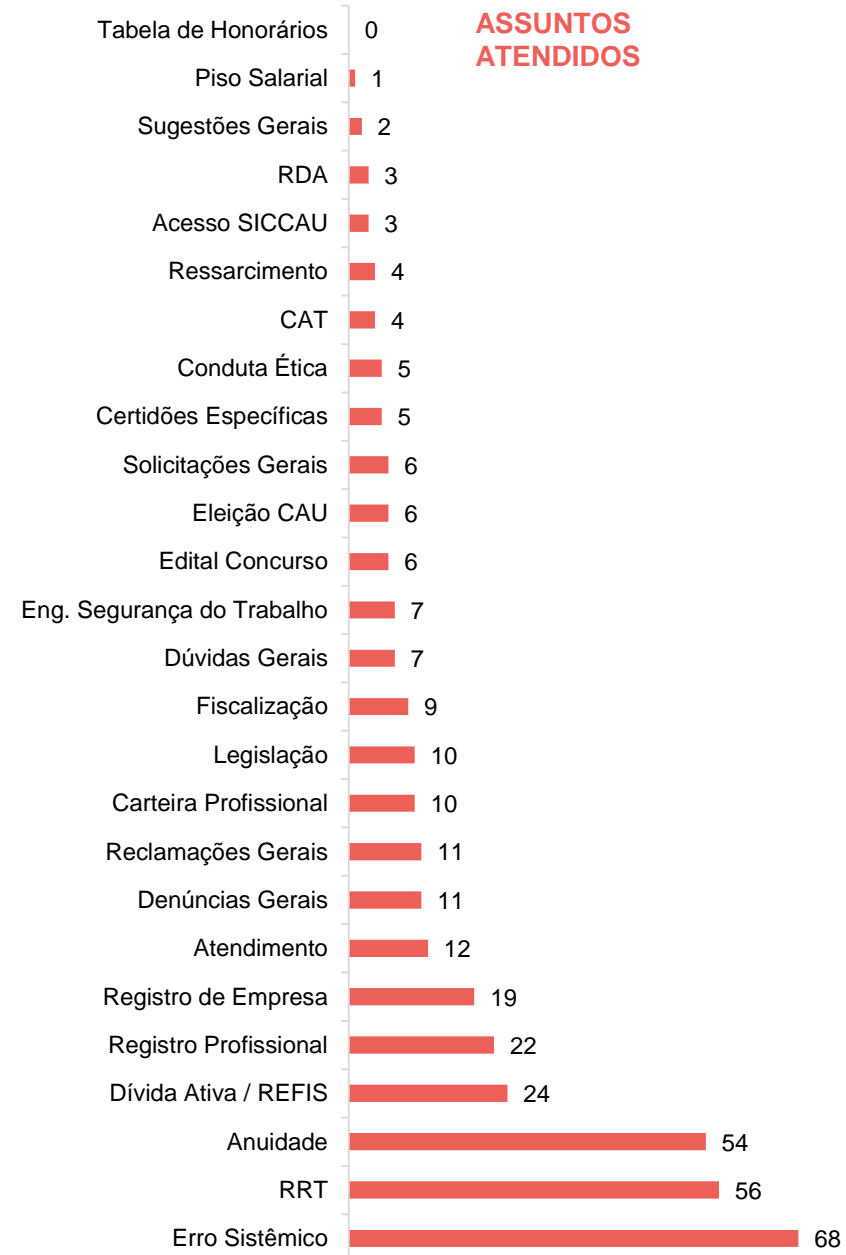
Ouvidoria

A ouvidoria do CAU/SP foi implementada no final de 2014 e tem a missão de garantir os direitos dos profissionais e cidadãos, recebendo reclamações, pedidos de informação, solicitações, sugestões, elogios ou denúncias sobre o atendimento e quanto a ações de responsabilidade do Conselho, de seus conselheiros e empregados públicos. Qualquer cidadão pode registrar sua manifestação e acompanhá-la eletronicamente por meio do Canal da Ouvidoria (<https://www.caubr.gov.br/ouvidoria>). É possível fazer o envio como pessoa física, pessoa jurídica ou de forma anônima.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) conta também com a Ouvidoria-Geral, regulamentada através da [Deliberação Plenária DPOBR 0054-07, de 19 de maio de 2016](#), como intermediária das manifestações dirigidas ao CAU/BR e aos CAU dos estados (ou do DF), atuando no encaminhamento das demandas às áreas competentes e na busca de soluções para os conflitos e dúvidas.

A Ouvidoria do CAU/SP, recebeu e atendeu a **365 (trezentos e sessenta e cinco)** manifestações e esperamos ter colaborado no encontro da melhor solução, sempre que possível, para cada um dos assuntos apresentados (vide gráficos com essas informações). Das demandas recebidas no primeiro semestre de 2021 (de 01 de janeiro a 30 de junho), próprias da UF de São Paulo, todas foram atendidas e respondidas.

Desse total, os canais mais utilizados foram:



Ouvidoria

No que diz respeito às demandas atendidas nesses 06 meses, a maior no período foi em decorrência das reclamações e solicitações referentes aos erros e falhas sistêmicas que tem acontecido desde o 2º semestre de 2020. No 1º semestre de 2021 alguns desses problemas persistiram, inclusive com ocorrência de uma grave falha no dia 15 de janeiro, que afetou a emissão dos boletos (de anuidade, RRT e demais tipos) do Conselho no dia. Também vale pontuar que em outros momentos posteriormente, em fevereiro e maio, ocorreram falhas diversas no novo módulo de emissão de RRT – desde o sistema estar indisponível até a casos de erros no processo de preenchimento do Registro. A Ouvidoria continuou a atuar no sentido de se desculpar e orientar os profissionais quanto a possíveis soluções paliativas, repassar os casos aos setores técnicos para providenciar as devidas correções, e à Direção do Conselho para ciência da situação.



190 Reclamações



86 Solicitações



20 Denúncias



57 Dúvidas



08 Sugestões



04 Elogios

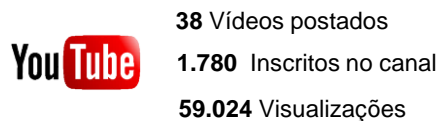
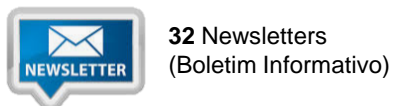
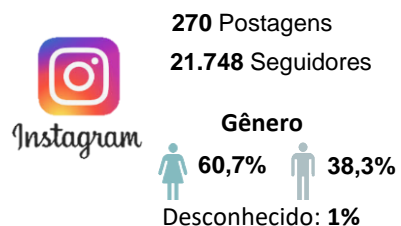
Desafios e Perspectivas 2021

Para 2021 mantemos a perspectiva de maior celeridade, ou eficiência na condução dos trabalhos da Ouvidoria. Enquanto ano passado se mostrou um período de transição e adaptação para uma nova rotina de trabalho, este se inicia com métodos mais estabelecidos e claros sobre como dar um bom andamento as demandas que recebemos. Principalmente tendo em vista a projeção de continuidade dos trabalhos remotos, tendo em vista a continuidade da pandemia no país. Em complemento, continua o desenvolvimento conjunto com a instância federal (e com a participação das COAs BR e SP) ações visando uma maior colaboração, efetividade e regulamentação da atuação da Ouvidoria do Conselho como um todo.

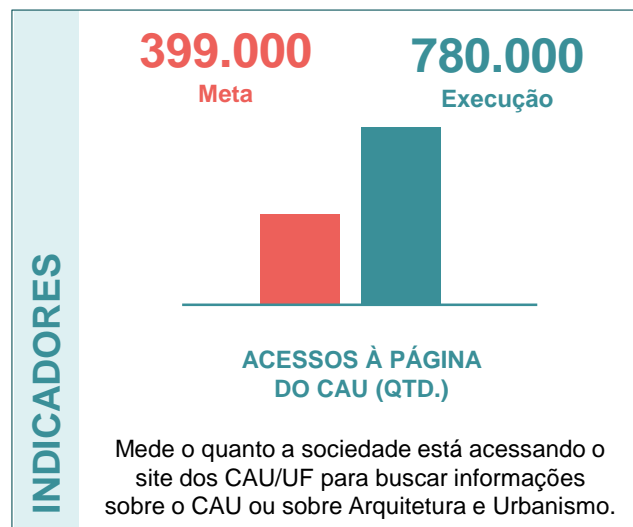
Comunicação

A Área de Comunicação é responsável por realizar a divulgação das ações e atividades do CAU/SP, publicações, e ampliar a comunicação do Conselho com os arquitetos e urbanistas, funcionários e a sociedade, por meio do site, mídias eletrônicas e mailing. Para isso, desenvolve trabalhos em conjunto com agência de comunicação integrada. Também apoia a realização de eventos, reuniões plenárias e ações institucionais do Conselho. CAU/SP. Em 2021 o desafio proposto a área de comunicação consiste em digitalizar processos internos do fluxo de informações, assim como alinhar sua estrutura aos princípios propostos pela gestão do Conselho, nos pilares da diversidade, transparência e participação. Para isso, foram definidas metas com indicadores mensuráveis com ferramentas pertinentes a comunicação social visando ampliar o impacto, engajamento e alcance da atribuição norteadora da área que é dialogar com a classe de profissionais, sociedade e instituições a fins de valorizar o ofício da arquitetura e do urbanismo, assim como as atividades e resoluções da autarquia, principalmente no ambiente digital que se consolidou como preponderante em tempos de distanciamento social e na busca de novas formas de relacionamento com o público alvo e públicos secundários.

Números dos nossos canais digitais de informação

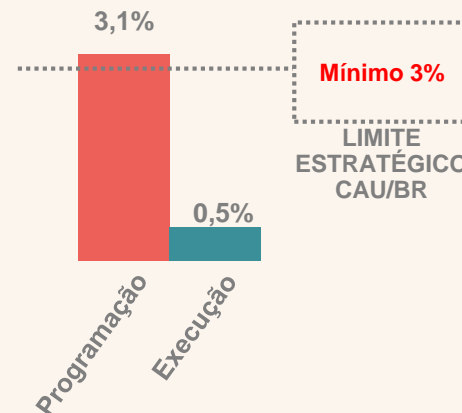


Orçamento Previsto / Executado



Execução em relação à RAL¹ e seu Limite Estratégico (%)

O gráfico abaixo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de comunicação em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL1). O valor mínimo de 3% sobre a RAL, é o limite mínimo estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. Até o mês de junho de 2021, o objetivo de atendimento alcançou o percentual de 0,5% no período semestral.



¹. A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

Comunicação

Desafios e Perspectivas

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a eficácia no relacionamento e **COMUNICAÇÃO** com a sociedade

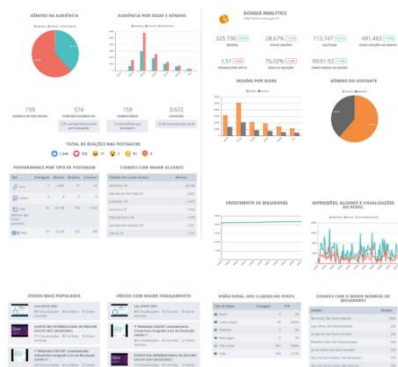
- 1) Reorganizar os canais de comunicação da autarquia a atribuir métricas factíveis de resultados e públicos.
- 2) Alinhar estrutura de nichos dentro das redes de relacionamento online e offline, segmentando contatos e atribuindo qualidades a esses perfis a fim de criar uma comunicação mais eficaz e direcionada.
- 3) Construir uma maior eficiência no acolhimento de demandas de setores e

- comissões do CAU/SP, possibilitando o acompanhamento em tempo real de jornadas e execuções.
- 4) Integração com ferramentas de tecnologias associadas a metodologias ágeis de execução de projetos de curta duração, como desenvolvimento de sites e pesquisas simplificadas.
- 5) Apropriação de linguagem diversa e inclusiva nos canais de comunicação do conselho, não

como elementos extraordinários e sim como princípios estruturantes desde a construção das pautas até a entrega de produtos de relacionamento e engajamento.

Obs.: A revista Mobile está passando por um processo de reformulação editorial pela Comissão Especial de Comunicação, não havendo previsão de publicação de números para o ano de 2021 até o momento.

Indicadores para acompanhamento 2021



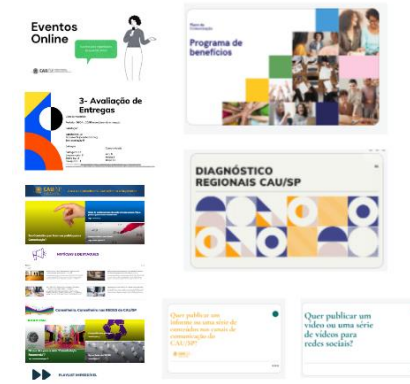
Evolução da métrica de engajamento nas redes sociais, com o objetivo de compreender linguagem e dinâmicas de atração e interesse do público definido, estabelecendo a meta de 30% de crescimento em relação ao ano anterior.



Metodologia ágil para construção de hotspots, formulários de pesquisa e enquetes no ambiente digital. Estabelecendo a entrega de 5 sites de acordo com as demandas das áreas e comissões



Repercussão de atividades do Conselho na mídia espontânea, com meta de 30 matérias no ano em mídias de repercussão nacional e estadual

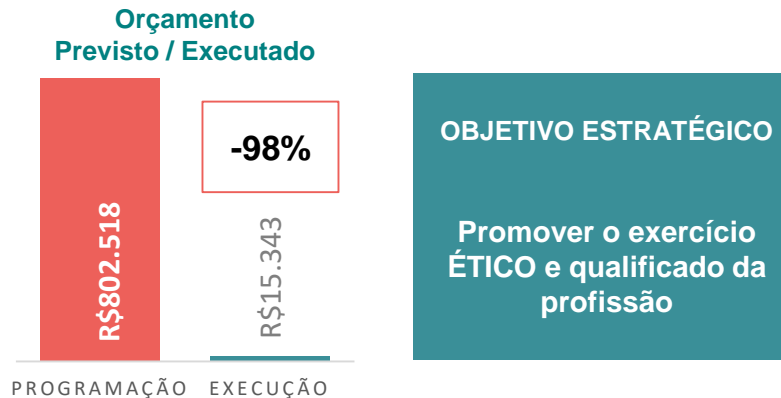


Produção e entrega de peças digitais qualificadas. Estabelecendo a meta de entrega de 20 projetos até a finalização qualificados atendendo as demandas das comissões e de melhorias nos processos de comunicação

Ética e Disciplina

A Comissão de Ética e Disciplina representa um dos principais pilares do Conselho. Dentre as principais competências dessa Comissão, estão, Definição do Calendário de Reuniões; Elaboração do Plano de Ação da CED-CAU/SP; Capacitação dos Conselheiros da CED-CAU/SP sobre legislações vigentes e procedimentos para apuração de denúncias; Distribuição de denúncias para análise dos Conselheiros; Realização de análises preliminares de denúncias; Conclusão da instrução de processos ético disciplinares; Realização de Webnário com parceria com o Jurídico do CAU/SP para capacitação do Plenário do CAU/SP sobre procedimentos para julgamento de processos ético-disciplinares; Encaminhamento de processos para julgamento; Elaboração de Regramento para realização de Audiências Virtuais; Realização de audiências para tentativa de conciliação; Encaminhamento de sugestões à CRI referente ao convênio firmado entre a Defensoria Pública e o CAU/SP, considerando as denúncias recebidas pela Comissão encaminhadas pela Defensoria; Encaminhamento de propostas de alteração do Regimento Interno do CAU/SP à COA; Alinhamento de procedimentos e início ao piloto no Sistema SGI;

Metas alcançadas: Análise de 95 protocolos de denúncias, havendo a conclusão das apurações de 32 dessas. Definição de regulamentação para audiências com as partes interessadas nos protocolos de denúncia/processos, com a possibilidade de serem realizadas de forma virtual, considerando a pandemia do COVID-19, que no primeiro semestre totalizaram três audiências a partir da instituição desse regimento, sendo que em duas delas os conflitos gerados foram pacificados e encerradas as denúncias. Encaminhamento de 06 processos para julgamento.



OBJETIVO ESTRATÉGICO
Promover o exercício ÉTICO e qualificado da profissão

Desafios e Perspectivas

Reduzir o passivo de processos e denúncias encaminhadas à Comissão para análise e parecer, dando celeridade à conclusão da instrução dos processos instaurados e às análises preliminares das denúncias.

Regulamentar audiências virtuais, considerando o cenário de pandemia do COVID 19, buscando dar andamento às reuniões para tentativa de conciliação ou para instrução dos processos e reduzir o passivo existente.

Orientar profissionais e estudantes do curso de arquitetura e urbanismo sobre o exercício ético profissional à luz do Código de Ética e Disciplina do CAU/BR.

Capacitar os Conselheiros Titulares e Suplentes da CED-CAU/SP, bem como demais Conselheiros do CAU/SP para garantir a eficiência e a eficácia na análise processual.

Avaliar o processo de implantação do sistema SGI para informatização dos procedimentos para condução das análises de denúncias.

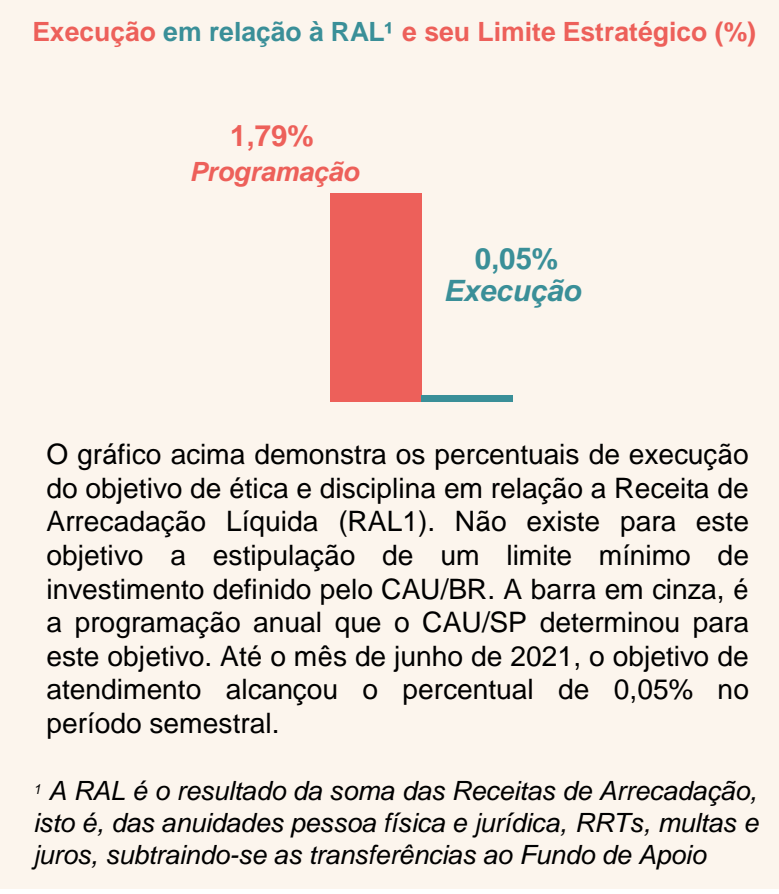
Concluir os processos cujas análises preliminares ocorreram em 2020; realizar as análises das denúncias recebidas em 2021; reduzir o passivo de protocolos que aguardam a realização de audiência;

95
 Encaminhamentos em denúncias e processos analisados

05
 Despachos Administrativos

10
 Encaminhamentos de processos para julgamento

03
 Realizações de Audiências



Ensino e Formação

Para cumprir a finalidade de zelar pelo aperfeiçoamento da formação em Arquitetura e Urbanismo, dentro da estrutura do CAU/SP possuímos o Setor Técnico de Ensino e Formação e a Comissão de Ensino e Formação.

A Comissão de Ensino e Formação é responsável por:

- a) Apreciar e deliberar sobre as solicitações de registros profissionais de diplomados no Brasil e no exterior;
- b) Apreciar e deliberar sobre as solicitações de anotações de pós-graduações;
- a) Relatar processos (diplomados no exterior e anotações de pós-graduação);
- b) Propor, apreciar e deliberar sobre o aprimoramento de atos normativos do CAU/BR referentes ao ensino e formação;
- c) Propor ao CAU/BR ações que estimulem as Instituições de Ensino Superior de Arquitetura e Urbanismo a tratar de ensino e formação relacionados às atribuições profissionais definidas no Art. 2º da Lei nº12.378, de 2010;
- d) Propor, apreciar e deliberar sobre apuração de irregularidades e responsabilidades relacionadas aos aspectos de ensino e formação, no âmbito de sua competência;
- e) Promover ações para estreitamento das relações do CAU/SP com as Instituições de Ensino Superior de São Paulo;
- h) Propor, apreciar e deliberar sobre indicadores estratégicos de caráter educacional e de formação para subsidiar a revisão do Planejamento Estratégico do CAU, a serem encaminhados ao CAU/BR;

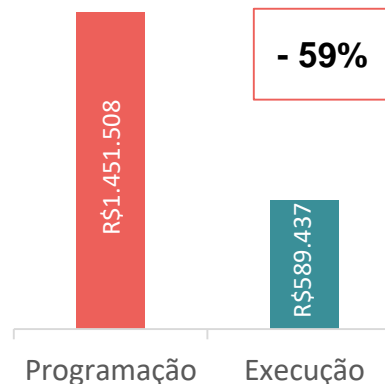
- i) Articular-se com o CAU/BR por intermédio do conselheiro federal titular representante das instituições de ensino superior, nos termos do Art. 61 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

A Comissão ainda apresenta 3 grandes importantes Projetos de: Eventos Acadêmicos e Colação de Grau; CAU nas Universidades e Acreditação de Cursos.

E o Setor Técnico de Ensino e Formação, por:

- a) Receber, instruir e analisar documentação de pedidos de registros profissionais de arquitetos e urbanistas diplomados no Brasil e no exterior, além de anotações de pós-graduações (Engenharia de Segurança do Trabalho/ lato e stricto sensu), apresentando processo completo à CEF CAU/SP para apreciação;
- b) Orientar solicitantes de registros profissionais e de anotações de pós-graduações;
- c) Acompanhar a abertura dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo e apresentar à CEF CAU/SP;
- d) Orientar os coordenadores de cursos de Arquitetura e Urbanismo para cadastramento de egressos no SICCAU;
- e) Acompanhar os projetos e deliberações da CEF CAU/SP para encaminhamentos, organização e auxílio em suas execuções (Palestras, Colações de Grau, outros);
- f) Encaminhar sugestões de melhorias SICCAU e normativos vigentes que tratam de registro profissional à CEF CAU/SP;
- g) Receber denúncias sobre os cursos de Arquitetura e Urbanismo oferecidos no Estado de São Paulo.

Orçamento Previsto / Executado



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar o atendimento às diretrizes do ENSINO de Arquitetura e Urbanismo ao habilitar Arquitetos e Urbanistas para o PLENO exercício da profissão.

Principais realizações da Comissão de Ensino e Formação



Ensino e Formação

Principais realizações do Setor Técnico de Ensino e Formação

Recebimento, instrução, encaminhamento de pedido de veracidade de documento acadêmico e análise de solicitações de anotação de pós-graduações (lato e stricto sensu) para apresentação à CEF CAU/SP

15 Total Recebidos
17 Total Analisadas
10 Deferidos
00 Indeferidos

Acompanhamento da abertura e orientações aos coordenadores de cursos de SP

95 Contatos semanais
 Orientações por telefone/ e-mail
168 Total de Cursos em Funcionamento em 2021

Recebimento, Instrução, Encaminhamento de pedido de veracidade de documento acadêmico e análise de solicitações de registros profissionais de diplomados no Brasil para apresentação à CEF

2.659 Total de Solicitações de Registros abertos primeiro semestre 2021
1.885 Registros efetivados primeiro semestre 2021

Recebimento, instrução, encaminhamento de pedido de veracidade de documento acadêmico e análise de solicitações de registros profissionais de diplomados no exterior para apresentação à CEF CAU/SP

04 Total Recebidos
13 Total Analisadas
05 Deferidos - CEF CAU/SP
05 Em análise - CEF CAU/BR
03 Efetivados os registros após homologação da CEF CAU/BR

Recebimento, Instrução e análise de pedidos de Emissão de Certidão de para fins de credenciamento de arquitetos e urbanistas perante o instituto nacional de colonização e reforma agrária (INCRA)

03 Total Recebidos
01 Total Analisadas
 Indeferidos pela CEF CAU/SP no primeiro semestre de 2021

Recebimento, Instrução, Encaminhamento de pedido de veracidade de documento acadêmico e análise de solicitações de anotação de título de Engenharia de Segurança do Trabalho para apresentação à CEF CAU/SP

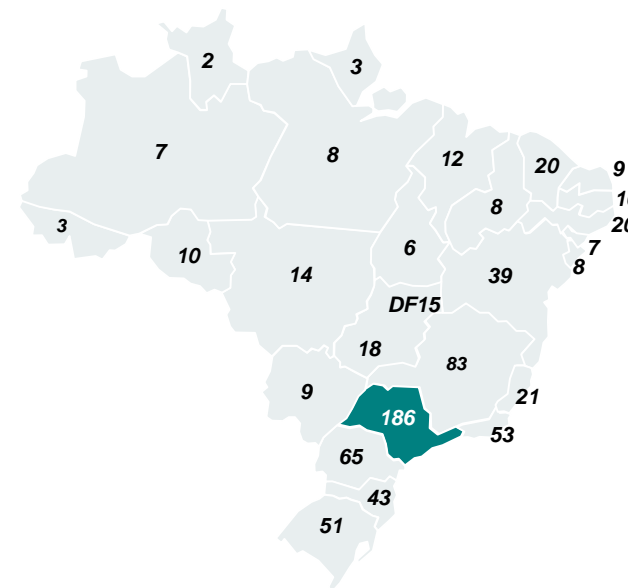
50 Total Recebidos
105 Total Analisadas
22 Deferidos pela CEF CAU/SP
34 Indeferidos pela CEF CAU/SP

Desafios e Perspectivas 2021

O Mapa ao lado demonstra o quantitativo de cursos no Brasil em 2021, sendo a maior concentração em São Paulo, com 186 cursos cadastrados. Neste ano de 2021, em atividade são 168 cursos de Arquitetura e Urbanismo, com 34.026 vagas autorizadas (cursos presenciais).

O CAU/SP, por meio de sua Comissão de Ensino e Formação continuará a promover debates sobre temas atuais da área, entre estes, o ensino na modalidade à distância integral (EaD), além de organizar e realizar o III Fórum de Coordenadores de Cursos de Arquitetura e Urbanismo, que contará com debates envolvendo temas ligados ao Ensino Remoto, Metodologias Ativas, Aplicação DCN (dificuldades e perspectivas) entre outros. Contando com a participação de docentes, discentes e coordenadores das CEF CAU/UF como convidados.

O 1º Encontro do III Fórum de Coordenadores de Cursos de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo, promovido pela CEF CAU/SP, teve como objetivo estreitar a comunicação com as IES e dialogar o ensino remoto. Contou com o total de 105 participantes, sendo 65 coordenadores de cursos de Arquitetura e Urbanismo, com destaque para a participação de 67% dos coordenadores de IES Públicas. A CEF CAU/SP promoverá, ainda, a Arquitetura e Urbanismo para todos, fomentando as boas práticas acadêmicas desenvolvidas nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, por meio de Editais de Chamamento Público para seleções de Boas Práticas de: Ensino, Extensão e TFG, alavancando a participação do interior do Estado de São Paulo, interligando aos Escritórios Decentralizados do CAU/SP.



Execução em relação à RAL¹ e seu Limite Estratégico (%)



O gráfico acima demonstra os percentuais de execução do objetivo de ética e disciplina em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL1). Não existe para este objetivo a estipulação de um limite mínimo de investimento definido pelo CAU/BR. A barra em cinza, é a programação anual que o CAU/SP determinou para este objetivo. Até o mês de junho de 2021, o objetivo de atendimento alcançou o percentual de 2,0% no período semestral.

¹ A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

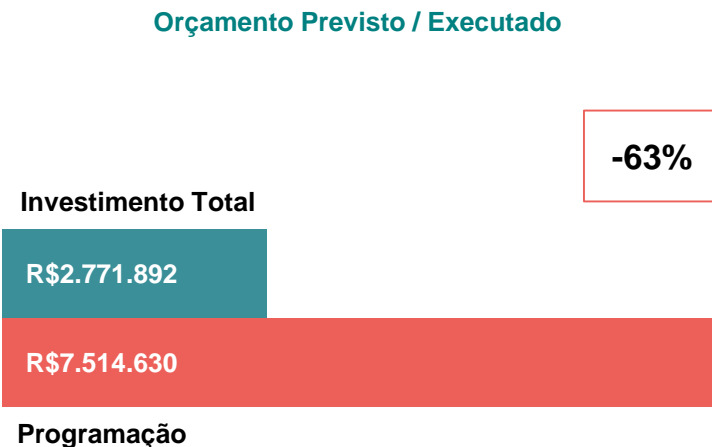
Sustentabilidade Financeira

Para cumprir a finalidade de zelar pelo planejamento e pelo equilíbrio econômico, financeiro e contábil do CAU/SP, respeitado o disposto nos artigos 24, 33 e 34 da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, o CAU/SP possui em sua estrutura a Comissão de Planejamento e Finanças. Dentre suas responsabilidades está o acompanhamento do planejamento estratégico, em conjunto com todos os setores e comissões do Conselho, além de propor, apreciar e deliberar sobre os planos de ação e orçamento e suas reformulações em conjunto com as diretrizes para elaboração dos planos de ação e orçamento. Também faz o monitoramento do comportamento

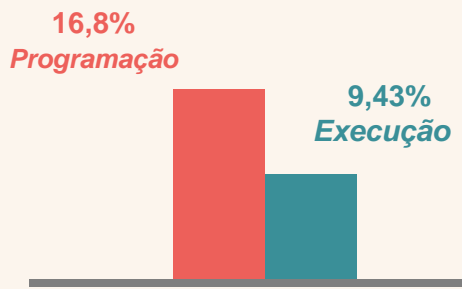
das receitas e despesas, propõe, aprecia e delibera sobre processos de cobrança de anuidades, taxas e multas e sobre a prestação de contas do CAU/SP. Para o desenvolvimento e a elaboração de relatórios, dashboards de monitoramento de todas as informações que vão dar subsídios às apreciações da Comissão de Planejamento e Finanças, o CAU/SP conta com o apoio da Gerência Financeira, que é subdividida em 4 importantes áreas: Contabilidade, Planejamento Orçamentário, Contas a Pagar e Contas a Receber.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA



Execução em relação à RAL¹ e seu Limite Estratégico (%)



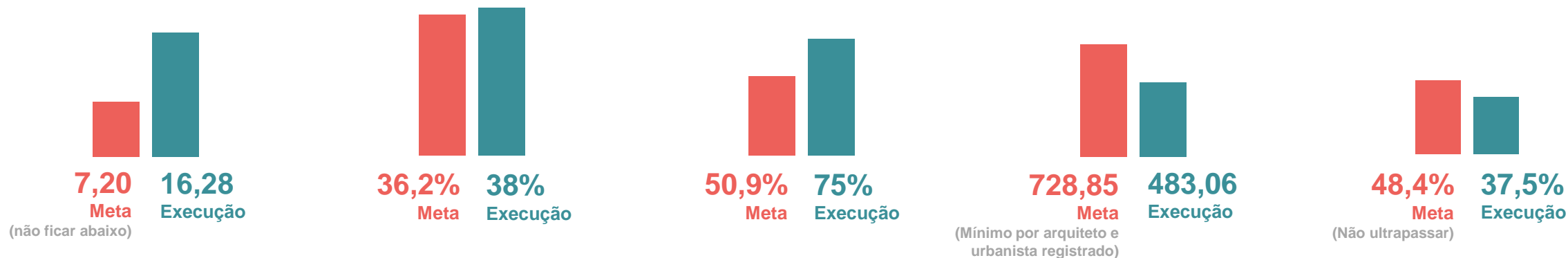
Item	Porcentagem (%)
Programação	16,8%
Execução	9,43%

¹ A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de Assegurar a Sustentabilidade Financeira em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). Não existe para este objetivo a estipulação de um limite mínimo de investimento definido pelo CAU/BR. A barra em cinza, é a programação que o CAU/SP determinou para este objetivo. No primeiro semestre de 2021, o objetivo de sustentabilidade financeira fechou com 11,9% sobre a RAL ficando abaixo na comparação com o programado de 16,8%.

Sustentabilidade Financeira

INDICADORES



ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Acompanha a liquidez corrente comparando a situação do ativo circulante com o passivo circulante.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA PESSOA FÍSICA (%)

Para a sustentabilidade financeira é importante acompanhar o nível de inadimplência, comparando a quantidade de profissionais com o total de profissionais inadimplentes e o total de profissionais ativos.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA PESSOA JURÍDICA (%)

Para a sustentabilidade é importante acompanhar o nível de inadimplência, comparando a quantidade de empresas inadimplentes com o total de empresas ativas.

ÍNDICE DE RECEITA POR ARQUITETO E URBANISTA

Mede se a receita corrente de cada estado está aumentando para um mesmo número de arquitetos e urbanistas. Isso mostrará maior eficiência na arrecadação e o quanto o CAU/UF está melhorando sua sustentabilidade financeira.

RELAÇÃO RECEITA/CUSTO DE PESSOAL (%)

Para que haja orçamento suficiente para os investimentos de crescimento, o custo de pessoal deve ser limitado para não ultrapassar um determinado percentual de receita corrente.

Ações de Inadimplência

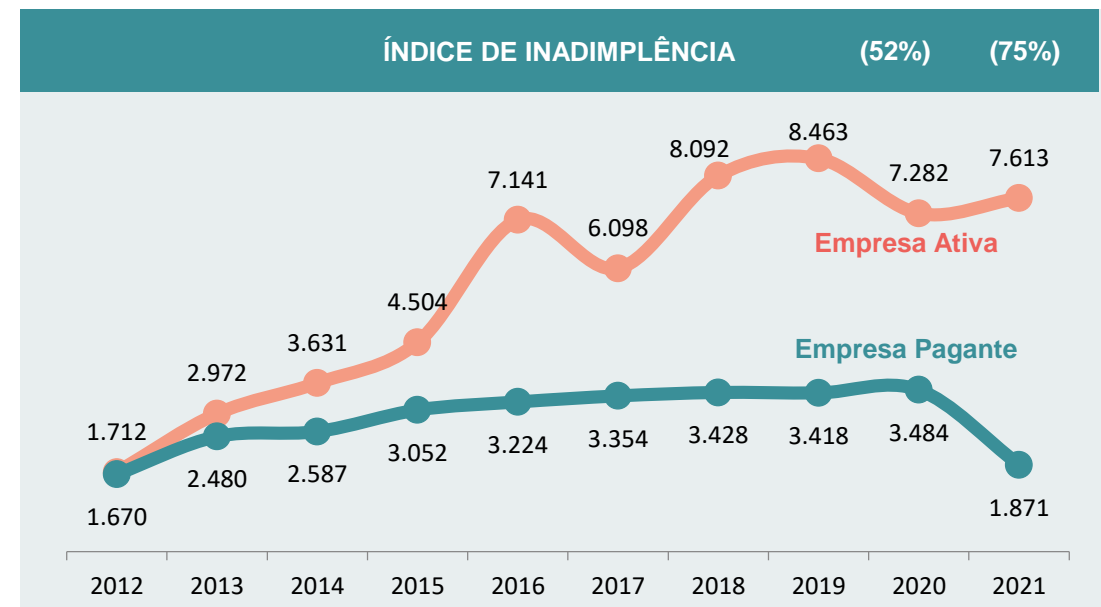
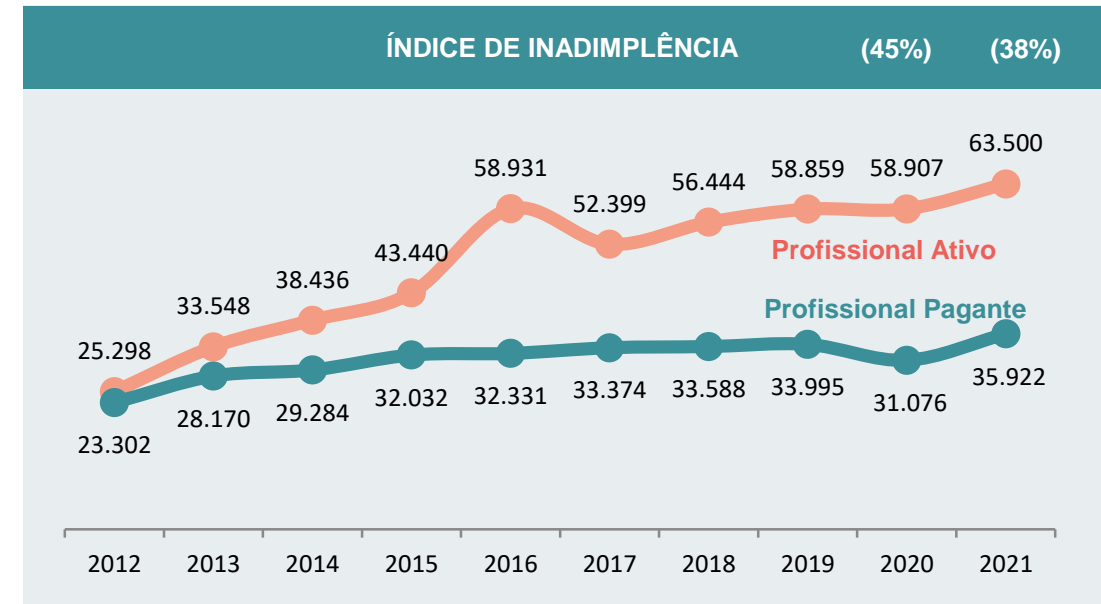
O ano de 2021 foi marcado pela efetiva implementação da Resolução 193, refletindo principalmente na modalidade de pagamento de pessoa jurídica como podemos ver no gráfico ao lado direito, em que passam a pagar suas anuidades a partir de Julho até dezembro, frente aos meses de janeiro à julho como eram no exercício 2020.

Tivemos o encerramento do REFIS em Junho deste ano, que proporcionou aos profissionais e empresas, condições de parcelamento e desconto dos débitos, e que impactou na arrecadação de anuidades de anos anteriores o montante de R\$ 3.187.922, sendo que desse total R\$ 2.837.606 (89%) são de PFs e R\$ 350.316 (11%) são de PJs.

Destacamos que o CAU/SP contribuiu junto ao CAUBR com sugestões de melhorias de pontos da normativa da Resolução 193.

Importante mencionar, como aprimoramento do controle interno, os esforços despendidos para alinhamento das evidências contábeis com os relatórios financeiros gerados no SICCAU. Além das novas demandas trazidas pela normativa, o setor de inadimplência manteve o monitoramento dos processos de cobrança dos inadimplentes, processo este realizado em duas fases administrativa (PAC) e judicial (Execução Fiscal). No 1º semestre de 2021, deu-se continuidade aos dois processos de cobrança em aberto PACS 2016 e 2019. Referente ao PAC 2016, evidencia-se o percentual de profissionais e empresas que quitaram duas dívidas: 42% para pessoa física e 19% para pessoa jurídica. Quanto ao PAC/2019, realizou-se a execução fiscal de 3.527 devedores. Destacam-se no cenário do PAC 2019 os indicadores do quantitativo de quitados: 45% para pessoa física e 27% para pessoa jurídica. Neste semestre também foi realizada abertura de novo PAC/2021 com a cobrança das anuidades de 2016 a 2018 que estavam próximas do prazo decadencial, refletindo o total de 2.940 notificados, sendo 1989 de pessoa física e 951 de pessoa jurídica e que seguirão para execução fiscal no 2º semestre de 2021. Tais ações refletem os esforços investidos a recuperação das anuidades em atraso e regularidade dos profissionais e das empresas ainda que em ano de pandemia.

Quanto ao cenário das anuidades de pessoa jurídica de 2021 comparadas a de 2020, destaca-se a alteração trazida pela Resolução 193 que estendeu o prazo de pagamento das anuidades de pessoas jurídicas até o mês de dezembro de 2021 e que alterou a variação prevista de PJs pagantes.



Patrocínio

O CAU/SP realizou no primeiro semestre de 2021 0,00% do programado para o ano todo e, Conforme o que estabelece as Diretrizes do CAU/BR, o limite máximo para investimento é de até 5%, tendo sido reservado 4,1% pelo CAU/SP, o equivalente a R\$ 1.836.578,71 14,58% a menos em relação ao valor disponibilizado em 2020.

O CAU/SP seguindo o objetivo estratégico de patrocínio – "Estimular o conhecimento, o uso de processos criativos e a difusão das melhores práticas em Arquitetura e Urbanismo" – realizou 04 projetos de patrocínio em 2021, porém ainda está buscando formas de melhorar a aplicação qualitativamente dos recursos, tendo em vista as dificuldades das organizações da sociedade civil no que diz respeito ao atendimento das exigências e regulamentações dos órgãos públicos.

Publicações de editais sem repasse de recursos, dentro dos objetivos de patrocínio:

- ✓ Programa de Benefícios
- ✓ Boas Práticas da TFG – Trabalhos Finais de Graduação
- ✓ Boas Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural
- ✓ Boas práticas em Arquitetura e Urbanismo



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Estimular o CONHECIMENTO, o uso de PROCESSOS CRIATIVOS e a DIFUSÃO DAS MELHORES PRÁTICAS em Arquitetura e Urbanismo

Orçamento Previsto / Executado

Investimento Total

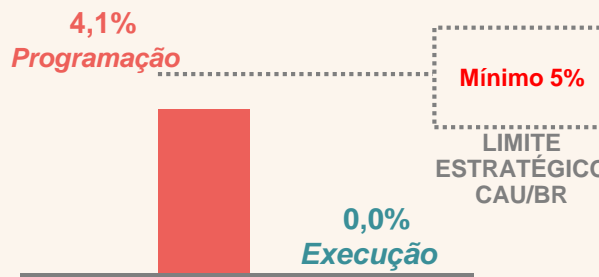
R\$-

R\$1.998.075

Programação

- 100%

Execução em relação à RAL¹ e seu Limite Estratégico (%)



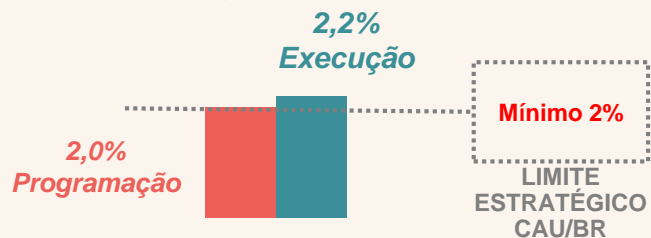
¹ A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio

O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de Patrocínio em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL¹). O valor máximo de 5% sobre a RAL, é o limite mínimo estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em cinza, é a programação anual que o CAU/SP determinou para este objetivo. Até o mês de junho de 2021, o objetivo de atendimento alcançou o percentual de 0,00% no período semestral.

ATHIS

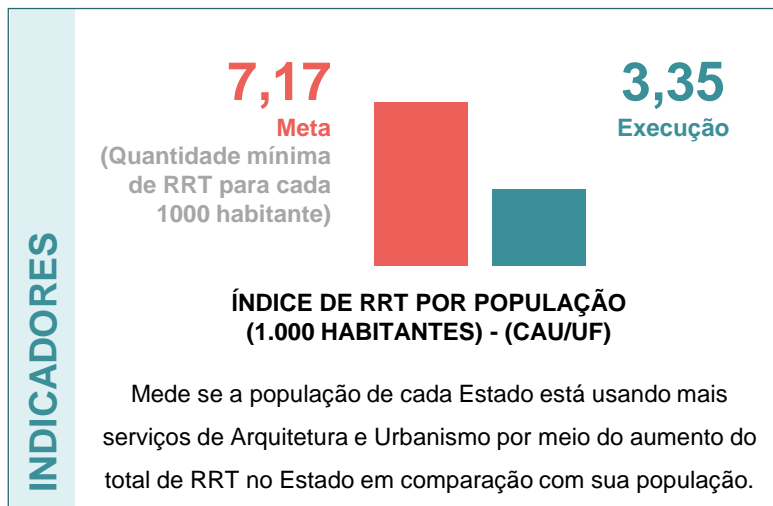
Em 2021 o valor programado para ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL (ATHIS), foi de R\$ 895.892,06. O valor realizado no ano de 2021 em ATHIS foi de R\$ 989.935,29, provenientes do Projeto Específico Assistência Técnica para Enfrentamento da Pandemia da COVID-19 relacionado ao edital de chamamento público nº 006/2019, que em 2020 havia sido estimado em R\$ 6.000.090,00, contudo, devido a problemas no cronograma, não foi possível finalizar os Termos de Fomento com as OSCs, neste período, que prezando pela sua continuidade fora retomado em 2021, com o aporte de R\$ 2.939.787,64, conforme Deliberação Plenária DPOSP Nº 0394-07/2021.

Execução em relação à RAL¹ e seu Limite Estratégico (%)

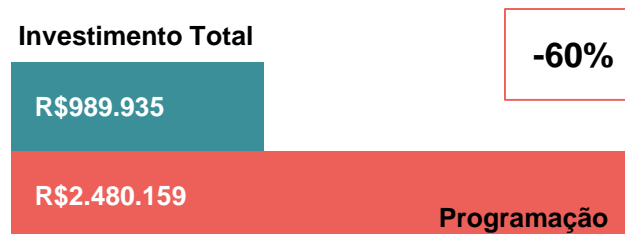


O gráfico ao lado esquerdo, demonstra os percentuais de execução do objetivo de ATHIS em relação a Receita de Arrecadação Líquida (RAL1). O valor mínimo de 2% sobre a RAL, é o limite mínimo estabelecido pelo CAU/BR para que seja investido neste objetivo estratégico. A barra em azul claro, é a programação anual que o CAU/SP determinou para este objetivo. Até o mês de junho de 2021, o objetivo de atendimento alcançou o percentual de 2,2% no período semestral.

¹ A RAL é o resultado da soma das Receitas de Arrecadação, isto é, das anuidades pessoa física e jurídica, RRTs, multas e juros, subtraindo-se as transferências ao Fundo de Apoio



Orçamento Previsto / Executado



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fomentar o ACESSO da SOCIEDADE à Arquitetura e Urbanismo

Projetos Modelo Pandemia:

Lote 01 (ATHIS): Elaboração de projetos arquitetônicos e/ou urbanísticos de ATHIS.

Ambiente Trabalhos Para o Meio Habitado – R\$ 124.227,68: Da moradia ao bairro: Qualificação do meio habitado, arquitetura no pós-ocupação de HIS e as potencialidades da atuação profissional

Projeto Gerações – R\$ 117.843,14: Constituição de um campo profissional no interior do estado de SP - Ocupação Jardim Esperança.

Lote 02 (ATHIS): Cursos, palestras, seminários, oficinas e/ou outros formatos, sendo que nos casos presenciais somente se as condições sanitárias permitirem, nas áreas de: Sensibilização de Agentes do Poder Público e Sociedade; Sensibilização de Docentes das Instituições de Ensino Superior e Estudantes; e, Capacitação e Aprimoramento de Arquitetos e Urbanistas; Desenvolvimento de legislação urbanística para regulamentação da implementação de ATHIS no município, caso o município não possua; Desenvolvimento de metodologia prática para as intervenções com a formulação de um manual de procedimentos para execução, da captação de recursos até a finalização da obra.

Pólis Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - R\$ 67.380,00: ATHIS de regularização fundiária na defesa do direito à moradia.

ATHIS



Identificação	Referência (Lotes)	Valor Transferido (R\$)
AMBIENTE - TRABALHOS PARA O MEIO HABITADO	1 e 2	124.227,68
ESPACO INFANTIL CORRENTE DO BEM	1	154.111,70
INSTITUTO PROCOMUM	1 e 2	171.895,36
MSTC - Movimento sem teto do centro	1	126.479,98
Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais	1 e 2	133.895,49
POLIS INSTIT.DE ESTUDOS FORMA E ASSES.EM POLITI.SOCIAIS	2	67.380,00
PROJETO GERACOES	1 e 2	117.843,14
USINA - Centro de Trabalho para o ambiente habitado	1 e 2	94.101,94
TOTAL		989.935,29

ATHIS na Baixada

Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social na Baixada Santista



Desafios e Perspectivas

Com as decisões governamentais e a recomendações das autoridades responsáveis pela saúde pública, preocupados em deter a propagação do Novo Coronavírus, a sociedade brasileira passou a ter a rotina de isolamento social total, mantendo-se distante de atividades de educação, cultura, lazer, esportes e até contato familiar.

As possíveis intervenções físicas de melhorias para estas famílias carecem da atuação de um profissional que detenha o conhecimento técnico das adequações espaciais na edificação e na escala urbana.

Os arquitetos e urbanistas são os profissionais qualificados para esta demanda, pois de forma inteligível e competente, sua formação pressupõe o compromisso e a responsabilidade social, ambiental, funcional, construtiva e legal.

Buscando mecanismos para o efetivo desempenho do seu papel institucional no aperfeiçoamento do exercício profissional, no âmbito de suas competências, o CAU/SP continuará a promover Chamamentos Públicos para a celebração de Parcerias com as Organizações da Sociedade Civil, por meio de Termos de Fomento para a execução de projetos de interesse da Arquitetura e Urbanismo visando à valorização da categoria profissional dos arquitetos e urbanistas por meio da difusão de

conhecimento técnico, científico e cultural, sendo sua operacionalização um novo desafio visto a necessidade da execução das ações presenciais para as ações híbridas e online devido à pandemia e a criação das estruturas e metodologias para a execução dessas ações junto à sociedade.

Tal proposta se enquadra ainda no planejamento estratégico do CAU/SP, aprovado pelas Diretrizes para elaboração do Plano de Ação e Orçamento do CAU, prevendo um aumento nas verbas para apoio às iniciativas em Athis (habitação social) e às atividades de fiscalização.

Para 2021, foram orçados R\$ 895.892 para suportar iniciativas em Assistência Técnica em Habitações de Interesse Social. Este valor é 22,1% superior ao montante orçado na Reprogramação 2020, conforme o "Plano de Ação e Orçamento com Planejamento Estratégico do CAU/SP 2021".

A fiscalização, por exemplo, continua sendo prioridade para o Conselho, assim como o aumento dos valores destinados à capacitação e a ações de atendimento, comunicação, patrocínio, ATHIS e outros objetivos estratégicos. Contudo, todas as ações têm como foco valorizar e aproximar cada vez mais os profissionais arquitetos e urbanistas, do Conselho, representando com relevância toda a classe.

Entre outros objetivos, trata-se de valorizar as boas

práticas do exercício profissional, consolidar as atividades da Fiscalização em todo o Estado, promover ações de caráter orientativo e preventivo e combater o exercício ilegal do ofício de arquiteto e urbanista.

Em 2021, foi dada continuidade à consolidação do fortalecimento de uma rede física e digital (plataforma/portal), para viabilizar ainda mais ações de ATHIS em regularização fundiária, melhorias habitacionais, habitação social e desenvolvimento profissional e comunitário.

O desafio ainda em 2021 é a disseminação massiva dos aspectos para sua implementação nos municípios do estado.



Planejamento Territorial e Urbano

Os trabalhos da Comissão Especial de Política Urbana, Ambiental e Territorial (CPUAT) do CAU/SP no primeiro semestre de 2021 foram divididos em quatro diferentes frentes: 1) Licenciamento urbanístico; 2) Planos Diretores; 3) Suporte nas regionais; 4) Encaminhamento das deliberações da gestão passada.

A CPUAT buscou cumprir sua missão em torno dos impactos urbanísticos ocasionados pela desigualdade estrutural brasileira e paulistana, bem como pelo contexto da pandemia da Covid-19, pois a sua área de atuação deve ser uma das prioridades para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

-98%

R\$43.309

Investimento Total

R\$1.890.032

Programação

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Garantir a participação dos Arquitetos e Urbanistas no PLANEJAMENTO Territorial e na GESTÃO Urbana

A gestão de políticas urbanas, ambientais e territoriais é um setor que tem uma expressiva presença de profissionais, atuantes no que podemos denominar arquitetura e urbanismos públicos e sociais e cabe a Comissão se posicionar para sinalizar à sociedade e ao poder público o pensamento da categoria e garantir as condições de trabalho para os profissionais que atuam nesse campo.

Questões como as mudanças e a emergência climática, a exaustão de recursos naturais, a desigualdade de renda, a legislação urbanística e a necessidade de inclusão urbana e territorial são essenciais, principalmente num contexto de pandemia, e o CAU precisa apoiar e estimular a atuação dos arquitetos e urbanistas nesses campos profissionais assim como apontar para a sociedade diretrizes para as políticas públicas urbanas, ambientais e territoriais.

Ações relacionadas à política urbana e ambiental em nível nacional

As ações relacionadas com a pauta nacional da Política Urbana, Ambiental e Territorial foi tratada com conjunto com a CPUA (Comissão de Política Urbana e Ambiental) do CAU-BR. A principal contribuição deu-se no IV Encontro Nacional de Comissões de Política Urbana e Ambiental, sobre a Simplificação do Licenciamento Urbanístico.

O encontro promoveu uma discussão entre as diferentes CPUA's/CPUAT para tratar mais especificamente sobre a resolução CGSIM Nº 64.

A participação das coordenadoras da CPUAT/SP desencadeou em duas ações internas da comissão:

- 1) Elaboração da "NOTAS SOBRE A RESOLUÇÃO CGSIM Nº 64 de 11/12/2020 - CPUAT CAU SP";
- 2) Elaboração do 1º Webinar Licenciamento Urbanístico Integrado à luz da Resolução CGSIM nº 64 e do Direito à Cidade.

Notas sobre a resolução CGSIM Nº 64 de 11/12/2020 - CPUAT CAU SP

A CPUAT aprovou um Parecer da Subcomissão da CPUAT – CAU/SP de considerações e propostas sobre Licenciamento urbanístico integrado. O parecer da subcomissão da CPUAT do CAU/SP se divide em duas partes:

1. a primeira com a análise sobre a Resolução CGSIM nº 64, que se deu mediante alguns eixos temáticos levantados ao longo do debate e contribuições das conselheiras, que foram sistematizados em 06 eixos que compõem as notas sobre a referida Resolução; e
2. a segunda com as considerações e propostas no tocante à necessidade de desburocratização e simplificação do licenciamento urbanístico integrado, considerando também os debates decorrentes do IV Encontro entre as CPUAs dos Estados realizado pela CPUA - CAU BR em 18/03/2021.

Com base neste parecer da CPUAT a intenção é construir uma agenda conjunta com outras Comissões do CAU/SP (Comissão de Exercício Profissional – CEP-CAU/SP e Comissão de Fiscalização – CF-CAU/SP) para discussão do tema no estado de São Paulo, bem como junto a outras instituições, profissionais da categoria e sociedade.

Link da deliberação:

<https://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/Deliberacao-003.2021-CPUAT-CAUSP-05.04-1291378-Resolucao-CGSIM-64-com-anexo.pdf>

Planejamento Territorial e Urbano

Elaboração do 1º Webinário Licenciamento Urbanístico Integrado à luz da Resolução CGSIM nº 64 e do Direito à Cidade

Organização e realização de evento sobre a simplificação do Licenciamento Urbanístico Integrado, com base na Resolução CGSIM nº 64 e à luz do Direito à Cidade, sob vários olhares com convite para participação de outras entidades/instituições e prefeituras de municípios de diferentes portes e regiões do estado, buscando abrir diálogo com os profissionais da categoria e com a sociedade civil no estado de São Paulo sobre o tema.

O evento foi elaborado em parceria com as comissões Comissão de Exercício Profissional (CEP-CAU/SP) e a Comissão de Fiscalização (CF – CAU/SP)

AÇÃO EM TORNO DA PANDEMIA: RECOMENDAÇÃO SOBRE REVISÃO DE PLANOS DIRETORES E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Considerando a Lei nº 12.378/2010 que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs, em especial o artigo 2º e o inciso V do parágrafo único, bem como o regimento interno do CAU SP, em especial artigo 100, e no intuito de garantir os preceitos constitucionais e do Estatuto da Cidade para a gestão democrática da cidade, com amplo processo participativo, a CPUAT do CAU SP sugere e apoia o adiamento nos municípios que estão em processo de revisão do Plano Diretor e/ou de suas leis complementares até que esse processo possa ser realizado com a efetiva e indispensável segurança sanitária, evitando assim colocar em risco, tanto as equipes técnicas, quanto os municípios participantes.

Deliberações da CPUAT/SP no primeiro semestre de 2021

- **Deliberação nº 001/2021-CPUAT-CAU/SP de 10 de março de 2021** – Calendário de reuniões 2021. Aprovação do calendário de reuniões ordinárias da CPUAT - CAU/SP.
- **Deliberação nº 002/2021-CPUAT-CAU/SP de 10 de março de 2021 – Resolução CGSIM nº 64** Ratificação da Deliberação n.005/2021 da CEP, a criação da Sub-Comissão para elaboração de parecer da CPUAT sobre a Resolução SGSIM n.64, a elaboração de uma agenda em comum para discussão sobre Resolução SGSIM n.64 junto à CEP e CPUAT, e convite à CF para participar da formulação desta agenda.
- **Deliberação nº 003/2021-CPUAT-CAU/SP de 05 de abril de 2021 – Resolução CGSIM nº 64** Aprovação do parecer elaborado pela Sub-Comissão da CPUAT – CAU/SP sobre a Resolução CGSIM nº 64 e o tema do Licenciamento urbanístico integrado, e encaminhamento à CEP e CF do CAU/SP.
- **Deliberação nº 004/2021-CPUAT-CAU/SP de 05 de abril de 2021** – Indicação de representante Aprovação da indicação dos Conselheiros Teresinha Maria Fortes Bustamante Debrassi, como membro titular e Luiz Antonio de Paula Nunes como suplente do CONDEMA;
- **Deliberação nº 005/2021-CPUAT-CAU/SP de 22 de abril de 2021** – Subcomissão Resolução CGSIM nº 64 Aprovação de novos conselheiros na subcomissão da Resolução CGSIM n.64 e indicação dos membros da CEP.
- **Deliberação nº 006/2021-CPUAT-CAU/SP de 22 de abril de 2021** – Plano de ação Aprovação do Plano de Ação CPUAT/CAU-SP de 2021.
- **Deliberação nº 007/2021-CPUAT-CAU/SP de 20 de maio de 2021** – Revisão de Planos Diretores durante a pandemia. Aprovação da Recomendação sobre Revisão de Planos Diretores e Legislação Urbanística durante a pandemia de Covid-19 aos Municípios do Estado de São Paulo e a solicitação que sejam avaliadas formas de publicação

da recomendação, de modo que esta chegue ao conhecimento dos municípios do estado de São Paulo, em especial aos que estão em processo de elaboração e/ou revisão dos seus Planos Diretores e Leis complementares,

- **Deliberação nº 008/2021-CPUAT-CAU/SP de 20 de maio de 2021** – Indicação de representantes Indicação para o Conselho da Área de Proteção Fonte Ambiental Municipal de Americana – APAMA o Conselheiro Victor Chinaglia Junior, a indicação para Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU de Guarulhos - Edital no 01/202, a Conselheira Ana Claudia de Souza Ferreira e a indicação para Comissão de Urbanização e Legislação de São José do Rio Preto a Conselheira Thais Borges Martins Rodrigues (Titular) e a Coordenadora da regional de São José Rio Preto Maristela da Silva Janjullo (Suplente).

FÓRUM SP 21

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), o Instituto de Arquitetos do Brasil – São Paulo (IAB-SP), o Centro de Estudos da Metrópole (CEM-USP/Cebrap), a Escola da Metrópole do Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP) e a Comissão de Direito Urbanístico da Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo (OAB-SP) irão promover o Fórum SP 21, um seminário de avaliação do Sistema Municipal de Planejamento de São Paulo, com foco no Plano Diretor e na Política Urbana do município, seus instrumentos, planos, programas e ações complementares, assim como seus impactos e repercussões vivenciadas na cidade no século XXI. O evento contará com apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da Escola da Cidade e do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU).

Planejamento Territorial e Urbano

Desafios e Perspectivas

Estamos vivendo um período de transição no mundo e no Brasil. As mudanças estão em curso e serão feitas com ou sem a participação das forças democráticas da sociedade e de suas instituições. Mais de 85% da população brasileira mora nas cidades, cuja modernização não superou suas desigualdades históricas; repensar o Brasil urbano é urgente. São Paulo é o estado mais populoso do Brasil, significando uma importância nas políticas urbanas em todo o país.

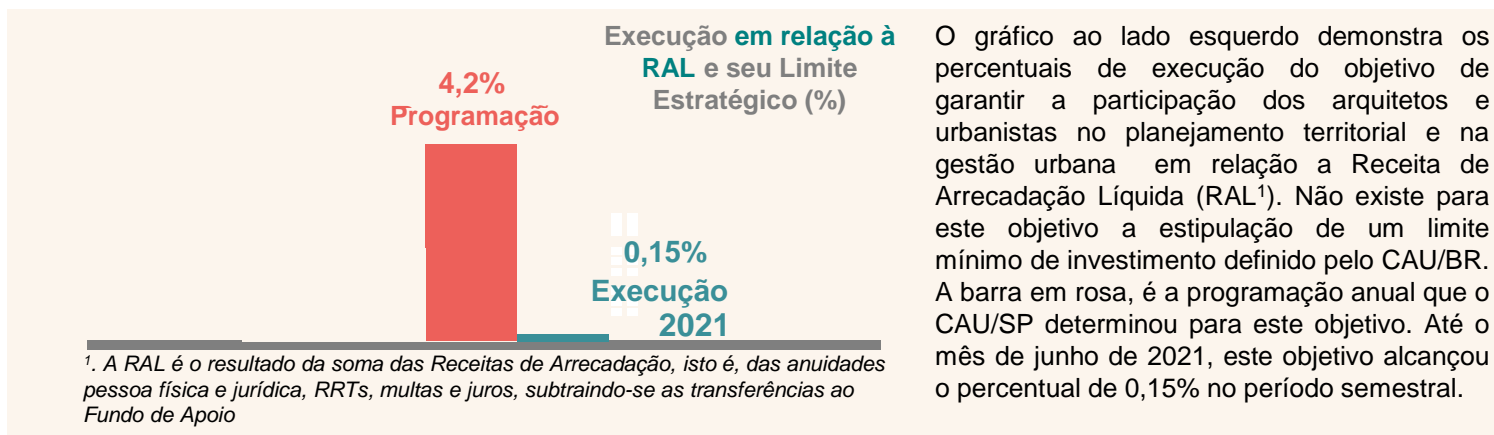
Está ocorrendo de forma acelerada um desmonte das políticas públicas no país, que é visível na extinção de empresas, secretarias e órgãos ligados ao campo de atuação da CPUAT. Nos dois últimos anos vimos a extinção do Ministério das Cidades, a nível federal, da Emplasa, da CDHU, da EMTU e mais de dez empresas e fundações ligadas à política urbana e ambiental em nível estadual e de várias empresas e autarquias do município de São Paulo, sendo que se anunciou a extinção da própria secretaria de Desenvolvimento Urbano para 2021.

Além disso, são inúmeras as iniciativas de concessão de equipamentos e serviços públicos, em um processo de terceirização que requer um controle social rígido. Nesse contexto, a necessidade de uma intervenção mais incisiva do CAU, através da CPUAT é ainda mais importante, pois várias das diretrizes estabelecidas, como o direito à cidade e a função social da propriedade e, ainda das nossas campanhas, como a luta pela Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social, terão dificuldades para serem implementadas.

Na área ambiental, a situação é ainda pior, uma vez que o Governo e o próprio Ministério do Meio Ambiente têm como prioridade apoiar atividades econômicas e que geram a devastação ambiental, como o garimpo ilegal, o desmatamento, as queimadas, a ocupação de terras indígenas, entre outras.

O corpo técnico do MMA, composto por profissionais de diversas áreas, inclusive arquitetos e urbanistas, está completamente alijado de qualquer poder de decisão, sem poder exercer seu papel de zelar pela defesa do meio ambiente. Nesse contexto, os principais desafios da área para o ano de 2021 são:

- Estabelecer uma interlocução com o poder público nos três níveis de governo, para articular a ação profissional com a implementação de políticas públicas urbanas. Para tanto seria necessário:
 - Concentrar o núcleo central das atividades da CPUAT nas questões da esfera estadual, considerando a área de abrangência do CAU-SP ser o Estado de São Paulo;
 - Acompanhar as deliberações e produções da CPUA-BR no que diz respeito ao licenciamento urbanístico, como é o caso da resolução CGSIM 64;
 - Criar grupos de trabalho regionais na CPUAT em cada gerência regional do CAU-SP, mobilizando profissionais da área de abrangência de cada regional para se encarregar dos assuntos relacionados com os respectivos municípios.
- Capilarizar o conhecimento sobre a política urbana, ambiental e territorial e levantar diagnósticos que ajudem nas prerrogativas do CAU/SP e no exercício da/o arquiteta/o e urbanista;
- Acompanhar as políticas urbana, ambiental e territorial dos municípios do Estado de SP e debater diagnósticos e propostas de acordo com as necessidades regionais do estado;
- Exigir processo participativos nas revisões dos planos diretores municipais que deverão ser feitos nesse período e atuar efetivamente para garantir a implementação da agenda urbana, ambiental e territorial do CAU-SP;
- Criar parcerias com outras Comissões do CAU SP, a fim de elencar objetivos congruentes e dinamizar atividades conjuntas



Os outros 3 objetivos estratégicos locais

Conforme Diretrizes para a Elaboração do Plano de Ação e Orçamento do CAU em 2021, foram elencados 3 objetivos estratégicos de âmbito nacional, a saber: (i) Tornar a fiscalização um vetor de melhoria do exercício da Arquitetura e Urbanismo, (ii) Estimular a produção da arquitetura como política de Estado e por fim, (iii) Fomentar o acesso da sociedade a Arquitetura e Urbanismo.

Além dos objetivos estratégicos nacionais, em 2021, o CAU/SP colocou como prioridade os objetivos estratégicos (i) Assegurar a eficácia no atendimento e no relacionamento com os arquitetos e urbanistas e a sociedade; (ii) Assegurar a sustentabilidade financeira e (iii) Ter sistemas de informação e infraestrutura que viabilizem a gestão e o atendimento aos arquitetos e urbanistas e à sociedade.

A proposta para as metas dos indicadores dos objetivos estratégicos locais selecionados pelos CAU/UF e CAU/BR tem como base as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico dos CAU/UF e do CAU/BR.

Todos os objetivos locais estão detalhados no decorrer do Relatório.

O limite mínimo estabelecido pelas Diretrizes para investimento dos 3 objetivos locais são de 6% sobre a Receita de Arrecadação Líquida. Os 3 objetivos locais apresentaram execução de 30,3%.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Assegurar a eficácia no **ATENDIMENTO** e no **RELACIONAMENTO** com os arquitetos e urbanistas e a sociedade

Investimento Total

R\$2.094.461

- 57%

R\$4.858.318

Programação

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Fomentar o **ACESSO** da **SOCIEDADE** à arquitetura e urbanismo

Investimento Total

R\$989.935

- 60%

R\$2.480.159

Programação

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ter **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO** e **INFRAESTRUTURA** que viabilizem a gestão e o atendimento aos arquitetos e urbanistas e à sociedade

Investimento Total

R\$1.078.910

- 79%

R\$5.066.914

Programação

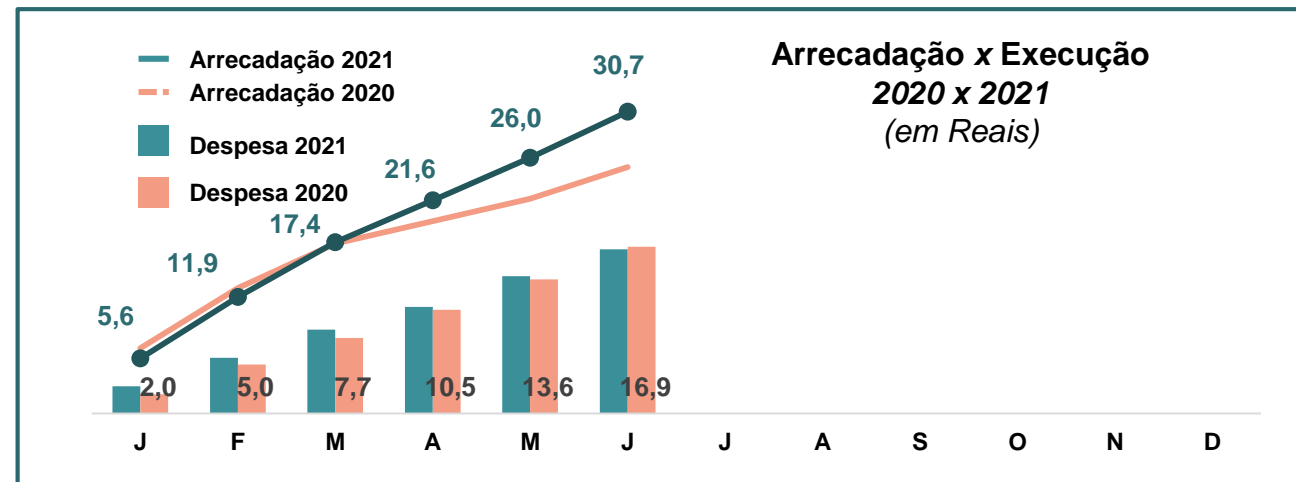
Arrecadação

O orçamento previsto para 2021 foi estimado em R\$ 47.696.676,94, 19% superior ao orçado em 2020, sendo este orçamento subdividido em objetivos estratégicos, projetos e atividades.

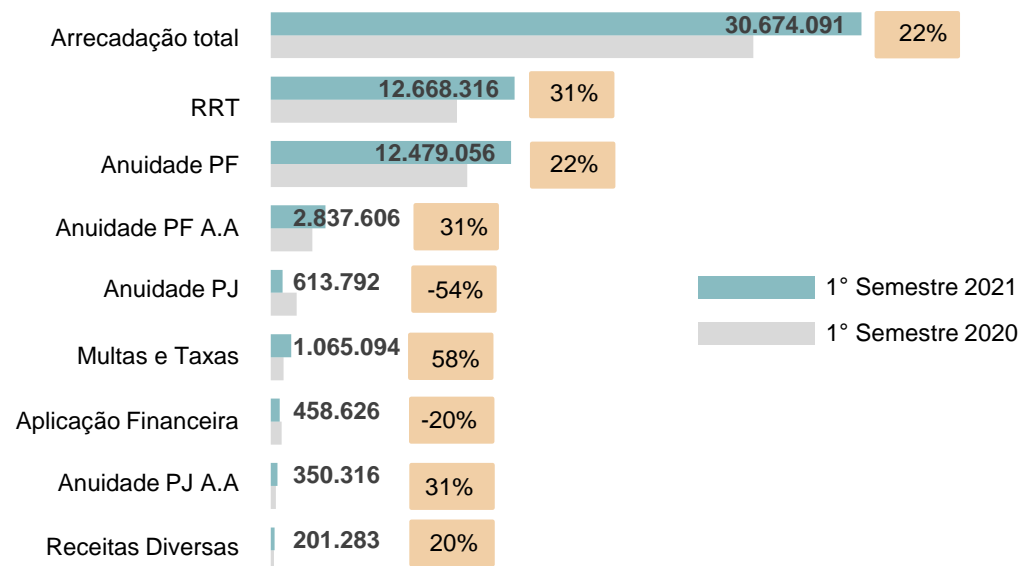
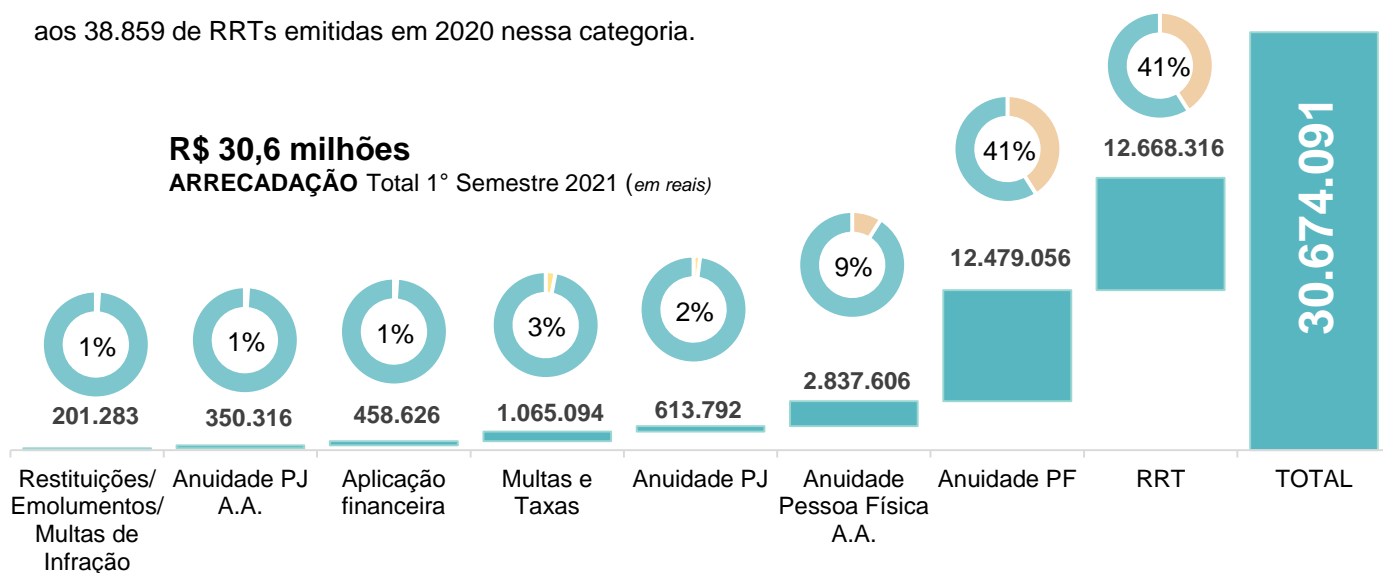
No primeiro semestre de 2021, o CAU/SP arrecadou R\$ 30.674.091,42, o que representa 64,3% do total projetado para o ano. A execução financeira encerrou neste mesmo período com o montante em R\$ 16.944.836,63, o equivalente a 35,5% do total estimado em 2021.

A arrecadação de Janeiro a Junho fechou acima em 13% na comparação com a projeção (R\$ 27.140.190,98), oriundos principalmente da arrecadação de anuidades de pessoa física do exercício, que por sua vez, apresentou maiores arrecadações nos meses de março e junho, acompanhado da mesma tendência de aumento de RRT nesses períodos.

Na comparação dos meses de Janeiro à Junho de 2021 com o mesmo período do ano anterior, a categoria que de RRTs de Projeto, especificamente com a subcategoria de arquitetura das edificações foi a que mais contribuiu para o aumento da emissão/ execução de RRTs neste período, com um aumento de 41,6%, representando 55.009 em 2021 frente aos 38.859 de RRTs emitidas em 2020 nessa categoria.



Na comparação da arrecadação com o ano anterior, a arrecadação apresentou um aumento de 22%, decorrente especialmente de um aumento na arrecadação de RRT, Anuidades Pessoa Física do Exercício e Anos Anteriores.

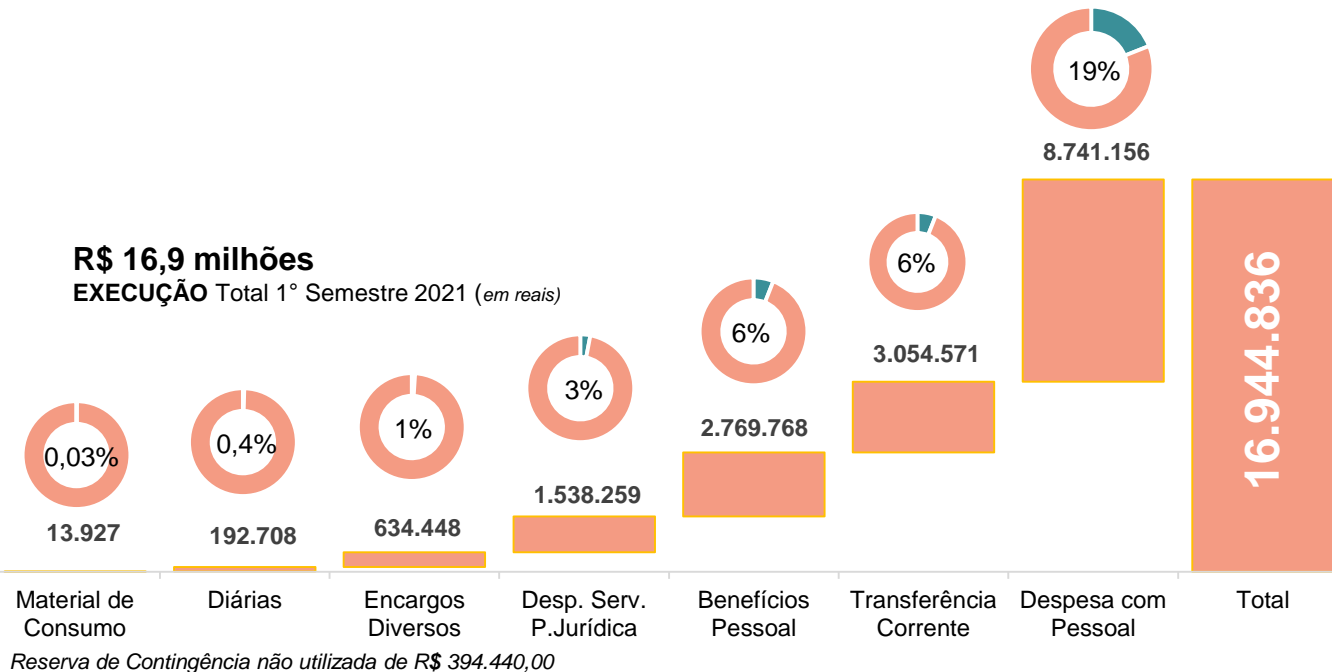


Despesa

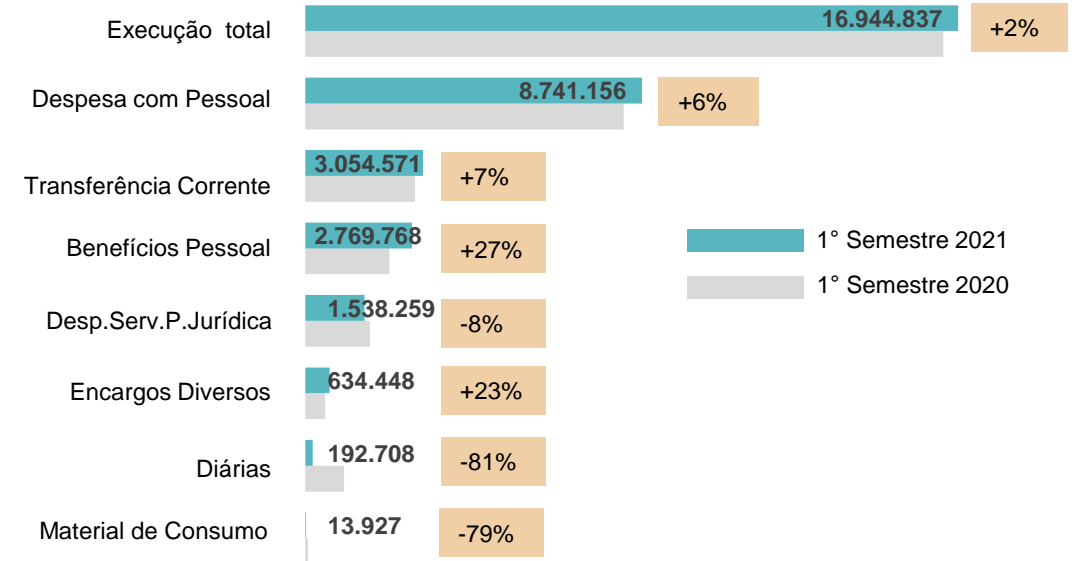
A execução financeira no primeiro semestre de 2021 fechou com um valor de R\$ 16.944.836,63 (despesa corrente), valor este equivalente a 55% do valor arrecadado de R\$ 30.674.091,42 neste período.

O valor total executado representa 36% do total que fora projetado para o exercício de 2021.

Na comparação da execução com a programação, o acumulado de janeiro a junho fechou 29% abaixo do previsto. Vale ressaltar que a maioria das reuniões tem ocorrido de forma virtual contribuindo na redução de valores pagos para diárias, que fora previsto inicialmente em 2021, considerando 100% de reunião presencial. O mesmo acontece para Seminários e eventos, que sendo estes virtuais acarreta na diminuição das despesas com passagens aéreas, com previsão de R\$ 506.118,05 e execução zero. Serviços de Consultoria de Comunicação, A execução de 2021 é composta pelos elementos de despesas detalhados abaixo com suas respectivas participações do total da arrecadação.



Na comparação das despesas com o 1º Semestre do ano anterior, a execução se manteve similar, em torno de 2%.



A despesa de Serviços de Pessoa Jurídica desmembram-se nas seguintes despesas:

Nome	Execução	Programação	Execução x Programação
Serviços de Consultoria	96.529,95	534.371,13	437.841,18
Serviços de Divulgação	38.972,00	60.444,09	21.472,09
Manutenção de Sistemas Informatizados	62.853,94	87.932,76	25.078,82
Serviços Prestados	1.339.903,19	6.558.162,04	5.218.258,85
Passagens	-	506.118,05	506.118,05
TOTAL	1.538.259,08	7.747.028,07	6.208.768,99

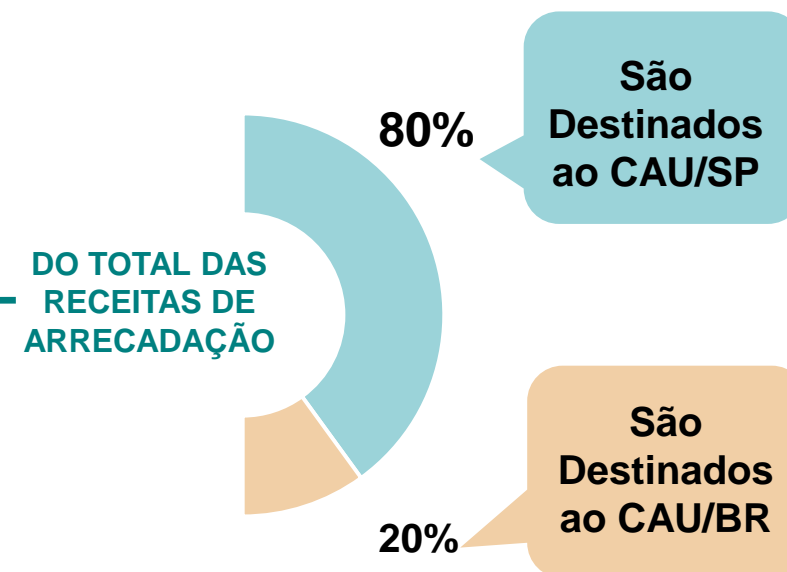
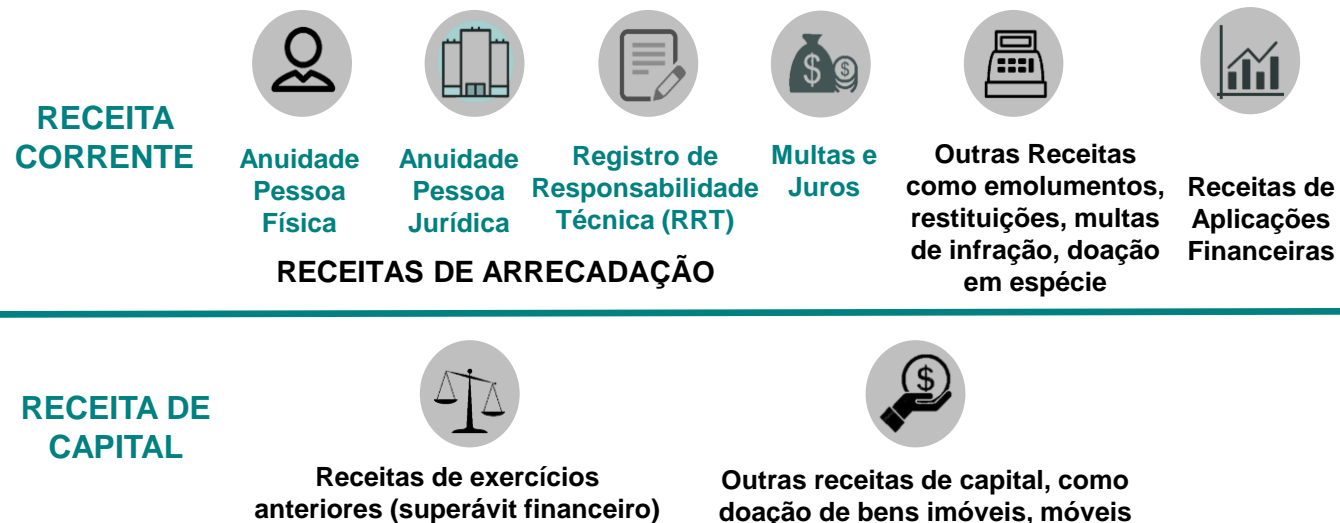
Em virtude da pandemia, os valores pagos para diárias e passagens apresentaram significativa redução já que as reuniões foram realizadas de forma virtual. Muitos Seminários e eventos foram cancelados, postergados ou realizados de forma virtual, contribuindo não somente para a quedanos valores relacionados às diárias, mas também de passagens, locação de bens imóveis e serviços de apoio administrativo e operacional, estas duas últimas despesas, compondoas despesas acerca de serviços prestados.

Projeções das Receitas de Arrecadação

Após análise dos índices de indexação de preços previstos pelos órgãos do Governo e de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o CAU/BR adotou inicialmente a média estabelecida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), de **4,20%**, no entanto os reajustes previstos pela Lei Nº 12.378/2010 foram suspensos pela nova gestão do CAU/BR, com o devido enquadramento legal, em razão do cenário de emergência sanitária, social e econômica causado pela epidemia da Covid-19.

	ANUIDADES	RRT
2021	R\$ 571,41	R\$ 97,95
2020	R\$ 571,41	R\$ 97,95

COMPOSIÇÃO DA RECEITA DO CAU/SP



Conformidade Legal

O CAU/SP, no âmbito de sua autonomia, prevista na Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, no exercício das suas competências, visando o aperfeiçoamento de sua estrutura e funcionamento, a prestação de serviços de modo amplo e uniforme e ao atendimento do interesse público, elaborou e aprovou a revisão de seu Regimento Interno em sua 7ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2017.

A conformidade legal é fundamentada conforme Art. 7º deste Regimento que enuncia que “Os empregados públicos efetivos do CAU/SP serão contratados mediante aprovação em concurso público, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.”

Em se tratando de empregos públicos de livre provimento e demissão do CAU/SP, conforme é retratado no Art. 8º, os mesmos são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e pelos atos normativos próprios do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), os quais, respeitando a legislação aplicável, fixam os casos, condições e percentuais mínimos a serem preenchidos por empregados do quadro efetivo. (DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOBR Nº 0067-01/2017). Importante destacar que de acordo com o Art. 9º, os empregados públicos efetivos e os empregados públicos de livre provimento e demissão no CAU/SP estarão sujeitos ao código de conduta que trate de gestão de pessoas no CAU.

Avaliação da força de trabalho

O CAU/SP iniciou o ano de 2021 com 140 funcionários contratados pelo regime CLT. No final do primeiro semestre, o total de funcionários foi de 148 funcionários. No quadro de estagiários, houve a variação de 8 para 6 estagiários no decorrer do semestre. Para o segundo semestre, a previsão é de ocupação de 15 estagiários por meio de convênio com o CIEE.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

DESENVOLVER COMPETÊNCIAS de dirigentes e colaboradores

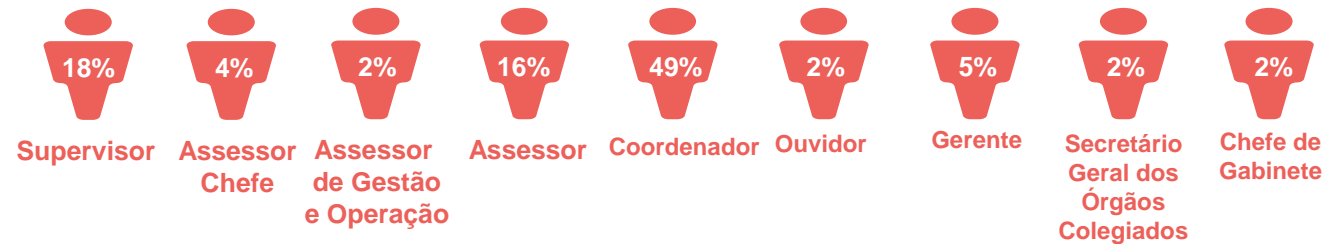
Construir CULTURA ORGANIZACIONAL adequada à estratégia

Quadro funcional

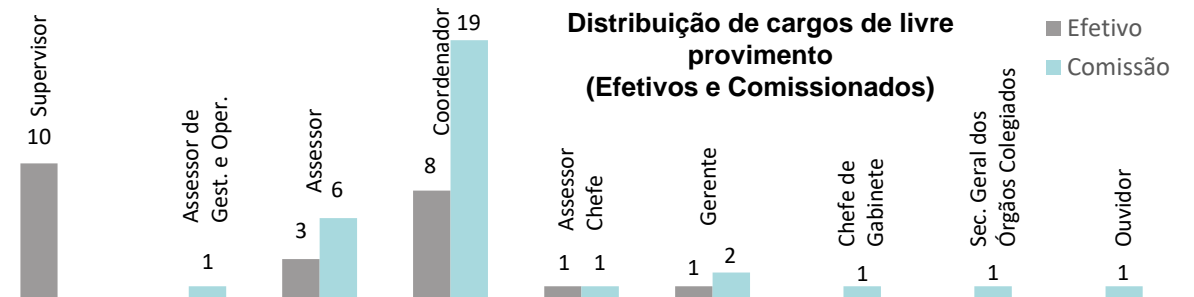
93 cargos Efetivos



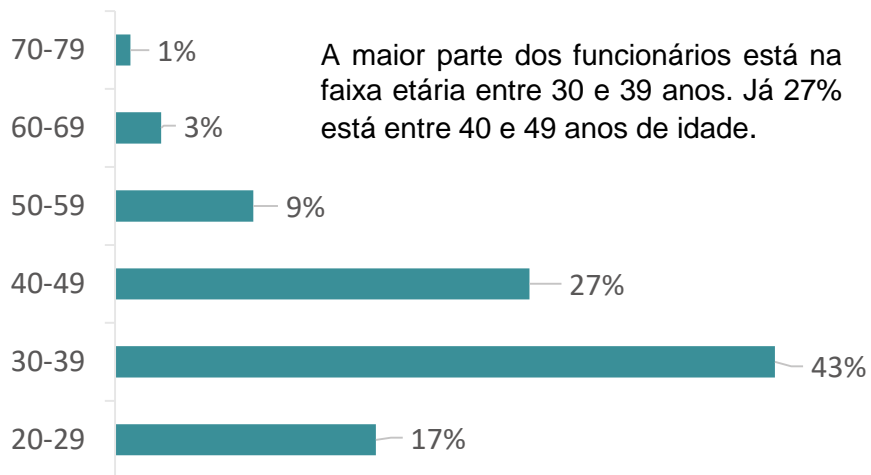
55 cargos Comissionados



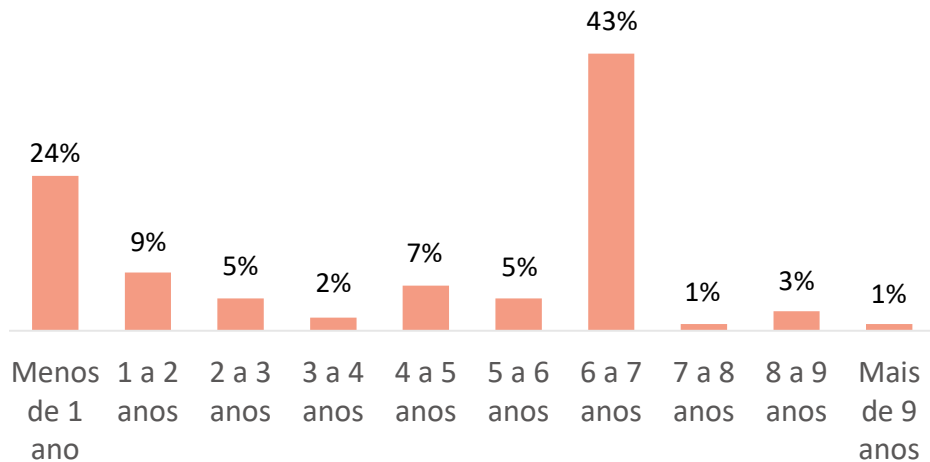
Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos: Os empregados efetivos ocupam 23 cargos comissionados, enquanto 32 cargos são ocupados por empregados contratados, na condição de cargo de confiança, sem a realização do concurso público. Conforme Deliberação Plenária 0264-07/2019, 23 cargos comissionados entre os DAS 1 e 3 são destinados à empregados efetivos.



Distribuição por idade

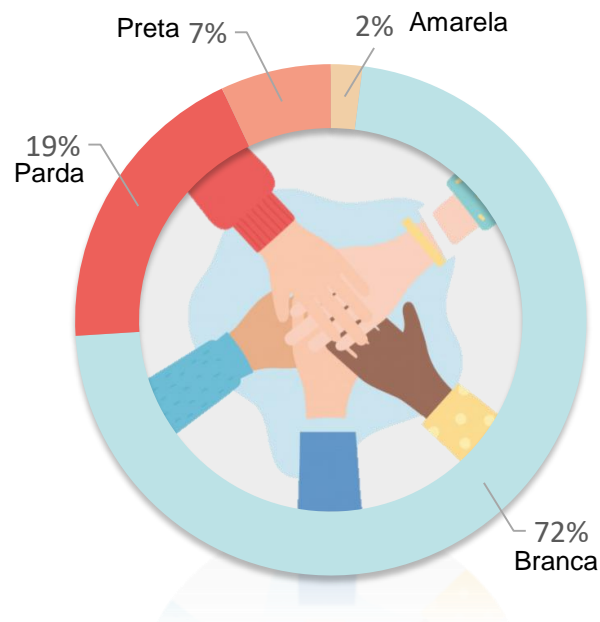


Distribuição por tempo de casa



No quadro atual de funcionários, 43% possuem entre 6 e 7 anos de tempo de casa, representando a maior concentração atualmente. Em segundo lugar, estão os funcionários com menos de 1 ano de casa, representando 24% do quadro funcional.

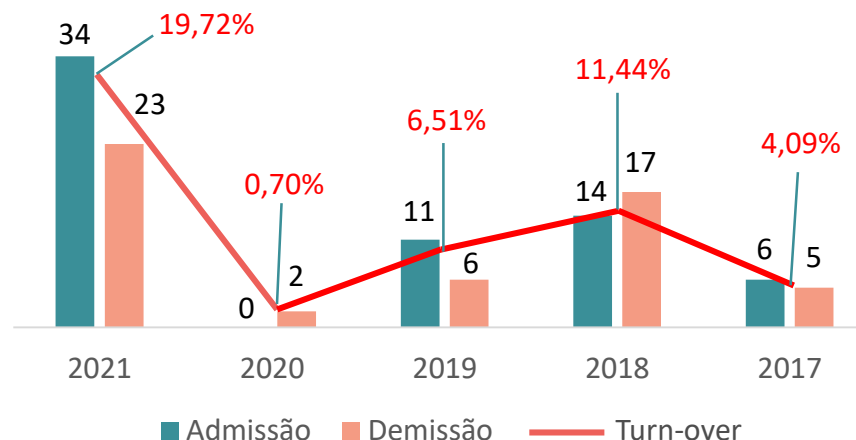
Distribuição por etnia



Aproximadamente 72% dos funcionários se declararam de etnia branca, 19% declararam-se de etnia parda, seguido por 7% preta e 2% amarela. Não há qualquer distinção nas contratações de empregados comissionados ou estagiários quanto a etnia ou qualquer outro fator que possa ser considerado discriminatório.

No concurso público para contratação de empregados efetivos, desde o concurso 001/2018, há previsão de cotas para pretos e pardos (negros) em conformidade com a Lei 12.990/1994, assegurando que 20% das vagas criadas devem ser destinadas para candidatos pretos ou pardos (negros).

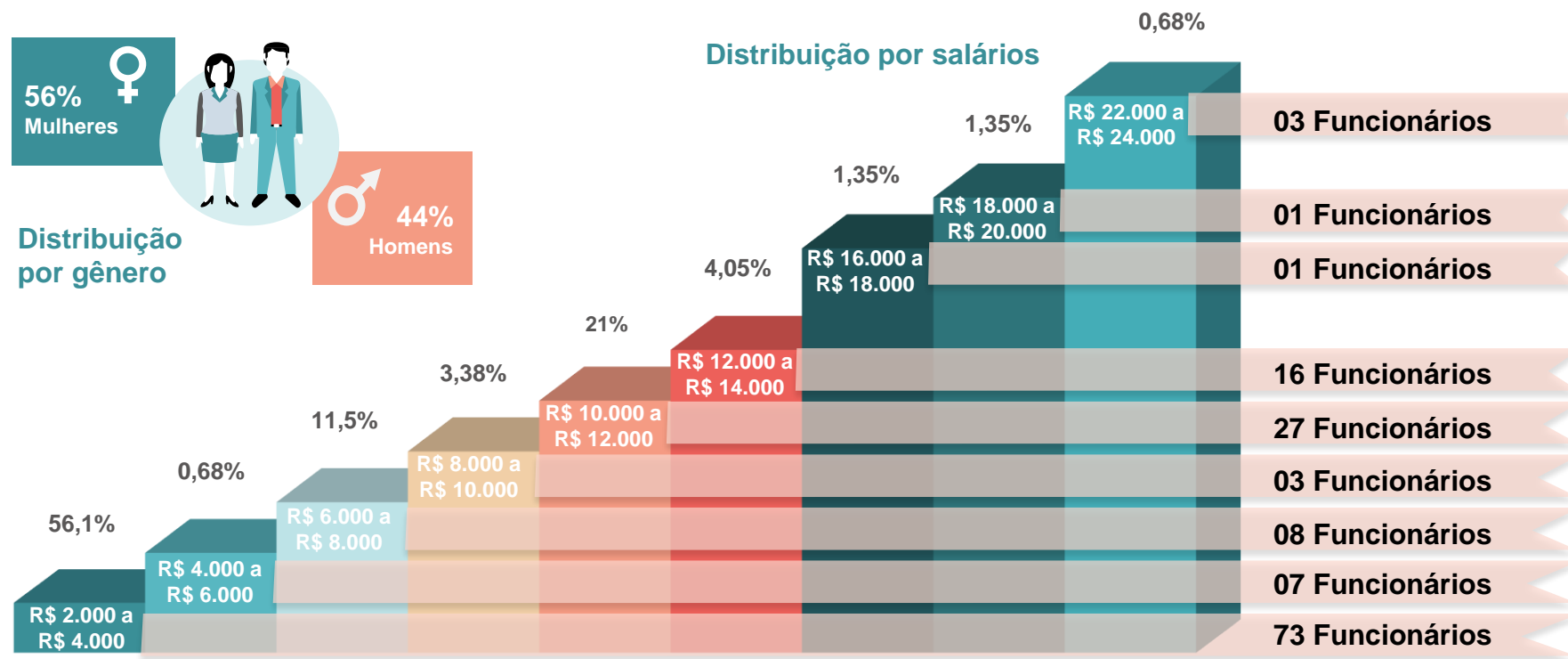
Rotatividade de Pessoal



A rotatividade de pessoal no primeiro semestre de 2021 foi de 19,72%, com o total de 34 admissões e 23 demissões no período. Quando comparado com o mesmo período nos últimos cinco anos, observa-se que em 2020 a rotatividade foi de 0,70%, 6,51% em 2019. Em 2018, no primeiro semestre o índice foi de 11,44%, superando o ano anterior que havia registrado 4,09% de rotatividade. Os picos apresentados ocorreram nos anos de mudança de gestão, 2018 e 2021, representando, em maior parte, as movimentações ocorridas nos cargos de confiança nas trocas de gestão. No primeiro semestre de 2021, do total de 34 admitidos, 10 foram funcionários efetivos que ingressaram para substituir empregados demissionários e para compor as equipes. Entre os empregados desligados, no total de 23, houve 2 demissionários entre os empregados efetivos.

Estratégia de recrutamento e alocação

Em 21 de janeiro de 2020, o CAU/SP publicou o edital para realização do concurso público do CAU/SP, organizado pela Fundação VUNESP, para o preenchimento de vagas efetivas de cargos na Sede São Paulo e nos dez escritórios descentralizados. Em 19 de março de 2020, o concurso foi suspenso em decorrência do período de pandemia provocado pelo coronavírus. O concurso permanece suspenso em 2021 e sua retomada está em análise da Administração, face aos impactos provocados pela situação pandêmica na estrutura organizacional e modos de trabalho.



Avaliação de Desempenho

O Conselho instaurou em maio de 2021, o Grupo de Trabalho para análises e revisões do sistema de avaliação de desempenho dos funcionários do CAU/SP. As experiências nos ciclos anteriores em 2017 e 2019 mostraram a necessidade de revisão do modelo de avaliação.

Também será contratada uma consultoria técnica especializada para assessorar o GT e Administrativo para a elaboração do novo modelo.

Progressão funcional: Em 2020, houve a aplicação de progressão salarial, em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho. 28 funcionários tiveram seus salários evoluídos em um nível salarial nas suas correspondentes tabelas salariais. Em 2021, não houve progressão salarial por não ter ocorrido avaliações de desempenho.

Tabela de remuneração: <https://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/Tabela-Salarial-2021-2022.pdf>

Estágio probatório: Os contratos de trabalho com funcionários efetivos são elaborados por prazo de 3 meses, a título de experiência. Os empregados comissionados ingressam por contrato por prazo indeterminado, podendo a demissão ocorrer a qualquer momento sem prévio aviso. Dentre os empregados efetivos, não houve em 2021 demissões no término do período probatório.

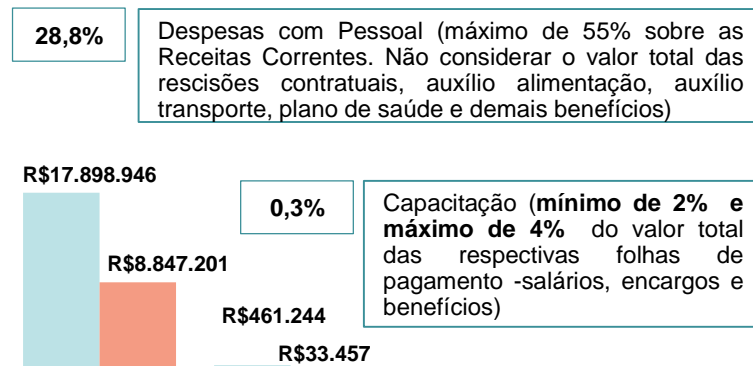
Detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC: No CAU/SP todos os empregados efetivos têm a possibilidade de acesso a cargos e funções comissionadas, considerando o princípio da isonomia. Além disso, respeitamos a meritocracia, conduta e conhecimentos acadêmicos dos empregados. A promoção é apenas para cargos de confiança. Não há possibilidade de promoção para outro cargo efetivo, por restrição legal.

Capacitação

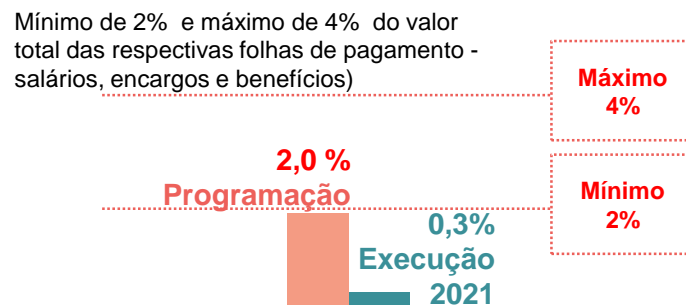
O orçamento previsto para ações de capacitação aumentou para 2021, em relação a Reprogramação 2020. Em 2020, o valor previsto era de R\$ 142mil e em 2021, passa a ser R\$ 461.243,92, um aumento de 224%. Embora houvesse a redução do orçamento, o ano de 2020 registrou o total de 7982 horas de treinamento. Houve 449 participações em cursos, workshops, oficinas e seminários. A execução no primeiro semestre de 2021 representa 7,25% do valor programado para o ano. O custo total investido e realizado foi de R\$ 33.457. O período de pandemia permitiu que a prática de ensino a distancia fosse difundida no cenário da educação corporativa. Foi desmistificada a dúvida sobre o nível de qualidade e absorção de conteúdo pela forma online.

No CAU/SP a adoção da prática permitiu a economia com passagens, diárias e auxílios deslocamentos, uma vez que muitos eventos presenciais ocorriam fora da grande São Paulo. O Conselho busca opções de eventos de capacitação que representem menores custos para o Órgão, optando por contratação de cursos promovidos por escolas do Governo ou entidades sem fins lucrativos. Também é prioritário que os eventos impliquem em menores deslocamentos, de modo a reduzir custos com diárias e passagens aéreas, tendo em vista a parcela orçamentária que essas verbas representam. Trata-se de uma diretriz, no entanto nem sempre é possível segui-la, tendo em vista que muitos eventos ocorrem em outras regiões geográficas e sem possibilidade de eventos similares, como é o caso de congressos, seminários e workshops específicos.

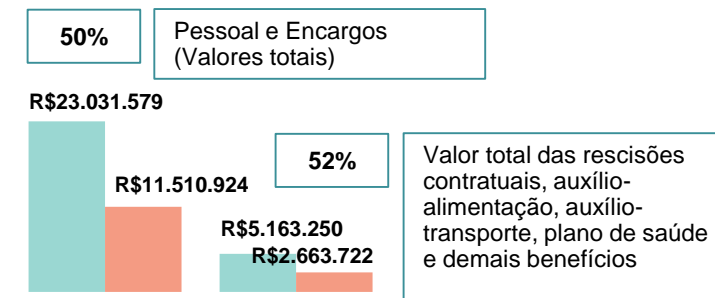
Detalhamento das despesas com pessoal



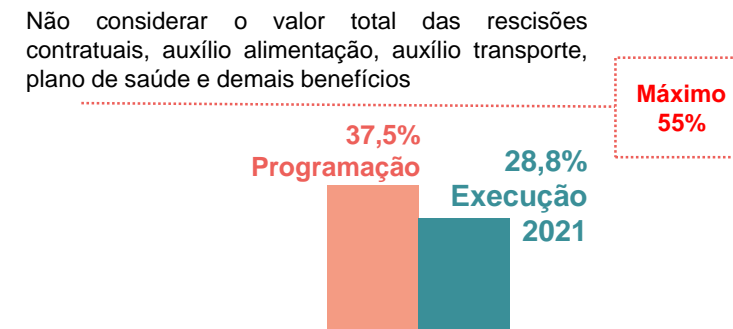
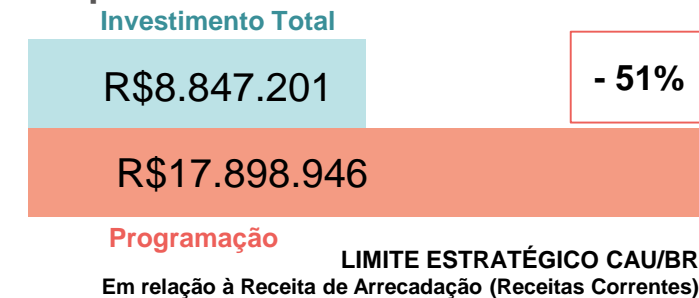
Capacitação



Programação Anual vs Execução 1º Semestre

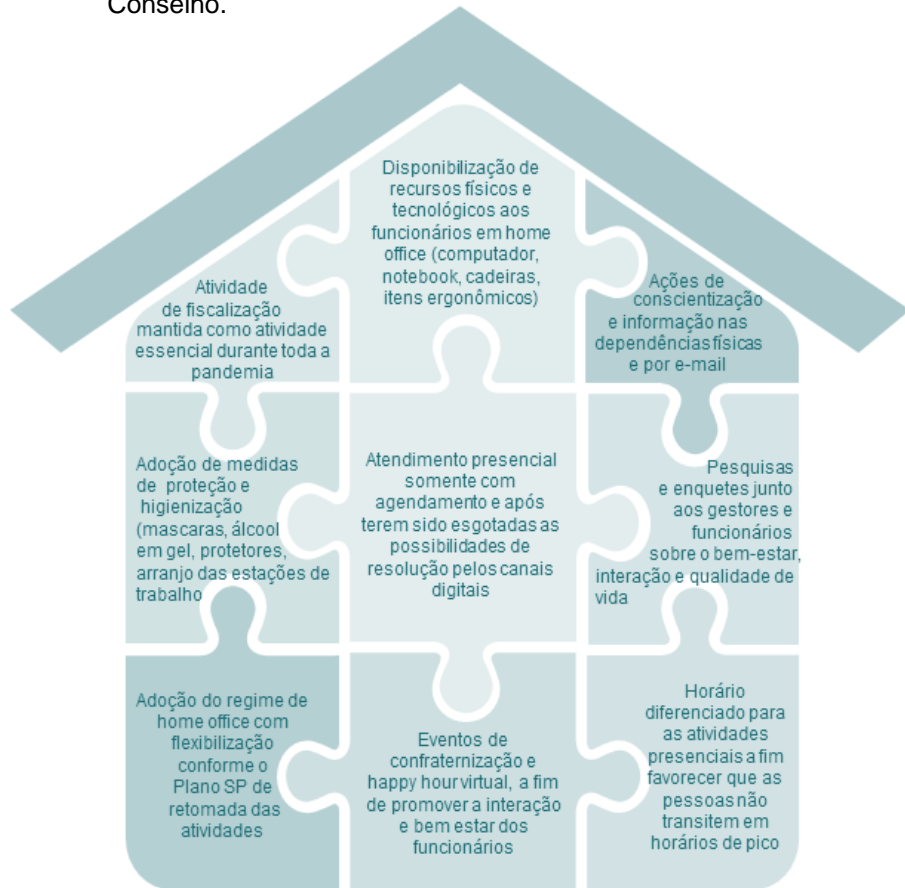


Despesa com Pessoal



Desafios e Perspectivas 2021

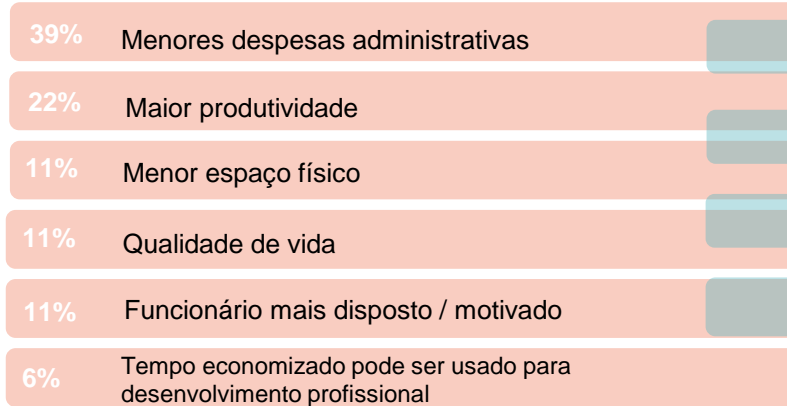
O estado de calamidade pública criada pela disseminação do coronavírus e a Covid-19, fez com que o Conselho adotasse algumas práticas internas e mudanças em seus processos e fluxos de trabalho, de modo a assegurar o pleno funcionamento da Autarquia e protegendo seus funcionários, estagiários, terceiros, conselheiros e arquitetos em contato com o Conselho.



A Gerencia Administrativa – Gestão de Pessoas procurou ouvir os gestores e funcionários sobre o dia a dia das atividades em home office, as dificuldades, desvantagens, necessidades, vantagens. Esse termômetro foi importante para adoção das medidas adotadas ao longo da pandemia. Abaixo são as atividades identificadas pela Gerência Administrativa que não são possíveis de realiza-las em home office, sendo assim a necessidade de se ir presencial pontualmente para atender essas demandas.



VANTAGENS DO HOME OFFICE PARA O CONSELHO



Não precisar deslocar-se ao trabalho 56%

Maior concentração e produtividade 22%

Redução de gastos com alimentação e transporte 11%

Maior objetividade com o uso de reuniões virtuais 5%

Maior integração familiar 6%

VANTAGENS DO HOME OFFICE PARA OS FUNCIONÁRIOS

Conformidade Legal

A área de Compras dentro do CAU/SP é responsável por realizar as licitações e contratos e segue as exigências regulamentadas do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências (Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993).

No primeiro semestre de 2021, o CAU/SP realizou 20 processos licitatórios, totalizando um valor de R\$ 180.326,37 nas seguintes modalidades:

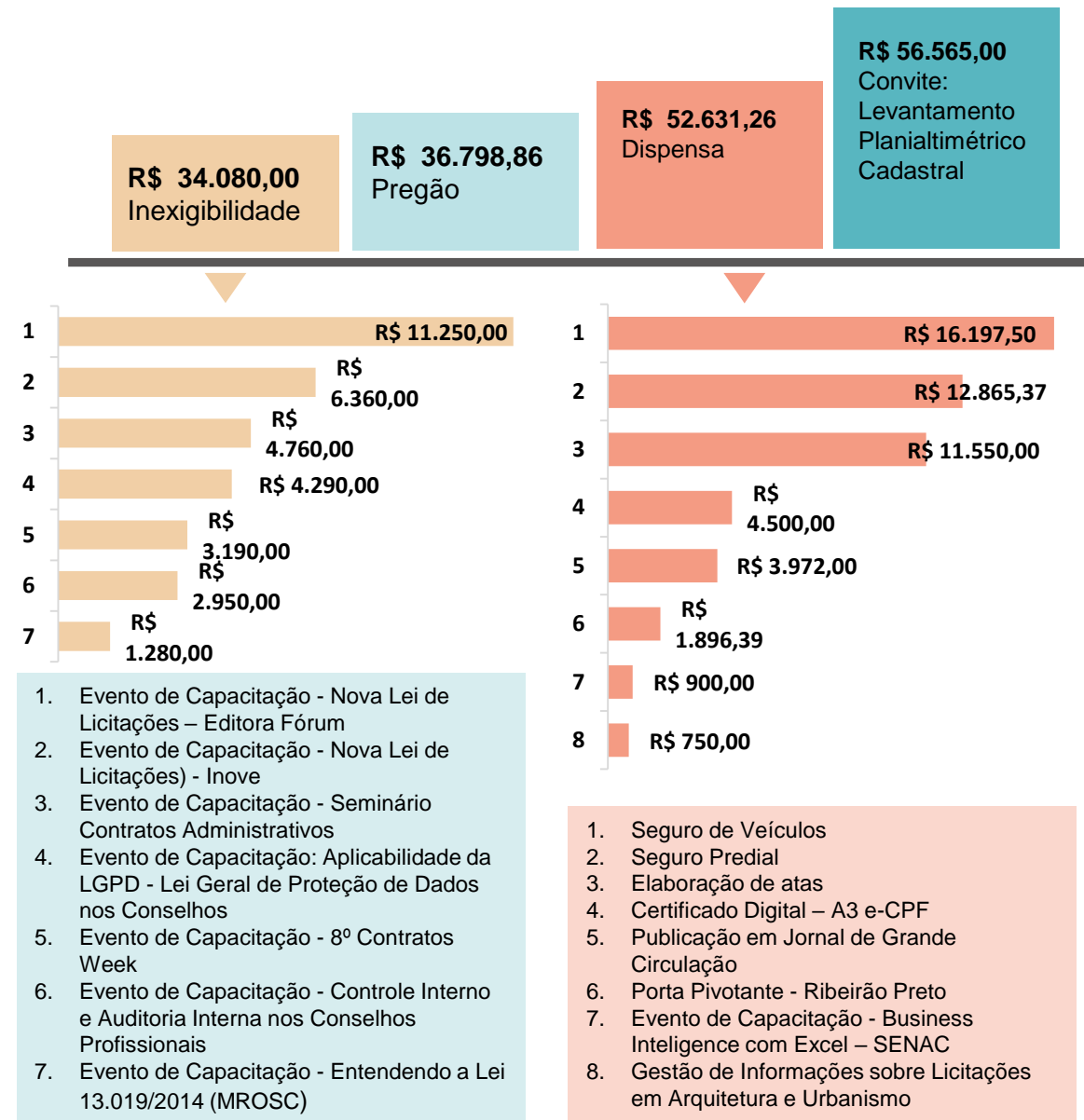
Além disso, renovou outros 5 contratos, totalizando um valor de **R\$ 6.059.034,85**

20
Processos Licitatórios
R\$ 180,3
Mil

5
Renovações Contrato
R\$ 6,05
Milhões

- **R\$ 3.160.190,66** Planos de Saúde
- **R\$ 2.119.691,52** Auxílio Refeição e Alimentação
- **R\$ 750.701,05** Passagens Aéreas
- **R\$ 15.305,00** Manutenção Corretiva de Bombas
- **R\$ 13.146,62** Custódia de Acervo Documental

OBJETIVO ESTRATÉGICO
Ter SISTEMAS de informação e INFRAESTRUTURA que viabilizem a gestão e o atendimento aos arquitetos e urbanistas e à sociedade



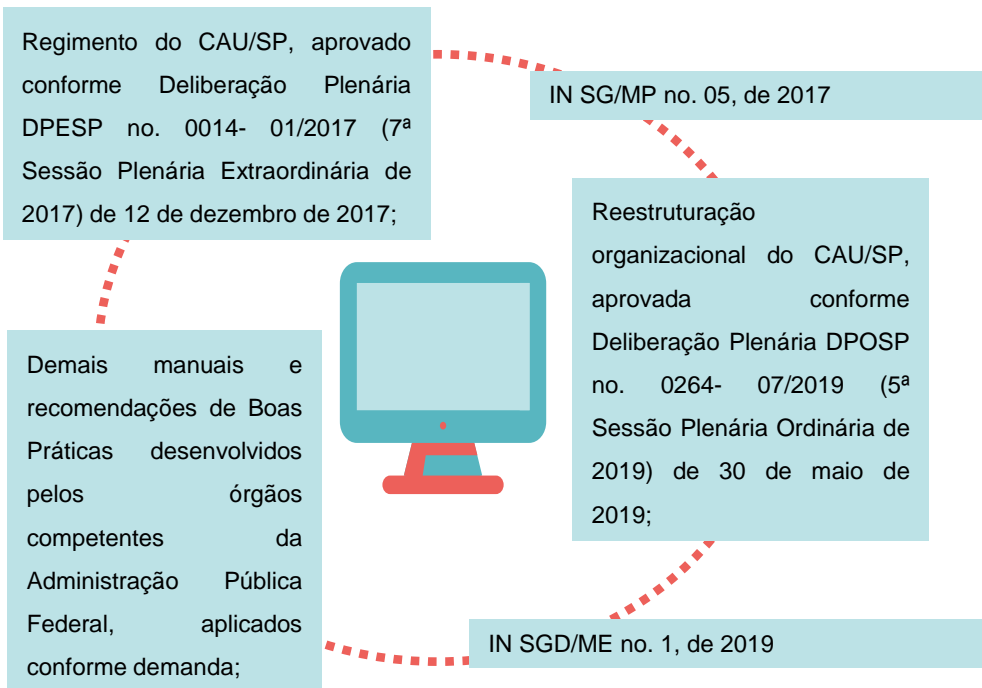
Fonte: <https://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/Quadro-de-Licitacoes-1o-Semestre-2021.xlsx>

Gestão da Tecnologia da Informação

Conformidade Legal

A Coordenação de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) do CAU/SP é a unidade administrativa a quem, sob a gestão da Gerencia Administrativa, compete promover e viabilizar o atendimento das demandas do Órgão, não só recorrendo à equipe de funcionários contratados, mas também por meio da terceirização de serviços de apoio, cuja gestão do processo permanece na unidade de TI e apenas o operacional é executado por empresa terceirizada.

A conformidade legal para a instituição e ações do departamento está fundamentada de acordo com os critérios a seguir:



Modelo de Governança

A Coordenação da Tecnologia da Informação é responsável por todas as atividades e ações relacionadas a infraestrutura de tecnologia, comunicação, segurança da informação e sistemas de apoio a todas as áreas do CAU/SP.

Como modelo de governança em 2020 a Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação do CAU/SP, optou por adotar como boa prática a utilização dos modelos de gestão e serviços de TIC, as metodologias ITIL e COBIT, tendo como objetivo, trazer melhor gerenciamento dos serviços de tecnologia da informação e comunicação e maior controle e eficiência operacional para os processos da área, incluindo o suporte ao cliente interno.

A adoção destas práticas de gestão permitirá a área de tecnologia da informação e comunicação do CAU/SP a otimizar processos, ganhar eficiência e eficácia na gestão dos recursos tecnológicos e prestação de serviços internos, contribuindo assim para maior estabilidade no ambiente corporativo, qualidade nos serviços prestados e visão gerencial para tomada de decisões estratégicas para o negócio. O PETI/PDTI elaborado para 2021, já foi estruturado utilizando estes modelos como base, sendo assim, nossos próximos passos será focar na governança e implementação das metodologias a fim de cumprir nossa meta que é disponibilizar as áreas administrativas do Conselho a melhor infraestrutura de TI para se trabalhar.

Investimentos em Tecnologia da Informação

No último semestre a área de Tecnologia da Informação e Comunicação, não executou nenhum investimento em TI uma vez que os esforços estão sendo focados em ações internas de melhorias na Gestão de TI e planejamento para o próximo semestre.

Gestão da Tecnologia da Informação

Segurança da Informação

A política de segurança da informação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP se aplica a todos os funcionários, conselheiros, prestadores de serviços, sistemas e serviços, incluindo trabalhos executados externamente ou por visitantes e profissionais de arquitetura e urbanismo que utilizem o ambiente de processamento ou acesso às informações pertencentes ao Conselho.

A política é aplicada em todo o Estado de São Paulo e é relacionada aos recursos de TI do CAU/SP.

Tem como objetivo garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade, legalidade, autenticidade e auditabilidade da informação necessária para a realização das atividades do Conselho.

A Política de Segurança da Informação encontra – se em fase de revisão para adequação a nova LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 com vigência a partir de Agosto/2020, para posterior aprovação pela autoridade competente, criação de instrução normativa interna e implementação em todo o CAU/SP, incluindo as regionais.



Sistema de Gestão da Informação (SGI) –
SoftExpert Excellence
– CAU/BR



Sistema de Informação e Comunicação do CAU
– CAU/BR



Sistema Contábil, Orçamentário e de Despesas - SISCONT.NET



Sistema de Inteligência Geográfica – CAU/BR

Principais Desafios e ações futuras

Criação de Cronograma e aprovação e início de execução do PETI/PDTI para os próximos anos;

Revisão e Adequação da Política de Segurança do CAU/SP a nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais bem como sua aprovação e implementação no CAU/SP;

Reestruturação da área de TIC considerando as boas práticas ITIL e COBIT



Implantação na nova sede do Conselho;

Reestruturação Lógica e Física da Infraestrutura de rede, Servidores e telefonia do CAU/SP;

Implementação de Sistema de Backup em Cloud.

Gestão da Tecnologia da Informação

Ações realizadas no último semestre

▪ CRONOGRAMA PETI/PDTI

- Efetuado criação de Cronograma Macro para execução das ações Planejadas em 2020 para o Exercício de 2021 considerando executar as atividades para suporte a infraestrutura de home office e ações melhorias na segurança na infraestrutura de TI do Conselho;

▪ REESTRUTURAÇÃO DE REDE

- Foi efetuado a reestruturação lógica e física da infraestrutura de rede atual do conselho, com o objetivo de trazer maior performance e estabilidade para o ambiente de tecnologia. Esta ação visa melhorar a disponibilidade e segurança dos recursos de TIC disponibilizados para utilização dos colaboradores na Sede.

▪ AQUISIÇÕES ENCAMINHADAS

- Aquisição de Hardware de Servidores com o objetivo de modernizar a infraestrutura do CAU/SP e implantação de novos recursos para gestão e monitoramento do ambiente e recursos para trabalho em home office como VPN, Repositório de Dados Seguros entre outros;

AGUARD. AQUISIÇÃO

- Aquisição de equipamentos de vídeo conferência a fim de viabilizar a execução de Reuniões Presenciais e Mistas com maior qualidade e segurança; **AQUISIÇÃO CONCLUÍDA**

- Contratação de Links de Internet dedicado para suporte a conexões remotas no ambiente corporativo; **AGUARD. CONTRATAÇÃO**

- Aquisição de Notebooks para atendimento as demandas de Home Office e trabalho seguro. **AGUARD. AQUISIÇÃO**

- Contratação de empresa especializada para adequação do Conselho a Lei Geral de Proteção de dados (LGPD); **AGUARD. CONTRATAÇÃO**

▪ IMPLANTAÇÕES REALIZADAS

- Sistema ITSM para Gestão de Recursos de Suporte ao Cliente Interno e Gestão de Inventário de Hardware e Software; - **PROJ. EM ANDAMENTO**

- Implantação de Firewall para proteção de perímetro a Infraestrutura de rede do Conselho. **CONCLUÍDO**

Conformidade Legal

A gestão patrimonial é efetuada cotidianamente em atendimento as demandas de funcionamento da infraestrutura: como controle e fornecimento de materiais de consumo, instalações, gestão operacional dos serviços terceirizados (Copeira, Limpeza, Oficial de Manutenção, Motorista, Portaria e Recepção), suporte aos setores quanto aos serviços de correspondências e utilização de veículos pertencentes a frota do Conselho.

A cada aquisição e recebimento de Bem móvel, este é incorporado ao acervo patrimonial, através de registros em sistema de patrimônio "SISPAT" interligado ao sistema contábil "SISCONT, sob orientações do setor contábil do Conselho. Após o registro de cada bem, ocorre o emplaceamento com o respectivo número de patrimônio e distribuição deste, com a alocação onde o mesmo será utilizado (Sede ou em algum Escritório Descentralizado).

Também são efetuadas as depreciações mensais via sistema SISPAT, de acordo com a NBCASP.

A prestação de serviços deste setor, em atendimento as demandas da Sede e dos 10 (dez) Escritórios Descentralizados) ocorre por meio de:

Gestão da Frota de veículos

Logística da utilização dos veículos, controle de utilização, gestão dos contratos de abastecimento, lavagem, pedágio, seguro veicular, estacionamentos, manutenção/conservação veicular, documentação, licenciamento, multas, autorizações dos órgãos CET, cobrança eletrônica de pedágios e isenções em rodovias fiscalizadas pela ARTESP e, gestão da prestação dos serviços dos motoristas terceirizados.

Gestão dos serviços da Expedição

Serviços externos, como banco para pagamentos de contas e/ou taxas, entrega e/ou retirada de documentos, cartórios – autenticações e/ou reconhecimento de firmas, protocolar documentos nos fóruns, controle do envio de correspondências com a gestão dos contratos com os Correios, recebimento de correspondências com a distribuição aos setores de destino, sob geração de protocolo no SICCAU, gestão da prestação dos serviços terceirizados do posto de recepcionistas

Gestão de contratos de serviços

Manutenção predial, seguro predial, extintores, dedetização, sistema de ar condicionado, monitoramento com alarme, fornecimento de água com coleta de esgoto, energia elétrica do prédio adquirido pelo Conselho, além da locação do imóvel da Sede e suas despesas com condomínio, energia elétrica e IPTU.

Gestão de contratos de fornecimento de materiais de consumo

(Gêneros alimentícios para serviços de copa, de limpeza e expediente) para reposição do estoque, com utilização dos sistemas de controle das movimentações desses produtos no almoxarifado (SIALM) e de contratos (Compras & Contratos);

Gestão dos Bens Patrimoniais

Recebimento, inserção/registro no acervo patrimonial do Conselho através de sistema de patrimônio (SISPAT) dos bens adquiridos, fixação de plaquinhas de patrimônio com o respectivo número correspondente ao registro, depreciação mensal dos bens, conforme parametrizado em sistema sob orientação do setor contábil do CAU/SP, controle de movimentação dos bens como saídas para conserto, empréstimos ou transferência, sob emissão de formulário/termos, além de inventários periódicos

Desfazimento de Ativos

Considerando que a Comissão de Patrimônio foi instituída em 2018, esta vem desenvolvendo os trabalhos anualmente de inventário e levantamento das condições atuais bens móveis, classificando esses quanto a conservação: Bom, Ocioso, Recuperável, Antieconômico e Irrecuperável, sua vida útil e valor residual para depreciação e se necessário reavaliação do valor do bem, para futuro processo de baixa/ exclusão do acervo patrimonial.

Conforme levantamento efetuado pela Comissão de Patrimônio, há no conselho 113 (cento e treze) Bens Móveis para desfazimento, sendo que deste total 44 (quarenta e quatro) são aparelhos celulares (R\$ 38.756,60) fornecidos em comodato, cujo contrato foi finalizado e, 69 (sessenta e nove) outros bens (R\$ 100.667,67) que juntos resultam no valor total de R\$ 139.424,27 (Cento e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e vinte e sete centavos) que impactará nos lançamentos contábeis.

Tendo em vista a interligação dos sistemas de controles SISPAT (bens patrimoniais) e SISCONT (Contábil), a Comissão em conjunto com a Contadora do Conselho, estão ajustando os procedimentos contidos no Manual de Patrimônio, para que este seja finalizado e publicado em formato de normativo, no 2º semestre de 2021. Assim o desfazimento poderá ser efetuado.

Principais investimentos de capitais

Equipamentos de Processamento de Dados

02 notebooks provenientes de parcerias e inseridos no acervo do Conselho.

R\$ 3.919,98



Máquinas e Equipamentos

01 impressora e 02 nobreaks

R\$ 1.658,90



Administração Predial

Devido a pandemia pelo COVID 19 e trabalho em home office, houve redução mensal em algumas despesas e até negociação na redução do valor do aluguel durante alguns meses.

No dia 15 de Dezembro de 2020, data em que é comemorada o Dia do Arquiteto, é inaugurada a sede própria do CAU/SP. O Edifício onde será instalada a sede própria do Conselho foi adquirido em dezembro de 2019, após criterioso processo de compra. Situado à Rua XV de Novembro, 194 – Centro, o prédio de oito pavimentos, projetado pelo escritório do arquiteto Ramos de Azevedo e tombado como patrimônio histórico, está localizado no chamado ‘Triângulo Histórico’ de São Paulo – onde estão situados os principais prédios históricos da cidade. Portanto, desde 2020, passamos a administrar dois imóveis: o locado, onde está instalada a Sede Atual do Conselho e o adquirido, até que a migração total para a Sede Nova, ocorra com a instalação e funcionamento neste este edifício.

Sede Atual

Rua Formosa, 367, 23º Andar

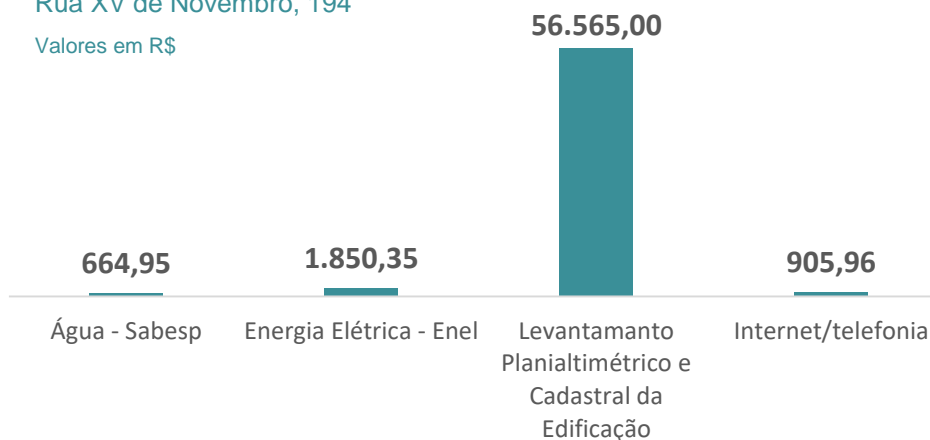
Valores em R\$



Nova Sede

Rua XV de Novembro, 194

Valores em R\$



Desafios e Perspectivas 2021

Desafios

Considerando a continuidade dos trabalhos em home office, em virtude da Pandemia pelo COVID-19 e, a realização de reuniões híbridas por parte da gestão, há desafios em relação a adaptação e disponibilidade de espaços na Sede atual, a fim de se manter o distanciamento entre os participantes.

Perspectivas

Contratação da reforma do Prédio da XV de novembro, para realização da mudança da Sede atual com a ocupação do imóvel, instalando a Nova Sede do Conselho em ambientes reformados e aptos para realização de atividades presenciais, devido ao amplo espaço.

O CAU/SP adota a contabilização através da atribuição de registros de centros de custos, permitindo-se acompanhar a execução orçamentária das iniciativas estratégicas distribuídas em projetos e atividades de cada uma dessas unidades.

Uma das principais ferramentas que o CAU/SP utiliza para a gestão e o acompanhamento dos projetos e atividades é o PDCA, que orientando-se através do “planejar, fazer, verificar e agir”, é possível buscar melhorias e adequações de forma continuada para garantir o alcance dos objetivos estratégicos.

Esta metodologia é traduzida para os Planos de Ações, permitindo assim o controle das ações estabelecidas, o detalhamento das atividades executadas e o desmembramento dessas ações, para a verificação do alcance de seus resultados e a geração de valor ao arquiteto urbanista e à

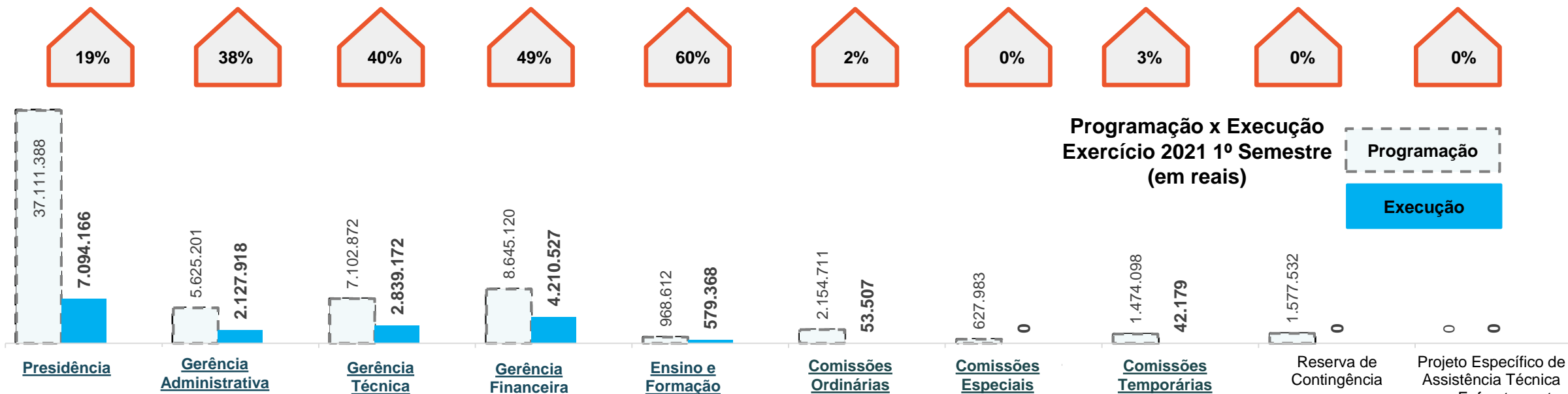
sociedade. Esse monitoramento contínuo permite a possibilidade da revisão de uma ação que não tem seu resultado esperado e a sua correção. Ou até mesmo, a proposição de uma nova ação.

Na busca constante em aprimoramento de processos, controles e monitoramentos, em 2019, o CAU adquiriu um novo sistema com tal finalidade, o SGI (Sistema de Gestão Integrado), para que assim possamos monitorar a evolução dos objetivos estratégicos também por meio de indicadores.

O módulo SGI está sendo desenvolvido e atualmente está na fase de testes. A perspectiva é de que no próximo ano, os testes sejam concluídos e o sistema implementado.

O gráfico abaixo demonstra a comparação entre a programação e a execução orçamentária e seu percentual de execução no exercício 2021.

As execuções orçamentárias das Comissões foram as mais impactadas com o advento da pandemia, não apenas pela impossibilidade de se realizar alguns dos seminários e da participação de seminários previstos, como também em decorrência das reuniões e seminários que foram realizadas de forma virtual, não havendo com isso, a despesa relacionada a pagamentos de diárias e deslocamentos. Os valores apresentados abaixo, apresentam execução considerando despesa de capital (R\$ 2.000,00 em aparelhos de votação eletrônica).



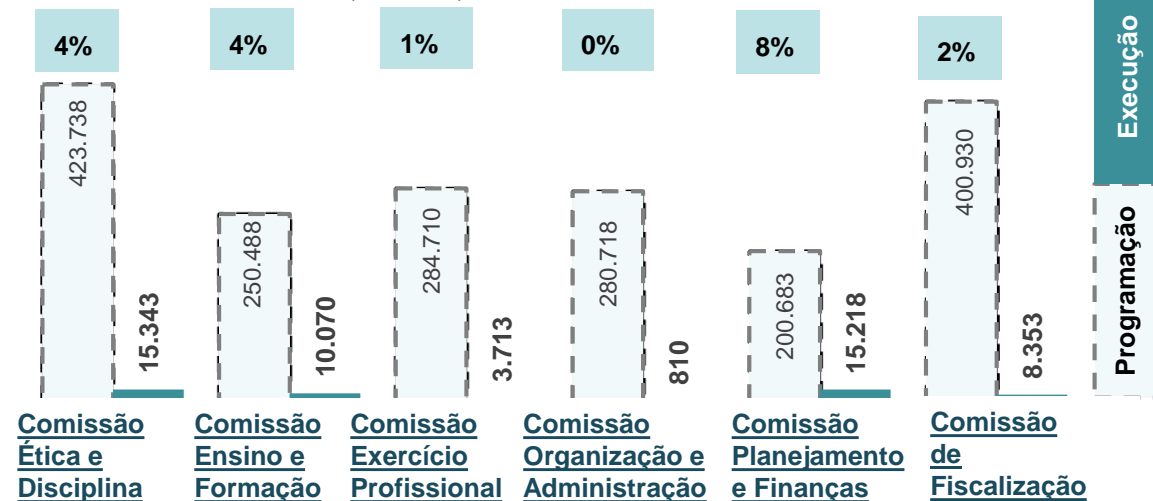
Programação x Execução Exercício 2021 1º Semestre (em reais)

Esclarecimento do valor da Reserva de contingência: O valor atípico que consta na Programação Inicial 2021 na conta de Reserva de Contingencia de 1.5milhao, é em virtude da alocação da diferença de aporte ao CSC, que foi reduzido pelo CAUBR, posteriormente ao encaminhamento das Diretrizes do Plano de Ação e Orçamento e à Programação Inicial fechado por CAU/SP, e ainda, considerando o prazo, foi alocado nesta conta de reserva de contingencia, mas que identificando a necessidade de utilização para 2021, o ajuste seria feito na reprogramação.

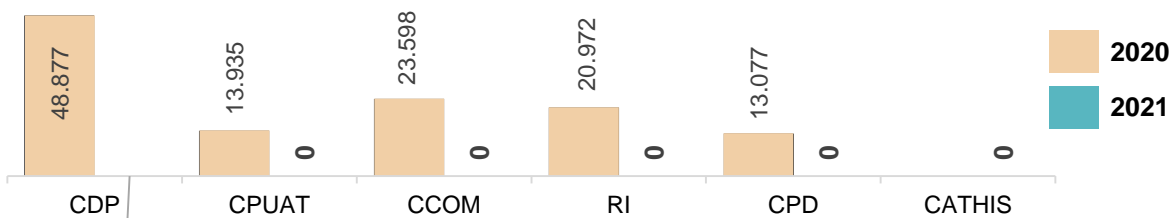
Comissões Ordinárias

Programação x Execução

Exercício 2021 1º Semestre (em reais)

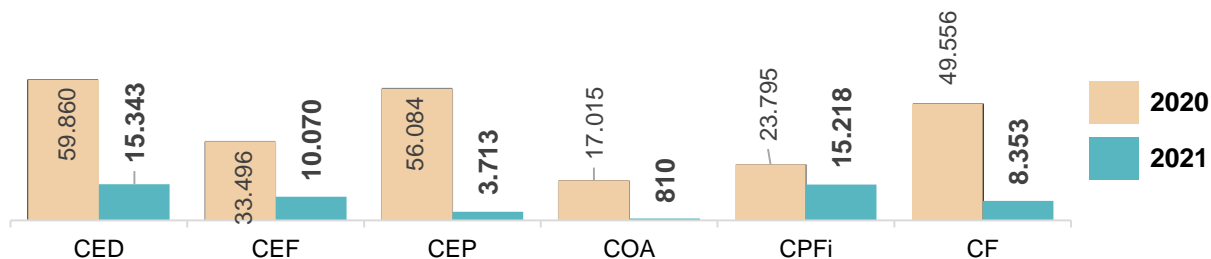


O total da execução orçamentária das Comissões Especiais no primeiro semestre de 2021 foi R\$ 0,00, representando 0% do total da programação para o ano de 2021, no valor de R\$ 667.983,17. Neste primeiro semestre de 2021, as execuções orçamentárias foram inferiores em comparação a programação deste mesmo período em relação exercício anterior.



As Comissões Especiais não tiveram execução financeira no período, pois realizaram suas reuniões em caráter virtual, não impactando custos no seu plano ação.

O total da execução orçamentária das Comissões Ordinárias no primeiro semestre de 2021 foi de R\$ 53.506,67, representando 2,9% do total da programação para o ano de 2021, no valor de R\$ 1.841.267,53, em virtude da pandemia.

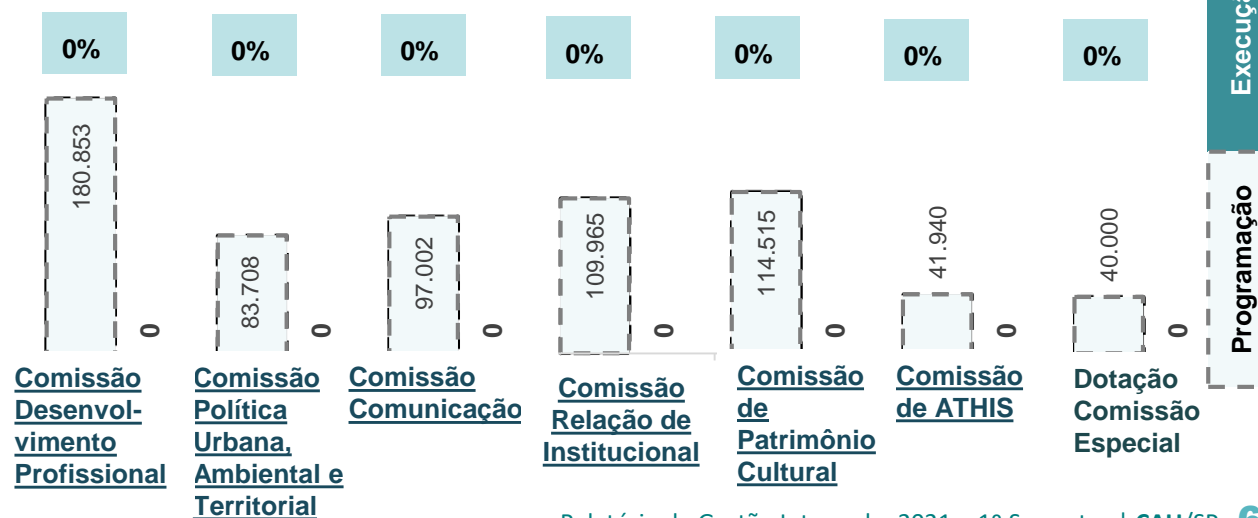


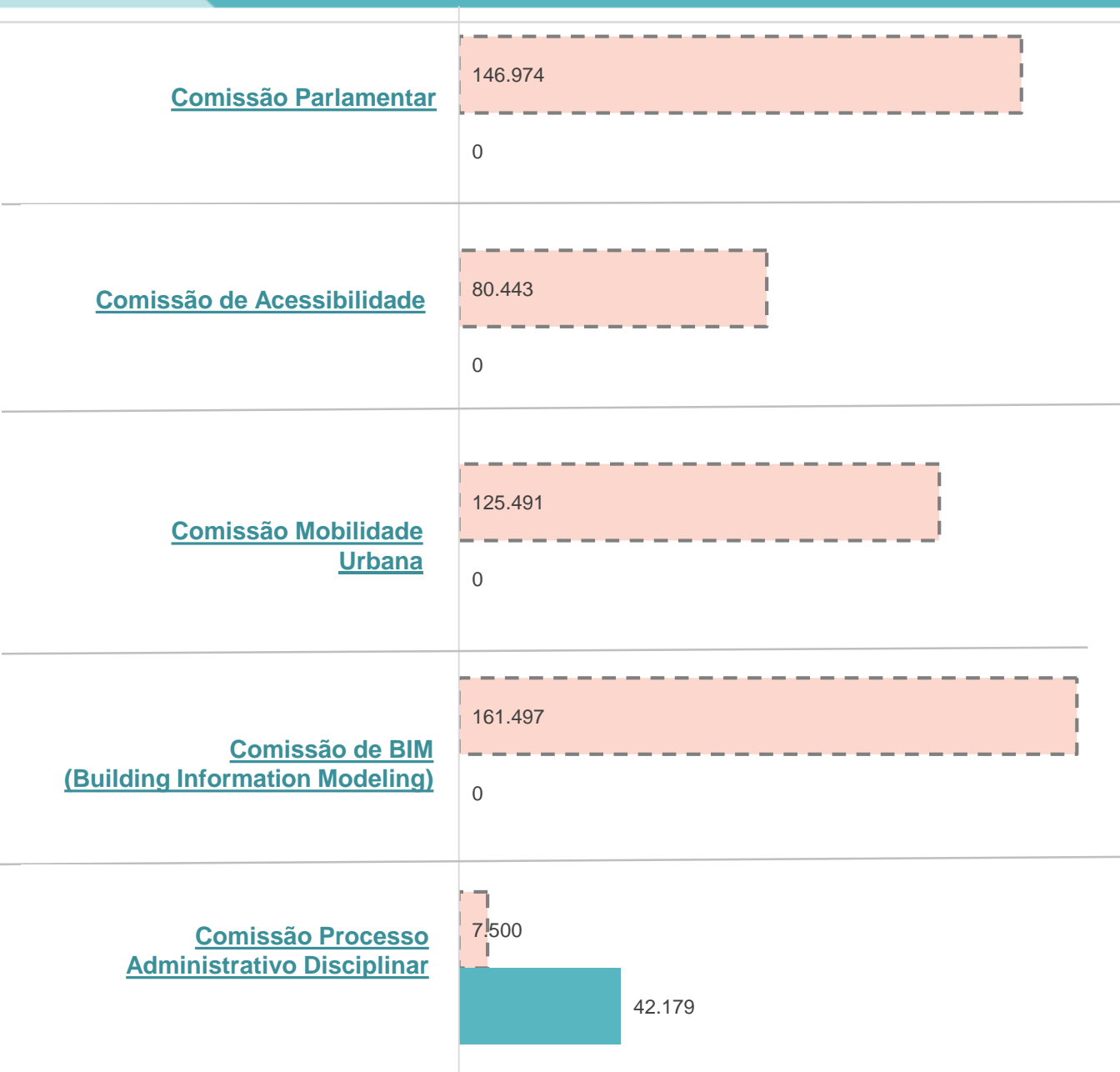
As execuções orçamentárias das Comissões Ordinárias apresentaram execução orçamentária abaixo de 50% na sua maioria em virtude das realizações de reuniões ordinárias e extraordinárias no formato virtual, o que não acarreta em despesa de diárias e deslocamentos. Muitos Seminários e Encontros previstos também foram realizados de forma virtual e/ou postergados para o próximo ano.

Comissões Especiais

Programação x Execução

Exercício 2021 1º Semestre (em reais)





O valor do montante da Programação 2021 das Comissões Temporárias é R\$ 1,4 milhão. Desse total, R\$ 952.193,44 relacionam-se às Comissões Temporárias que foram descontinuadas em 2021, sendo o total de R\$ 521.904,24, o montante mantido de Comissão Temporária, sendo estas as Comissões Parlamentar, Acessibilidade, Mobilidade Urbana, BIM, e Processo Administrativo aprovadas pelo Plenário, conforme Deliberações: DPOSP Nº 0399-02/2021 – Criação da Comissão Temporária Parlamentar – CTP/CAU-SP; DPOSP Nº 0400-03/2021 – Criação da Comissão Temporária de Mobilidade Urbana – CTMU/CAU-SP; DPOSP Nº 0401-04/2021 – Criação da Comissão Temporária de Acessibilidade – CTA/CAU-SP; DPOSP Nº 0402-05/2021 – Criação da Comissão Temporária de BIM – CTBIM/CAU-SP e DPOSP Nº 0403-06/2021 – Instauração da Comissão Temporária para apuração de irregularidades e responsabilidades no CAU/SP no âmbito dos Processos Administrativos Disciplinares.

O total da execução orçamentária das Comissões Temporárias até o presente momento, foi de R\$ 42.179. O maior impacto das execuções das Comissões Ordinárias, Especiais e Temporárias, estão relacionados justamente à significativa queda dos valores pagos para diárias e passagens, devido a modalidade de reuniões virtuais. Da mesma forma, os seminários e eventos previstos foram cancelados, postergados ou realizados de forma virtual, contribuindo ainda mais para a redução dessas despesas.

Vale ressaltar que duas novas Comissões Temporárias foram criadas e aprovadas no 1º Semestre de 2021 pela CPFi e pelo Plenário, conforme Deliberações: Nº 24/2021 - CPFi - CAU/SP – Comissão Temporária de Equidade e Diversidade; Nº 30/2021 - CPFi -CAU/SP – Comissão Temporária para apoio à Campanha “Construindo o futuro: por um Ensino e Formação de Qualidade em Arquitetura e Urbanismo”; DPOSP Nº 0413-03/2021 – Criação da Comissão Temporária de Equidade e Diversidade – CTED/CAU-SP e DPOSP Nº 0414-04/2021 - Criação da Comissão Temporária da Campanha de Valorização da Formação do Arquiteto e Urbanista – CTCVF/CAU-SP.

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Todos os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços seguem os critérios da sustentabilidade ambiental previsto na IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão) e também estão em consonância com o Decreto nº 7.746/2012, de 5 de junho de 2012.

Redução de resíduos poluentes

O CAU/SP adota a prática de separação dos resíduos recicláveis descartáveis, em conjunto com a prática adotada pelo condomínio em que a sede está estabelecida, que por sua vez, atende ao Decreto nº 5.940/20016, de 25 de outubro de 2006. O condomínio envia o resíduo para Cooperativa, que está cadastrada na AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. Para os materiais não recicláveis, o CAU/SP é quem realiza o descarte no ECOPONTO mais próximo. Vale ressaltar também que praticamos logística reversa junto ao fabricante para os cartuchos de impressoras vazios.

Consumo de copos descartáveis

O CAU/SP adere ao uso consciente dos copos descartáveis com o uso de cartazes e mensagens espalhados em todo o andar.

Considerando a situação de pandemia pelo COVID-19, quando ocorrer atividade presencial, o RH do Conselho orienta a todos os colaboradores, a utilização preferencial de copo ou garrafinha próprios, conforme consta em PORTARIA NORMATIVA CAU/SP Nº 185, DE 30 DE OUTUBRO DE 2021.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Em virtude do home office, houve uma redução significativa no consumo de papel sulfite desde 2020, que se manteve no 1º semestre de 2021, contribuindo desta forma com os recursos ambientais.

Considerando os protocolos de combate ao COVID-19 quanto a recomendação de ventilação natural, deixando as janelas do escritório abertas, o sistema de ar condicionado não foi utilizado desde 2020 e, se mantém desligado em 2021, o que resultou em redução do consumo de energia elétrica, bem como nos valores das faturas mensais.

Há uma rotina compartilhada de conscientização para desligamento dos computadores e luzes ao final do expediente, realizada tanto pelos colaboradores do Conselho quanto pelo terceirizados, responsáveis pela conservação e fechamento do imóvel. Em todos os banheiros do Conselho, há torneiras automáticas com redutor de vazão, mitigando o desperdício de água.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

05

Considerando a materialidade das informações e valores das demonstrações contábeis do 1º e 2º trimestre de 2021, seguem as considerações da Coordenadoria contábil as mesmas:

- As demonstrações contábeis que compõem o processo de Prestação de Contas do do 1º semestre de 2021 são apresentadas em reais (R\$) e foram homologadas pelo núcleo de contabilidade do CAU/BR;
- São compostas pelos seguintes demonstrativos: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais decorrentes da execução orçamentária; Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Foi promovido, junto à Implanta, uma revisão completa no cálculo da depreciação dos bens cadastrados no módulo SISPAT (Controle Patrimonial), zerando quaisquer diferenças entre este módulo e o SISCONT (módulo contábil). A correção destes valores, gerou um lançamento contábil no valor de R\$ 81.504,67 (oitenta e hum mil, quinhentos e quatro reais e sessenta e sete

centavos), de acréscimo na depreciação acumulada e na variação patrimonial diminutiva, valor este que foi deliberado junto a CPFI do CAU/SP em 08/07/2021. Reiteramos que o departamento contábil promoveu apenas a correção do cálculo de depreciação, conforme cadastro já estabelecido pelo setor patrimonial, tanto com relação a classificação do bem, quanto ao tempo de vida útil estabelecido nesta classificação, não foi feito nenhum tipo de inventário físico ou reclassificação de bens dentro do módulo SISPAT.

- A conta contábil 1.1.2.1 - CLIENTES (curto prazo), monitorada pelo setor de inadimplência do CAU/SP, mantém uma diferença de R\$ 12 milhões de reais se, comparada ao sistema SICCAU, este valor está compatível com o ajuste anual solicitado pelo CAU/BR no fechamento do ano anterior. Os processos de melhoria do setor de inadimplência, para equiparar os valores contábeis ao SICCAU, estão mencionados no Relatório de Gestão Integrado.
- Os valores das contas contábeis de Clientes: 1.1.2.2.1.01 - CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO ANTERIOR e 1.2.1.1.3 - DÍVIDA ATIVA

- TRIBUTÁRIA, estão compatíveis com os saldos do SICCAU informados pelo setor de inadimplência.
- A conta contábil 2.1.8.8.1.01.04 - IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER está sob conciliação contábil, seu saldo foi transferido provisoriamente para a conta 2.1.8.8.1.01.02 após apurarmos que os lançamentos referentes ao recolhimento destes impostos foram lançados nesta conta.
- A conta contábil 2.1.8.8.1.04.02 - Créditos não identificados e 2.1.8.8.1.07.02 - Receita a Classificar com Registro, foram conciliadas e, as diferenças apuradas são, em sua maioria, relativas a valores creditados no banco (anuidades, RRTs) por códigos de recebimento que não foram reconhecidos pelo SICCAU, e compostas também, por depósitos judiciais que não puderam ser identificados pelo setor jurídico do CAU/SP, até o momento de conclusão deste relatório, por não terem recebido a intimação judicial referente aos processos de execução fiscal. As diferenças com relação ao SICCAU, foram encaminhadas ao Contas a pagar que, está tratando o

assunto com o Banco do Brasil para identificação dos códigos.

O CAU/SP registrou, conforme demonstrativos contábeis, os seguintes resultados para o 1º semestre de 2021:

Resultado Orçamentário		
Especificação	Correntes	Capital
Receita Orçada	47.696.676,94	17.588.900,00
Receita Arrecadada	30.674.091,42	0,00
Percentual Arrecadado	64,31%	0%
Despesa Orçada	47.696.676,94	17.588.900,00
Despesa Liquidada	16.944.836,63	2.000,00
Percentual realizado	35,53%	0,01%
Superávit Orçamentário	13.727.254,79	
Superávit Primário	13.729.254,79	

Resultado Financeiro	
Saldo Disponível	55.991.099,97
(-) Passivo Circulante	-3.879.217,60
(=) Superávit Financeiro	R\$ 52.111.882,37

Resultado Patrimonial	
Variação Patrimonial Aumentativa	29.068.812,76
(-) Variação Patrimonial Diminutiva	-18.263.886,66
(=) Superávit Patrimonial	R\$ 10.804.926,10

Sendo o que consta em nossos apontamentos relativos as demonstrações contábeis, informamos nossos processos de melhorias:

- Todas as contas contábeis entraram em processo de conciliação, procedimento que faz parte das melhorias aplicadas pelo setor contábil, já demonstradas e requeridas pela nova gestão do CAU/SP;
- Início da automatização referente a contabilização da folha de pagamento do CAU/SP, que hoje é feita manualmente pelo setor contábil, integração automática entre o sistema RHNyduS e o sistema Implanta, módulo SISCONT;
- Início da automatização da contabilização das receitas, que também é feita manualmente pelo setor contábil. Esta automatização promoverá uma integração entre o sistema SICCAU e o Sistema Implanta, módulo SISCONT.

Sandra Regina Oliveira
Coordenadora Contábil
 CRC SP nº 1SP304910

Fonte:
<https://transparencia.causp.gov.br/wp-content/uploads/Relatorio-Contabil-CAUSP-1o-Semestre-2021.pdf>

BALANÇO PATRIMONIAL

Período: 01/01/2021 a 30/06/2021

ATIVO		PASSIVO	
Especificação	Exercício Atual	Especificação	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	65.891.071,33	PASSIVO CIRCULANTE	3.879.217,60
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	55.991.099,97	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.767.301,52
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	9.470.719,26	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	1.577.064,88	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	42.975,84
PROFISSIONAIS E EMPRESAS	27.183.405,63	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00
(-) PROVISÕES DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	19.289.751,25C	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	61.725,10
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	139.493,11	PROVISÕES A CURTO PRAZO	85.795,68
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	921.419,46
ESTOQUES	289.758,99		0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00		0,00
	44.520.233,59	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	795.366,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	3.964.997,85	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.964.997,85	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	3.964.997,85	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS	40.532.561,86	PROVISÕES A LONGO PRAZO	795.366,00
IMOBILIZADO	5.606.690,88	RESULTADO DIFERIDO	0,00
BENS MÓVEIS	39.939.984,00		0,00
BENS IMÓVEIS	5.014.113,02C		0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	22.673,88		0,00
INTANGÍVEL	62.986,34		0,00
SOFTWARES	40.312,46C		0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA			0,00
		TOTAL DO PASSIVO	4.674.583,60
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Especificação	Exercício Atual
		Patrimônio Social e Capital Social	0,00
		Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00
		Demais Reservas	0,00
		Resultados Acumulados	105.736.721,32
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	105.736.721,32

TOTAL	110.411.304,92	TOTAL	110.411.304,92
ATIVO FINANCEIRO	55.991.099,97	PASSIVO FINANCEIRO	27.290.323,35
ATIVO PERMANENTE	54.420.204,95	PASSIVO PERMANENTE	1.229.226,69
SALDO PATRIMONIAL			81.891.754,88

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	30.771.023,48
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	30.771.023,48

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	28.700.776,62	38.768.808,05

Período: 01/01/2021 a 30/06/2021

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	47.696.676,94	47.696.676,94	30.674.091,42	(17.022.585,52)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	17.994.526,06	17.994.526,06	16.280.771,28	(1.713.754,78)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.994.526,06	17.994.526,06	16.280.771,28	(1.713.754,78)
ANUIDADES	17.994.526,06	17.994.526,06	16.280.771,28	(1.713.754,78)
RECEITA DE SERVIÇOS	26.695.401,35	26.695.401,35	12.708.135,78	(13.987.265,57)
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	79.379,07	79.379,07	31.070,30	(48.308,77)
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	26.599.282,72	26.599.282,72	12.668.316,34	(13.930.966,38)
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	16.739,56	16.739,56	8.749,14	(7.990,42)
FINANCEIRAS	2.642.776,23	2.642.776,23	1.529.644,55	(1.113.131,68)
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	919.339,21	919.339,21	521.652,30	(397.686,91)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.723.437,02	1.723.437,02	1.007.992,25	(715.444,77)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	20.415,94	20.415,94	5.924,01	(14.491,93)
MULTAS SOBRE ANUIDADES	503.021,08	503.021,08	543.442,02	40.420,94
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.200.000,00	1.200.000,00	458.626,22	(741.373,78)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	363.973,30	363.973,30	155.539,81	(208.433,49)
MULTAS DE INFRAÇÕES	22.043,26	22.043,26	130.654,44	108.611,18
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	341.930,04	341.930,04	24.885,37	(317.044,67)
RECEITA DE CAPITAL	17.588.900,00	17.588.900,00	-	(17.588.900,00)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	17.588.900,00	17.588.900,00	-	(17.588.900,00)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	17.588.900,00	17.588.900,00	-	(17.588.900,00)
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	65.285.576,94	65.285.576,94	30.674.091,42	(34.611.485,52)
DÉFICIT	-	-	10.117.711,65	10.117.711,65
TOTAL	65.285.576,94	65.285.576,94	40.791.803,07	(24.493.773,87)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS DESPESAS LIQUIDADAS	PAGAS SALDO	DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	46.119.144,91	47.696.676,94	40.789.803,07	16.944.836,63	16.555.511,84	6.906.873,87
PESSOAL	23.741.816,28	23.287.593,44	22.858.725,35	11.545.510,61	11.171.016,43	428.868,09
PESSOAL E ENCARGOS	23.031.579,29	22.587.077,28	22.158.209,19	11.510.923,57	11.136.429,39	428.868,09
DIÁRIAS	710.236,99	700.516,16	700.516,16	34.587,04	34.587,04	-
MATERIAL DE CONSUMO	641.884,59	650.529,59	48.300,25	13.926,91	13.926,91	602.229,34
MATERIAL DE CONSUMO	641.884,59	650.529,59	48.300,25	13.926,91	13.926,91	602.229,34
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.062.356,57	5.184.323,80	5.184.323,80	158.121,33	158.121,33	-
DIÁRIAS	6.062.356,57	5.184.323,80	5.184.323,80	158.121,33	158.121,33	-
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.747.028,07	7.708.383,07	4.733.316,24	1.538.259,08	1.538.253,38	2.975.066,83
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	534.371,13	696.371,13	457.840,72	96.529,95	96.529,95	238.530,41
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	60.444,09	60.444,09	38.972,00	38.972,00	38.972,00	21.472,09
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS	87.932,76	87.932,76	87.932,76	62.853,94	62.853,94	-
SERVIÇOS PRESTADOS	6.558.162,04	6.387.517,04	3.835.482,61	1.339.903,19	1.339.897,49	2.552.034,43
PASSAGENS	506.118,05	476.118,05	313.088,15	-	-	163.029,90
ENCARGOS DIVERSOS	1.078.601,46	1.078.601,46	1.053.171,17	634.448,01	634.209,14	25.430,29
ENCARGOS DIVERSOS	1.078.601,46	1.078.601,46	1.053.171,17	634.448,01	634.209,14	25.430,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.847.457,94	9.787.245,58	6.911.966,26	3.054.570,69	3.039.984,65	2.875.279,32
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	1.221.566,27	1.221.566,27	1.221.566,27	610.783,14	610.783,14	-
CONVÊNIOS, CONTRATOS E PATROCÍNIO	2.718.187,16	5.657.974,80	2.939.711,52	989.935,29	975.349,25	2.718.263,28
FUNDO - CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	2.907.704,51	2.907.704,51	2.750.688,47	1.453.852,26	1.453.852,26	157.016,04

CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	17.588.900,00	17.588.900,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	17.586.900,00
INVESTIMENTOS	17.588.900,00	17.588.900,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	17.586.900,00
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	2.000.000,00	1.940.966,07	-	-	-	1.940.966,07
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	5.588.900,00	5.647.933,93	2.000,00	2.000,00	2.000,00	5.645.933,93
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	10.000.000,00	10.000.000,00	-	-	-	10.000.000,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	1.577.532,03	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	65.285.576,94	65.285.576,94	40.791.803,07	16.946.836,63	16.557.511,84	24.493.773,87
SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-
TOTAL	65.285.576,94	65.285.576,94	40.791.803,07	16.946.836,63	16.557.511,84	24.493.773,87

BALANÇO FINANCEIRO

Período: 01/01/2021 a 30/06/2021

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	30.674.091,42	25.053.040,43	Despesa Orçamentária	16.557.511,84	16.328.714,06
RECEITA REALIZADA	30.674.091,42	25.053.040,43	CREDITO EMPENHADO – PAGO	16.557.511,84	16.328.714,06
RECEITA CORRENTE	30.674.091,42	25.053.040,43	DESPESA CORRENTE	16.555.511,84	16.226.408,06
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	16.280.771,28	13.975.650,21	PESSOAL	11.171.016,43	10.218.071,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	16.280.771,28	13.975.650,21	MATERIAL DE CONSUMO	13.926,91	65.746,69
ANUIDADES	16.280.771,28	13.975.650,21	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	158.121,33	904.027,59
RECEITA DE SERVIÇOS	12.708.135,78	9.697.348,10	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.538.253,38	1.674.792,83
EMOLUMENTOS COM EXPED. DE CERTIDÕES	31.070,30	27.261,62	ENCARGOS DIVERSOS	634.209,14	512.575,10
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	12.668.316,34	9.666.482,37	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.039.984,65	2.851.194,43
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	8.749,14	3.604,11	DESPESA DE CAPITAL	2.000,00	102.306,00
FINANCEIRAS	1.523.720,54	1.244.015,48	INVESTIMENTOS	2.000,00	102.306,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	521.652,30	425.785,03		-	-
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	544,00		-	-
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.002.068,24	817.686,45		-	-
MULTAS SOBRE ANUIDADES	543.442,02	247.314,96		-	-
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	458.626,22	570.371,49		-	-
OUTRAS REC. CORRENTES	161.463,82	136.026,64		-	-

MULTAS DE INFRAÇÕES	136.578,45	21.076,95		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.885,37	114.949,69		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	52.739.793,43	43.955.633,72	Pagamentos Extraorçamentários	53.564.815,21	46.700.138,88
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	-	1.508.013,85
Insc. de Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	985.551,17	1.243.100,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	34.672.628,16	28.005.626,44	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	34.550.429,61	28.025.180,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários	18.067.165,27	15.950.007,28	Outros Pagamentos Extraorçamentários	18.028.834,43	15.923.844,13
Saldo em espécie do Exercício Anterior	42.699.542,17	32.993.124,21	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	55.991.099,97	38.972.945,42
Caixa e Equivalente de Caixa	42.699.542,17	32.993.124,21	Caixa e Equivalente de Caixa	55.991.099,97	38.972.945,42
Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	-	-	Depósitos. Rest. Vlrs Vinculados	-	-
Total:	126.113.427,02	102.001.798,36		126.113.427,02	102.001.798,36

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Período: 01/01/2021 a 30/06/2021


	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE	30.674.091,42	25.053.040,43
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	16.280.771,28	13.975.650,21
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	16.280.771,28	13.975.650,21
ANUIDADES	16.280.771,28	13.975.650,21
RECEITA DE SERVIÇOS	12.708.135,78	9.697.348,10
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	31.070,30	27.261,62
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	12.668.316,34	9.666.482,37
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	8.749,14	3.604,11
FINANCEIRAS	1.523.720,54	1.244.015,48
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	521.652,30	425.785,03
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	0,00	544,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.002.068,24	817.686,45
MULTAS SOBRE ANUIDADES	543.442,02	247.314,96
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	458.626,22	570.371,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	161.463,82	136.026,64
MULTAS DE INFRAÇÕES	136.578,45	21.076,95
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	24.885,37	114.949,69
OUTROS INGRESSOS	52.739.793,43	43.955.633,72
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	53.564.815,21	46.700.138,88

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	29.849.069,64	22.308.535,27
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
DESPESA CORRENTE	16.555.511,84	16.226.408,06
PESSOAL	11.171.016,43	10.218.071,42
MATERIAL DE CONSUMO	13.926,91	65.746,69
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	158.121,33	904.027,59
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.538.253,38	1.674.792,83
ENCARGOS DIVERSOS	634.209,14	512.575,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.039.984,65	2.851.194,43
DESPESA DE CAPITAL	2.000,00	102.306,00
INVESTIMENTOS	2.000,00	102.306,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.557.511,84	-16.328.714,06
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13.291.557,80	5.979.821,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	42.699.542,17	32.993.124,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	55.991.099,97	38.972.945,42

ANEXOS E APÊNDICES

06

O Relatório de Gestão Integrado – 1º Semestre - Exercício 2021 do CAU/SP foi aprovado pela CPFi em sua 4ª Reunião Extraordinária realizada no dia 28 de Julho de 2021, conforme Deliberação CPFi/CAU/SP nº 34/2021:



CAU/SP SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

PROCESSO	
INTERESSADO	CPFi - CAU/SP
ASSUNTO	Aprovação do Relatório de Gestão Integrado (RGI) do CAU/SP - 1º Semestre 2021
DELIBERAÇÃO Nº 34/2021 - CPFi -CAU/SP	

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS - CPFi - CAU/SP, reunida extraordinária e virtualmente via MS-Teams, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 98 do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a Resolução CAU/BR número 200/2020, que dispõe sobre procedimentos orçamentários, contábeis, e de prestação de contas e apresentação do Relatório de Gestão Integrado anuais;

Considerando a Instrução Normativa número 84/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabelece as normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal;

Considerando a Decisão Normativa 187/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), que divulga a relação das unidades prestadoras de contas e estabelece os elementos de conteúdo dos relatórios de gestão e os prazos de atualização das informações que integram a prestação de contas da administração pública federal;

Considerando a necessidade de apresentação, de análise e de aprovação das contas do CAU/SP;

Considerando a apresentação do Relatório de Gestão Integrado (RGI) do CAU/SP - 1º Semestre 2021, elaborado pela equipe técnica da Gerência Financeira (GF) do CAU/SP;

Considerando que todas as deliberações de comissão devem ser encaminhadas à Presidência do CAU/SP, para verificação e encaminhamentos, conforme Regimento Interno do CAU/SP.

DELIBERA:


1. Aprovar o Relatório de Gestão Integrado (RGI) do CAU/SP - 1º Semestre 2021;
2. Encaminhar a presente deliberação à Presidência para verificação e demais providências.

Com **10 votos favoráveis** dos (as) conselheiros (as) Renata Alves Sunega, Barbara Emilia Kemp Dugaich Auto, Rayssa Saidel Cortez, Daniel Passos Proença, José Renato Soibelman Melhem, Maria Teresa Cardoso Fedeli, Rosana Ferrari, Sandra Aparecida Rufino, Vera Lucia Blat Migliorini e Bruno Ghizzellini Neto **00 votos contrários** e **00 abstenções**.

São Paulo/SP, 28 de julho de 2021.

Deliberação nº 34/2021 – CPFi-CAU-SP

Rua Formosa, 367 - 23ª andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br



CAU/SP SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

Considerando o estabelecido no Despacho PRES-CAUSP nº 0 19/2020, que aprovou a participação virtual de membros de comissões permanentes do CAU/SP nas reuniões presenciais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.

ALEXANDRE SUGUIYAMA ROVAI
 Assinado de forma digital por
 ALEXANDRE SUGUIYAMA
 ROVAI:31063663890
 Dados: 2021.07.29 09:44:49
 +03'00'

ALEXANDRE SUGUIYAMA ROVAI
 Assistente Técnico Administrativo

Deliberação nº 34/2021 – CPFi-CAU-SP

Rua Formosa, 367 - 23ª andar - República | 01049-911 São Paulo/SP | Tel.: +55 11 3014-5900 | www.causp.gov.br

A Prestação de Contas – 1º Semestre - Exercício 2021 do CAU/SP foi aprovado pela CPFi em sua 7ª Reunião Ordinária realizada no dia 8 de Julho de 2021, conforme Deliberação CPFi/CAU/SP nº 31/2021:



CAU/SP SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo

PROCESSO	
INTERESSADO	CPFi - CAU/SP
ASSUNTO	Apresentação da Prestação de Contas e Balanço Contábil – Junho e 2º Trimestre 2021.
DELIBERAÇÃO Nº 31/2021 - CPFi - CAU/SP	

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS - CPFi - CAU/SP, reunida ordinária e de forma híbrida, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 98 do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a Resolução CAU/BR número 200/2020, que dispõe sobre procedimentos orçamentários, contábeis, e de prestação de contas e apresentação do Relatório de Gestão Integrado anuais;

Considerando que as apresentações, análises e aprovações das Prestações de Contas do CAU/SP devem ser realizadas periodicamente;

Considerando a apresentação da Prestação de Contas e do Balanço Contábil – Junho e 2º Trimestre 2021, elaborados pela equipe técnica da Gerência Financeira (GF) do CAU/SP;

Considerando que todas as deliberações de comissão devem ser encaminhadas à Presidência do CAU/SP, para verificação e encaminhamentos, conforme Regimento Interno do CAU/SP.

DELIBERA:

1. Aprovar a Prestação de Contas e Balanço Contábil de Junho e 2º Trimestre 2021;
2. Encaminhar a presente deliberação à Presidência para verificação e demais providências.

Com **10 votos favoráveis** dos (as) conselheiros (as), Renata Alves Sunega, Barbara Emilia Kemp Dugaich Auto, Bruna Beatriz Nascimento Fregonezi, Daniel Passos Proença, Juliana Souza Santos, José Renato Soibelman Melhem, Maria Eduarda Curio Alcantara e Silva, Sandra Aparecida Rufino, Vera Lucia Blat Migliorini e Rosana Ferrari **00 votos contrários e 00 abstenções**.

São Paulo/SP, 08 de julho de 2021.

Considerando o estabelecido no Despacho PRES-CAUSP nº 019/2020, que aprovou a participação virtual de membros de comissões permanentes do CAU/SP nas reuniões presenciais, atesto a veracidade e a autenticidade das informações prestadas.

ALEXANDRE SUGUIYAMA
ROVAI:31063663890
Assistente Técnico Administrativo

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE SUGUIYAMA
ROVAI:31063663890
Data: 2021.07.12 12:13:54 -03'00'

Deliberação nº 31/2021 – CPFi-CAU-SP

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DO CAU/SP GESTÃO 2021-2023

Renata Alves Sunega

Coordenadora

Barbara Emilia Kemp Dugaich Auto

Coordenadora Adjunta

Bruna Beatriz Nascimento Fregonezi

Daniel Passos Proença

Fernanda Simon Cardoso

Gustavo Ramos Melo

Jose Renato Soibelman Melhem

Maria Eduarda Curio Alcantara e Silva

Maria Teresa Diniz dos Santos Maziero

Paulo Machado Lisbôa Filho

Rosana Ferrari

Sandra Aparecida Rufino

Vera Lúcia Blat Migliorini

Membros Titulares

Danielle Skubs

Claudia Andreoli Muniz

Rayssa Saidel Cortez

Maria do Carmo Cassani Lopes Soeiro

Juliana Souza Santos

Bruno Ghizellini Neto

Carolina Ribeiro Simon

Carolina Dondice Cominotti

Maria Teresa Cardoso Fedeli

Milene Sabbag Abla Scala

Juliana Binotti Pereira Scariato

Vanessa Padia de Souza

Debora Prado Zomboni

Membros Suplentes

COLABORADORES DA GERÊNCIA FINANCEIRA DO CAU/SP

Vanessa Barbosa Enju

Gerente

Marcelo Aparecido Gabriel

Coordenador Responsável

Daiane Fernandes do Vale

Renata Ap. Pitaña B. Vasquez

Sandra Regina Oliveira

Coordenadoras

Alzira Neli dos Santos Mosca

Everton Diego Nagatsuka

Supervisores

Danilo Rocha Serafim

Analista

Alexandre Suguiyama Rovai

Amanda Alves Calazans dos Santos

Ana Cláudia Alves Monteiro

Janaina Baptista

Jhony Matos dos Santos

João Paulo Lopes de Faria

Luan Kendji Yamaue

Luis Alberto dos Santos

Selma Janete Coelho

Victor Fernandes

Assistentes